

ISSN 2175-3970

Anais



**Encontro da Sociedade
Brasileira de Economia
Ecológica**

Políticas Públicas e a Perspectiva
da Economia Ecológica

Brasília, 4 a 8 de
Outubro de 2011

IX Encontro da Sociedade Brasileira de Economia Ecológica
4 a 8 de outubro de 2011 – Brasília (DF)

Local: Finatec e Fiocruz
Endereço: Campus Universitário Darcy Ribeiro, Av. L3 Norte, Asa Norte, Brasília – DF

SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA ECOLÓGICA - ECOECO

Home Page: www.ecoeco.org.br

E-mail: ecoeco@ecoeco.org.br

Endereço: Centro de Desenvolvimento Sustentável
Universidade de Brasília Campus Universitario Darcy Ribeiro
Av. L3 Norte, Asa Norte – Brasília-DF
Gleba A, Bloco C, CEP:70.904-970
Telefone: +55 (61)3107-6001
Fax: +55 (61) 3107-5972

Capa e diagramação: Eduardo Oliveira,

Edição: Robson Tavares e Leonardo Mangalavori

Realização: _____ Apoio: _____



Patrocínio: _____



Diretoria Nacional da ECOECO

Diretoria Executiva

Maria Amélia Rodrigues da Silva Enriquez – Presidente (*amelia@ufpa.br*)
Paulo Gonzaga Mibielli de Carvalho – Vice-presidente (*paulo.mibielli@ibge.gov.br*)
Clóvis de Vasconcelos Cavalcanti (*clovati@fundai.gov.br*)
Suely Salgueiro Chacon (*sschacan@uol.com.br*)
Maurício de Carvalho Amazonas (*mauricioamazonas@uol.com.br*)
Ademar Ribeiro Romeiro (*ademar@eco.unicamp.br*)

Núcleo Norte

Sergio Luiz de Medeiros Rivero (*sergio.rivero@uol.com.br*)
Oriana Almeida (*oriana@ufpa.br*)
Philip Martin Fernaside

Núcleo Nordeste

Maria Cecília Lustosa (*cecilialustosa@hotmail.com*)
Francisco Correia de Oliveira (*oliveira@ipea.gov.br*)
IheringGugoes Alcoforado de Carvalho (*ihering@ufpa.br*)
Gilvanda Silva Nunes

Núcleo Centro-Oeste

João Paulo Soares de Andrade (*joao.andrade@icv.org.br*)
Karin Teixeira Kaechele (*karin@icv.org.br*)
Joseph Samson Weiss (*joseph.weiss@terra.com.br*)
Luciana Silva (*lucianaasilva@uol.com.br*)

Núcleo Sudeste

Federico Cavadas Barcellos (*fredcavadas@ibge.gov.br*)
Luciana Togeiro de Almeida (*togeiro@gmail.com*)
Daniel Caixeta Andrade (*caixetaandrade@yahoo.com.br*)

Núcleo Sul

Clítia Helena Backx Martins (*clitia@cpovo.net*)
Maria Carolina Rosa Gullo (*mcgullo@hotmail.com*)
André Luiz Campos de Andrade (*andre.andrade@dnit.gov.br*)

Conselho Consultivo e Fiscal

José Eli da Veiga (*zeeli@usp.br*)
Carlos Eduardo Frickmann Young (*carlooseduardoyoung@gmail.com*)
Manuel Osório Viana (*osorio@roadnet.com.br*)
Peter Herman May (*peter@ecoeco.org*)

Comissão Organizadora

Coordenação Geral

Maria Amélia Rodrigues da Silva Enriquez – UFPA (*amelia@ufpa.br*)

Coordenação Local

Carolina Soledad Presas – CDS UnB (*carolina.presas@gmail.com*)

Comitê Organizador Local (Por Ordem Alfabética)

Ana Pimenta Ribeiro (*piperaeae@gmail.com*)

Felipe Rodríguez Arancibia (*mind.in.fly@gmail.com*)

Fernando Passos do Santos (*fernandoagendaambiental@gmail.com*)

Gisella Colares (*gisella.colares@gmail.com*)

João Paulo Sotero (*joapaulosotero@gmail.com*)

Jorge Hargrave Gonçalves da Silva (*jorge.hargrave@ipea.gov.br*)

Joseph Samson Weiss (*josephweissbr@gmail.com*)

Leonardo Mangialavori (*leonardo.mangialavori@gmail.com*)

Ludivine Eloy (*ludivine.elay@gmail.com*)

Marcia de Camargo (*marciadecamargo@uft.edu.br*)

Maurício de Carvalho Amazonas (*mauricioamazonas@uol.com.br*)

Michelle Morimura (*micamidori@gmail.com*)

Patricia Mesquita (*patriciasmesquita@gmail.com*)

Thomas Ludewigs (*tludewigs@gmail.com*)

Coordenação do processo de seleção de artigos

Paulo Gonzaga M. de Carvalho – IBGE-ENCE

Joseph Samson Weiss – CDS UnB

Secretaria do IX Encontro

Carolina Soledad Presas – Secretaria Executiva da ECOECO, CDS UnB (*carolina.presas@gmail.com*)

Magna de Castro – Assistente da Secretaria da ECOECO, CDS UnB (*magnacds@gmail.com*)

Eduardo J. L. de Oliveira – Projeto Gráfico do Material do evento. (*eduliveira@hotmail.com*)

Comitê Científico do VIII Encontro

- **Sustentabilidade dos Biomas Brasileiros e as Políticas Públicas**

Ludvine Eloy – CDS (ludvine.eloy@gmail.com)
Suely Salgueiro Chacon – UFC (suelychacon@ufc.br; suelychacon@gmail.com)

- **Cidades sustentáveis**

Cítia Helena Backx Martins – FEE e PUC-RS (citia@puers.br; citia1@gmail.com)
Franciso Corrêa e Oliveira – UECE e UNIFOR (oliveira@unifor.br; oliveira@ufc.br)
Paulo Mibielli – IBGE (Paulo.mibielli@ibge.gov.br)

- **Mudanças Climáticas**

Igor Ferraz da Fonseca – IPEA (igor.fonseca@ipea.gov.br)
Gustavo Luedemann – IPEA (Gustavo.luedemann@ipea.gov.br)
Jan Börner – CIFOR (j.boerner@cgiar.org)
Jorge Hargrave – IPEA (jorge.hargrave@ipea.gov.br)
Thomas Ludewigs – CDS (tludewigs@gmail.com)

- **Meio ambiente, recursos naturais e globalização (Análise qualitativa e quantitativa)**

Ademar Romeiro – UNICAMP (ademar@eco.unicamp.br)
Luciana Ferreira da Silva – UEMS (luciana@silva@uol.com.br)
Luciana Togeiro de Almeida – UNESP (togeiro@gmail.com)

- **Crescimento e Meio Ambiente**

Cecília Lustosa – FEAC/UFAL (cecilialustosa@hotmail.com)
Clóvis Cavalcanti – FUNDAJ (clovis@fundaj.gov.br)
Petterson Molina Vale – UNICAMP (p.m.vale@lse.ac.uk)

- **Temas conceituais: Relações entre economia ecológica, natureza, sociedade, conhecimento, poder, instituições e direito.**

Ihering Alcoforado – UFBA (ihering@ufba.br)
Maurício Amazonas – CDS/UNB (mauricioamazonas@uol.com.br)
Daniel Caixeta Andrade – UFU (caixetaandrade@yahoo.com.br)

- **A Economia Verde e as Inovações Tecnológicas Ambientais**

Maria Amélia Rodrigues da Silva Enríquez – UFPA (amelia@ufpa.br)
Gisella Collares CDS/UNB – (gisella.colares@gmail.com)
Maria Carolina Rosa Gullo – UCS (mrcgullo@yahoo.com.br)

- **Políticas públicas e meio ambiente**

Frederico Barcellos – IBGE (*fredcavadas@ibge.gov.br*)
Joseph Weiss – CDS/UNB (*josephweissbr@gmail.com*)
João Andrade – ICV (*joao.andrade@icv.org.br*)

- **Reserva**

Luciana Simões – Reserva da Biosfera da Mata Atlântica (*luciana_simoes@uol.com.br*)
Peter May – CPDA-UFRRJ (*peter@ecoeca.org*)
Karin Kaechele – ICV (*karin@icv.org.br*)
Carlos Eduardo Young – UFRJ (*cyoung@e.ufrj.br*)
Hugo Ferraz Penteadó – Santander (*hugo.penteadó@santander.com.br*)

| | |
|---|-----|
| Sessão D | |
| Meio ambiente, recursos naturais e globalização | 77 |
| Sessão E | |
| Crescimento e Meio Ambiente | 87 |
| Sessão F | |
| Temas conceituais: relações entre economia ecológica, sociedade, natureza, conhecimento, poder, instituições e direito. | 102 |
| Sessão G | |
| A Economia Verde e as Inovações Tecnológicas Ambientais (mais orientado ao papel do setor privado, mas não só) | 121 |
| Sessão H | |
| Políticas públicas e meio ambiente | 137 |

Apresentação

Objetivo

A ECOECO tem como objetivo difundir e implementar os pressupostos da Economia Ecológica no Brasil, por intermédio da integração dos associados e de seus congêneres em outros países. Para tanto, promove encontros periódicos de âmbito nacional. Além de estimular a participação de brasileiros em Congressos Internacionais da ISEE3 e de entidades ibero-americanas, por intermédio do vínculo com a Rede Ibero-americano de Economia Ecológica - Redibec (www.redibec.com)

Breve Histórico

A Sociedade Brasileira de Economia Ecológica (ECOECO) foi fundada em 1994. Suas raízes remontam às discussões iniciadas durante a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente, a ECO-92, em que economistas, ecologistas e estudiosos do país, reunidos em uma série de encontros, constataram que no Brasil pouco se conhecia sobre a relação entre economia e meio ambiente, um campo do saber que já havia tomado corpo na Europa e Estados Unidos.

No intuito de colaborar com esse movimento internacional e de ampliar o leque de pessoas e instituições comprometidas com a questão, a ECOECO nasceu como Seção Regional da International Society for Ecological Economics (ISEE) que, por sua vez, foi criada em 1988. O professor Peter May (UFRRJ), fundador da ECOECO, já foi presidente da ISEE, assim como também os professores Carlos Eduardo Frickmann Young (UFRJ) e Luciana Togeiro de Almeida (UNESP) já atuaram como membros do Conselho Diretor. Tal participação evidencia a importância da participação da regional brasileira na construção da rede mundial de economia ecológica e o comprometimento do país no fortalecimento de uma rede mundial de estudiosos deste tema.

Do ponto de vista organizacional, a ECOECO é uma sociedade científica, sem fins lucrativos, voltada à organização e estruturação no Brasil do campo de estudo e conhecimento interdisciplinar denominado "economia ecológica", que visa à integração entre os distintos campos disciplinares como o da física (termodinâmica), da ecologia (resiliência), da sociologia (equidade) e da economia (escala, custo de oportunidade, decrescimento). Quanto à sua missão, a ECOECO tem como objetivo promover um espaço de aproximação e interlocução entre pesquisadores e instituições, bem como divulgar os estudos desenvolvidos nesse campo, incentivando assim o debate acadêmico e as orientações de políticas públicas para a problemática da relação entre economia e meio ambiente.

Como formas de intercâmbio entre seus associados e de divulgação ao público em geral, a ECOECO possui um Boletim Quadrimestral (ISSN 1983-1072), dispõe de sítio na internet (<http://www.ecoeco.org.br>), realiza encontros nacionais e promove cursos e sessões conjuntas com outras sociedades científicas, incluindo a Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ambiente e Sociedade (ANPPAS), Associação Nacional de Pós

Graduação em Economia (ANPEC), além da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), revelando o comprometimento da ECOECO com a interdisciplinaridade e com a comunidade científica brasileira.

A presença da ECOECO em eventos é garantida pela participação ativa de seus sócios e pelo suporte da sociedade no que se refere à infraestrutura de apoio.

Até o final de 2010, a ECOECO contabiliza em torno de 200 associados plenos que, automaticamente, também se associam à ISEE, provenientes de todas as regiões brasileiras e com diversas formações (engenheiros, biólogos, arquitetos, ecólogos, economistas etc.). Em sua organização, a entidade tem sede na Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), conta com cinco núcleos regionais (Norte, Nordeste, Sul, Sudeste e Centro-Oeste) tendo o apoio do Centro de Desenvolvimento Sustentável (CDS), da Universidade de Brasília (UnB), que desde 2007 abriga a secretaria executiva.

Desde a sua função, a ECOECO tem promovido vários encontros. O I Encontro Nacional da ECOECO ocorreu em 1996, em Campinas (SP); o II Encontro, em 1997, na cidade de São Paulo (SP), quando passou ter periodicidade bienal. O III Encontro aconteceu em 1999, em Recife (PE); o IV Encontro, em 2001, na cidade de Belém (PA); o V Encontro, em 2003, na cidade de Caxias do Sul (RS); o VI Encontro, em 2005, em Brasília (DF); o VII Encontro em 2007, na cidade de Fortaleza (CE) e o VIII Encontro em 2009, na cidade de Cuiabá (MT).

Planejamento do IX Encontro da ECOECO

Em sua missão de difundir e construir a Economia Ecológica no Brasil, por intermédio da integração de seus associados e entre congêneres de outros países, a ECOECO promove seus Encontros periódicos de âmbito nacional, além de estimular a participação de brasileiros nos Congressos Internacionais da ISEE e de entidades Ibero-americanas, por intermédio do vínculo com a Redelbero-americano de Economia Ecológica (Redibec), que conta com revista on-line na área (www.redibec.com).

Na realização de seus Encontros Nacionais, a ECOECO objetiva compreender em sua complexidade as diferentes especificidades regionais, no que tange aos problemas socioambientais do desenvolvimento econômico ou às peculiaridades das políticas públicas em implantação, em especial àquelas específicas para a área socioambiental.

O tema escolhido para o IX Encontro da ECOECO 2011, "Políticas Públicas e a perspectiva da Economia Ecológica", procura oferecer a contribuição do pensamento ecológico-econômico para o debate sobre as alternativas de políticas públicas no Brasil e o Distrito Federal é o local mais apropriado para se realizar este tipo de ação.

Assim, neste IX Encontro da ECOECO chamamos atenção para a necessidade de se inserir efetivamente os princípios, os métodos, os instrumentos, as concepções e as propostas da Economia Ecológica no processo de escolha e construção das políticas públicas.

Esse encontro será preparatório para a 12ª Conferência Bienal da ISEE nos dias 10 a 13 de maio de 2012, no Rio de Janeiro, com o tema "Ecological Economics and Rio+20: Challenges and contributions for a green economy," a ser realizada entre a conferência preparatória (Prepcom), prevista para os dias 9 a 11 de maio e a própria Rio+20, planejada pela ONU para 14-16 maio de 2012.

Agenda

| | 4 de outubro 2011 (terça-feira) | 5 de outubro 2011 (quarta-feira) | 6 de outubro 2011 (quinta-feira) | 7 de outubro 2011 (sexta-feira) | 8 de outubro 2011 (sábado) |
|--------------|---|---|---|---|----------------------------------|
| | Credenciamento | | | | |
| 07:30 | Inscrição para | | | | |
| | Minicurso 1: A História do pensamento econômico ecológico Finatec Sala 1 | Apresentação A: Trabalhos Finatec Sala 1 | Apresentação A: Trabalhos Finatec Sala 1 | Apresentação E: Trabalhos Finatec Sala 1 | |
| | Minicurso 2: Indicadores para a Gestão ambiental Finatec Sala 2 | Apresentação B: Trabalhos Finatec Sala 2 | Apresentação F: Trabalhos Finatec Sala 2 | Apresentação F: Trabalhos Finatec Sala 2 | |
| 08:00 | Minicurso 3: Mudanças climáticas Finatec Sala 3 | Apresentação C: Trabalhos Finatec Sala 3 | Apresentação G: Trabalhos Finatec Sala 3 | Apresentação G: Trabalhos Finatec Sala 3 | |
| | Minicurso 4: Política florestal Finatec Sala 4 | Apresentação E: Trabalhos Finatec Sala 4 | Apresentação H: Trabalhos Finatec Sala 4 | | |
| | Minicurso 7: Pagamento por serviços ambientais Auditório Finatec | Apresentação H: Trabalhos Finatec Sala 5 | | | |
| 09:10 | Oficina I: Decoupling- Economia Verde Auditório FIOCRUZ | | | Dia de Campo: Sítio Geranium - Saída do CDS (Centro de Desenvolvimento Sustentável) | |

| | 4 de outubro 2011 (terça-feira) | 5 de outubro 2011 (quarta-feira) | 6 de outubro 2011 (quinta-feira) | 7 de outubro 2011 (sexta-feira) | 8 de outubro 2011 (sábado) |
|--------------|---|---|--|--|---|
| | Minicurso 6: Diagnóstico energético dos sistemas de produção e consumo Finatec Sala 1 | Oficina II: Ensino da Economia Ecológica Auditório Finatec | Mesa Redonda: Mudanças Climáticas: Desafios e oportunidades de mitigação e adaptação Auditório Finatec | Mesa Redonda: Economia Ecológica e os PACs Auditório Finatec | |
| 10:00 | Minicurso 5: Valoração ambiental Finatec Sala 2 | | Mesa Redonda: Desastres (não) Naturais: Revendo Políticas Públicas Finatec Sala 5 | | |
| | Minicurso 8: Políticas territoriais e uso da terra na Amazônia Finatec Sala 3 | | | | |
| 12:00 | Almoço | | Apresentação de Pôsteres | Almoço | |
| | | | Almoço | | |
| | Minicurso 1: A História do pensamento econômico ecológico Finatec Sala 1 | Apresentação A: Trabalhos Finatec Sala 1 | Apresentação E: Trabalhos Finatec Sala 1 | Integração dos resultados das Oficinas e Mesas Redondas Auditório Finatec | |
| | Minicurso 2: Indicadores para a Gestão ambiental Finatec Sala 2 | Apresentação B: Trabalhos Finatec Sala 2 | Apresentação F: Trabalhos F Finatec Sala 2 | | |
| | Minicurso 3: Mudanças climáticas - Finatec Sala 3 | Apresentação C: Trabalhos Finatec Sala 3 | Apresentação G: Trabalhos Finatec Sala 3 | | |
| 14:00 | Minicurso 4: Política florestal Finatec Sala 4 | Apresentação D: Trabalhos Finatec Sala 4 | Apresentação H: Trabalhos Finatec Sala 4 | | |
| | Minicurso 7: Pagamento por serviços ambientais Auditório Finatec | Apresentação F: Trabalhos Finatec Sala 5 | | | |
| | | Apresentação H: Trabalhos Finatec Sala 6 | | | |
| | | Oficina III Economia dos Ecossistemas (TEEB) Finatec Sala 7 | | | |

| | 4 de outubro 2011 (terça-feira) | 5 de outubro 2011 (quarta-feira) | 6 de outubro 2011 (quinta-feira) | 7 de outubro 2011 (sexta-feira) | 8 de outubro 2011 (sábado) |
|--------------|--|--|---|---|---|
| | Minicurso 6: Diagnóstico energético dos sistemas de produção e consumo Finatec Sala 1 | Mesa Redonda: Políticas Públicas e Ocupação Territorial Auditório Finatec | Mesa Redonda: Cidades Sustentáveis Auditório Finatec | Mesa de Encerramento: A Economia Verde e o Rio+20 (em conjunto com CI) Auditório Finatec | |
| 16:00 | Minicurso 5: Valoração ambiental Finatec Sala 2 | | Mesa Redonda: Modelos ambientais e econômico-ecológicos Finatec Sala 5 | | |
| | Minicurso 8: Políticas territoriais e uso da terra na Amazônia Finatec Sala 3 | | | | |
| 18:00 | Mesa de abertura Auditório FIOCRUZ | | | | |
| 19:30 | Coquetel, Lançamento de Livros e Evento Cultural Auditório FIOCRUZ | | Assembléia Geral da Sociedade Brasileira de Economia Ecológica (aberta a todos e todas) Auditório FINATEC | | |

Programação

Solenidade de Abertura

- *Presidente da ECOECO*
- *Presidente da ICEE*
- *Diretor do CDS-UnB*
- *Representante do MMA*
- *Representante do MME*
- *Representantes do Governo do Pará*
- *Representante do BNDS*
- *Representante da BNB*
- *Representante do Ipea*
- *Representante de Petrobrás*
- *Representante da Capes*
- *Representante da CNPq*
- *Representante da CNI*
- *Representante da CI*
- *Representante do CORECON/PA*
- *Representante do CORECON/RJ*
- *Representante da Fap-DF*
- *Representante de PNUMA*
- *Autoridades e Representantes*

Mesa de Abertura

O paradigma da Economia Ecológica e as suas implicações para o Sul

Responsável:

Maria Amélia Enriques - UFPA

Palestrantes:

Marianne Schafer - CEPAL

Elimar Nascimento - CDS-UnB e

Walter Pengue

Mario Ramos Riveiro (FAPESPA/PA)

Representante do MMA

Mesas Redondas

Políticas Públicas e Ocupação Territorial

Responsável:

Thomas Ludewigs - CDS-UnB

Palestrante:

*Roberto Vizenin - MMA,
Eraldo Matricardi e
Eufraim do Amaral*

Mudanças Climáticas: Desafios e oportunidades de mitigação e adaptação

Responsável:

Saulo Rodrigues - CDS-UnB

Palestrante:

*Eduardo Assad,
Henrique Lian - Inst. Ethos,
Sydrônio Alencar - BNB e
Edson Mello - MME*

Modelos Ambientais e económico-ecológicos

Responsável:

Wilson Cabral

Palestrantes:

*Ademar Ribeiro Romeiro - UNICAMP,
Paulo Antônio de Almeida Sinisgalli,
Daniel Caixeta de Andrade - UFU e
Junior Ruiz Garcia*

Desastres (não) Naturais: Revendo Políticas Públicas

Responsável:

Clóvis Cavalcanti - FUNDAJ

Palestrantes:

*Julia Guvant,
Pedro Jacobi,
Célio Bermann e
Noris Diniz*

Cidades Sustentáveis

Responsável:

Elimar Nascimento - CDS-UnB

Palestrantes:

Alexandra Reschke,

Aldo Paviani,

Gonzalo E. V. Enriquez e

Edna Castro.

A Economia Ecológica e os PACs

Responsável:

Joseph Samson Weiss - CDS-UnB

Palestrantes:

Antônio Brasil Jr.,

Ariel Pares e

Adriana Ramos

Mesa de encerramento

A Economia Verde e a RIO + 20

Responsável:

Mauricio Amazonas e

Jorge Hargrave (em conjunto com a C.I.)

Palestrantes:

Beaulieu Dias - UFFA,

Paulo Prado - CI,

Shelley de Souza Carneiro - CNI"

Oficinas

Nas oficinas propõe-se uma pessoa para abrir e estimular a discussão, prevendo-se mais da metade do tempo para debate. Havendo duas simultâneas, reduzirá o número de participantes em cada uma, oferecendo espaço para mais debate.

Oficina I

Desacoplamento e Economia Verde.

Objetivos

- Discutir o significado de decoupling (desacoplamento) e sua relação com o conceito de economia verde, tal qual proposto pelo PNUMA, considerando o contexto do mundo em desenvolvimento (países do Sul), o compromisso com o desenvolvimento sustentável e a imperiosa necessidade de erradicação da pobreza.
- Identificar, sob a perspectiva da economia ecológica, questões e áreas de interesse estratégico para o Brasil de modo a subsidiar as negociações de compromissos multilaterais sobre "economia verde" no âmbito da "Rio + 20".

Produto esperado

Um relatório-resumo das recomendações (máximo de 15 mil caracteres com espaço) e um artigo-síntese (máximo de 4 mil caracteres com espaço) para envio ao Comitê organizador da "Rio + 20" e outros organismos envolvidos, como também para divulgação em jornais de grande circulação e em outros meios de comunicação.

Oficina II

O Ensino da Economia Ecológica

Coordenação

Clítia Helena Backx Martins – FEE e PUC-RS (clitia1@gmail.com)

Economista da FEE e professora da PUC-RS

Dia 5 de outubro - 10 a 12h - Auditório Finatex

Oficina III

A economia dos ecossistemas e da biodiversidade (TEEB). Definições, foco e resultados Preliminares.

Coordenação

Peter Herman May (peter@ecoeco.org)

Objetivos

- Apresentar brevemente os produtos do projeto A Economia dos Ecossistemas e da Biodiversidade (TEEB em inglês), com base dos seus relatórios D0 a D3, visando distintos usuários e a sociedade civil, discutidos amplamente no mundo inteiro, com chamadas de evidência para a utilização de valoração e instrumentos econômicos na gestão dos ecossistemas e seus serviços para o bem estar humano, tendo servido como insumo importante para o debate do CDB em Nagoya.
- Apresentar o conjunto de atividades em curso em torno do TEEB-Brasil, de forma sintética, e em detalhes por representantes de cada projeto com representação na oficina.
- Debate com a Platéia: qual a contribuição que a Economia Ecológica tem a oferecer à valoração dos bens e serviços obtidos hoje a amanhã pelos ecossistemas brasileiros, e como canalizar estes conhecimentos aos processos TEEB nacional, estadual e empresarial em curso? Desafios e oportunidades para colaboração.

Representação na oficina

Peter May – UFRSJ, coord.

Antonio Tafuri – MMA

Paulo Prado – CI

Eliza Dezolt – CNI

João Tadeschi e Anna Cristina Secchi – Min. Fazenda

Jose Aroudo e Julio Romão – IPEA

Ingrid Prem – GIZ

Helena Carrascosa – SEMA-SP

Minicursos

A história do pensamento econômico-ecológico

Histórico das diferentes contribuições que levaram à formulação da Economia Ecológica. Economia rasa e economia profunda. Paradigma econômico e paradigma ecológico. Sustentabilidade fraca e sustentabilidade forte. A incomensurabilidade de valores. Georgescu-Roegen e seus seguidores. Fundação da ISLE e ECOECO.

Professores responsáveis:

*Clóvis Cavalcante e
Maurício de Carvalho Amazonas*

Pagamento por Serviços Ambientais

Este mini-curso é voltado a estudantes de graduação bem como outros interessados e visa prover uma introdução à temática relativa ao instrumento econômico de pagamento por serviços ambientais (PSA). Serão abordados conhecimentos conceituais e históricos, assim como serão apresentados estudos de caso e seus desafios de implantação.

Professores responsáveis:

*Susan Edda Seehusen – CDS-UnB e
Maurício de Carvalho Amazonas – CDS-UnB*

Valoração Ambiental

O objetivo do curso é oferecer uma análise crítica dos métodos de valoração econômica (monetária) do meio ambiente a partir de uma perspectiva econômico-ecológica. Trata-se de apresentar um novo protocolo de valoração ambiental que atenda os critérios de sustentabilidade ecológica e social que devem condicionar a valoração econômica.

Professores responsáveis:

Ademar Ribeiro Rameiro – UNICAMP

Indicadores para a gestão ambiental

- Economia ambiental e economia ecológica
- Sustentabilidade, Desenvolvimento Sustentável e Economia Verde - a questão da mensuração
- Índices, indicadores e estatísticas
- Marcos ordenadores
- Uma visita ao site do IBGE
- Os Indicadores de Desenvolvimento Sustentável
- Estatísticas Ambientais
- Indicadores ambientais para a gestão local com base na Pesquisa de Informações Básicas Municipais (MUNIC).

Professores responsáveis:

Paulo Gonzaga Mibielli de Carvalho – UFRJ,

Frederica Cavadas Barcellos – IBGE,

Valéria Vinha – PPED-UFRJ e

Gabriela Sanchez – FCE-UERJ.

Política florestal

O objetivo do Minicurso é introduzir o participante à lógica, ao histórico e à efetividade das políticas florestais brasileiras para que possa seguir em se aprofundar, por conta própria, na análise da política florestal.

Aula 1: Conceitos, História e Contexto: Conceitos de Manejo Florestal – Qual seria o ideal? O Regime Florestal Brasileiro e sua história recente; a realidade do setor (mercados, produtos, cadeias produtivas); a política das plantações florestais - reflorestamento; valor da floresta "em pé" e valor da terra.

Aula 2: O elenco das políticas florestais brasileiras para as florestas nativas, setoriais e extra-setoriais positivas e negativas; a relação da floresta com as mudanças climáticas; medidas de efetividade e impacto sobre o desmatamento, a emissão de gases de efeito estufa e mudanças climáticas.

Professores responsáveis:

Joseph Samson Weiss – CDS-UnB

Mudanças climáticas

O Minicurso Mudanças Climáticas tem por objetivo oferecer uma revisão do estado da arte sobre a "ciência das mudanças climáticas", tema classificado como uma nova ciência na literatura científica devido à elevada complexidade e grau de incerteza envolvidos. As aulas estão estruturadas de modo a incluir os principais aspectos conceituais e metodológicos relativos à investigação de causas de mudanças no clima (antropogênicas x naturais), assim como quanto aos potenciais efeitos dessas mudanças sobre o meio ambiente e sobre as atividades econômicas e sistemas sociais em diferentes escalas espaciais. Serão destacadas ainda as medidas mitigadoras que vem sendo discutidas/implementadas pela comunidade científica e pelos tomadores de de-

ção no mundo para enfrentar o aquecimento global, assim como aquelas voltadas à redução das vulnerabilidades sociais e ecológicas por meio de medidas de adaptação aos eventos climáticos extremos.

Professores responsáveis:

Saulo Rodrigues Filho (CDS-UnB)

Diagnóstico energético dos sistemas de produção e consumo

Aspectos teóricos:

1. A visão sistêmica e a metodologia emergética.
2. Modelagem de sistemas energéticos sustentáveis. Emergia.
3. O papel da Economia Ecológica.
4. O papel da Economia Ecológica.
5. Sustentabilidade e Pegada Ecológica.
6. Tendências históricas dos sistemas rurais. (co-autor Fabio Takahashi)
7. O Declínio Prospero.
8. O Decrescimento - Parte I.
9. O Decrescimento - Parte II.
10. Mudanças climáticas: visão emergética. (co-autor Eng. Ari Costa)

Análise de um estudo de caso

Professores responsáveis:

Enrique Ortega-Rodriguez – UNICAMP

Políticas territoriais e o uso da terra na Amazônia

O curso tem como objetivo trazer ferramentas teóricas e metodologias para entender como se articulam as políticas territoriais (fundiárias e ambientais) na Amazônia, e para confrontá-las com as mudanças no

psóda de e gda rização dos diários a Amazônia local e global. Após a navegação e as discussões, apresentamos a interface com questões ambientais em dois estudos de caso no Pará: a) ao longo das rodovias Transamazônica e BR-163; e b) nos territórios quilombolas do Trombetas.

Detalharemos como se pode combinar diferentes ferramentas para diagnosticar sinergias e discrepâncias entre objetivos de políticas fundiárias/ambientais e a realidade do uso dos recursos: análise espacial (incluindo leituras de paisagens, imagens de satélite, sistemas de informação geográfica (SIG), mapeamento participativo), análise de sistemas agrícolas, assim como dinâmicas demográficas. Detalharemos como incorporar estas ferramentas à agenda de pesquisa de campo (elaboração de questionários, entrevistas, amostragem). Adicionalmente, buscaremos discutir as principais/mais recentes contribuições técnicas e acadêmicas para políticas de uso sustentável da terra na Amazônia, sempre priorizando a participação dos

alunos e valorizando a bagagem que cada um traz em sua respectiva área de atuação.

Professores responsáveis:

Thomas Ludewigs – CDS-UnB e

Ludivine Eloy Costa Pereira – CDS-UnB

Sessões de Apresentação de Trabalhos

Resumos

SESSÃO A

Sustentabilidade dos biomas brasileiros e as políticas públicas

Coordenadores: Ludivine Eloy (UnB), Jan Börner (CIFOR) e Maria Amélia da Silva (UFPA)

| 147 | A CONTRIBUIÇÃO DAS UNIVERSIDADES BRASILEIRAS PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Leila Chalub Martins – UnB (chalub@terra.com.br)
Doutora em Antropologia Social, Professora do CDS da Universidade de Brasília
Fabiana Moreira Vicentim – UnB (fabi_vicentim@yahoo.com.br)
Mestranda do CDS

Resumo

O artigo pretende apresentar uma reflexão sobre a realidade atual no mundo e no Brasil e situar o papel das universidades públicas nesse contexto. A abordagem será feita em dois pontos básicos: a crise civilizacional, a modernidade e seu projeto, a emergência do conceito de desenvolvimento sustentável, seus avanços suas limitações; e uma universidade intrometida na vida, o que se espera de uma universidade genuinamente brasileira, a reforma do pensamento e a construção do conhecimento pertinente. Ressalta o papel da pesquisa-ação como metodologia para a apreensão da dinâmica e dos conflitos entre teoria e prática. Dá destaque para o processo de construção do conhecimento na pós-graduação do CDS, no âmbito do Projeto Mulheres das Águas. Focaliza a pesquisa realizada no Assentamento Santo Antonio das Brancas, em Água Fria, Goiás, na Chapada dos Veadeiros. O trabalho é construído a partir da pergunta: Como se dá a construção do conhecimento no domínio do desenvolvimento sustentável a partir das práticas de consultoria social e de intervenção social de que a contradição básica esperada é a configuração de uma universidade pública comprometida com a excelência acadêmica e com a responsabilidade socioambiental.

| 137 | ANÁLISE DA EFICIÊNCIA DA AGRICULTURA FAMILAR AGROECOLOGISTA

Lúcio André de Oliveira Fernandes – UFPel (laofernandes@yahoo.co.uk)
PhD, Professor de Economia Rural, departamento de Ciências Sociais Agrárias, FAEM-UFPel
Unai Pascual – University of Cambridge (up211@cam.ac.uk)
PhD, Lecturer at Department of Land Economy

Resumo

Este artigo é cenário de um estudo com o objetivo de identificar indicadores de sustentabilidade para a agricultura familiar. O estudo foi realizado na região sul do Rio Grande do Sul comparando unidades de produção familiar que desenvolvem uma agricultura de base ecológica, apoiadas nos princípios da agroecologia, e outras unidades similares que não o fazem. Para tanto foram realizadas entrevistas socioeconômicas com 20 famílias de agricultores agroecologistas e 64 famílias de agricultores não agroecologistas. Neste estudo os indicadores das dimensões social e ambiental mostraram-se favoráveis ao grupo de agricultores que adotava a agroecologia. Já os indicadores econômicos favoreceram ao grupo de agricultores não agroecológicos (convencionais). Para melhor entender esta última constatação este trabalho buscou estimar a eficiência econômica nas unidades produtivas destes dois grupos de agricultores. Na análise dos dados a técnica denominada stochastic production frontier (SPF) foi utilizada. Os resultados obtidos permitem informar que a opção das unidades familiares pela agroecologia contribui para uma maior eficiência alocativa. Contribuíram ainda para maior eficiência alocativa a maior escolaridade e o maior número de pessoas na unidade familiar. Contribuíram para uma menor eficiência alocativa a tomada de crédito, as rendas não agrícolas e aumento da área da propriedade.

Palavras Chave:

Eficiência, Agricultura Familiar, Agroecologia, SPF.

| 172 | ANÁLISE DA SUSTENTABILIDADE DO BIODIESEL A PARTIR DA PRODUÇÃO DE SOJA

*Juliana Aguiar de Melo – Universidade Federal do Tocantins (aguiarmelo@yahoo.com.br)
Economista/UFV, estudande do programa de pós-graduação em Desenvolvimento Regional/UFT e professora substituta do IFTO na área de recursos naturais*

Wilians dos Santos Silva – Universidade Federal do Tocantins (wiliansster@gmail.com)

Waldecy Rodrigues – Universidade Federal do Tocantins (waldecy@uft.edu.br)

Coordenador do programa de Mestrado em Desenvolvimento Regional da UFT

*Adriano Nascimento da Paixão – Universidade Federal do Tocantins (an.paixao@gmail.com)
Professor do programa de Mestrado em Desenvolvimento Regional da UFT*

Resumo

Em busca do crescimento econômico sustentável o Brasil vem utilizando cada vez mais energia limpa. Com exemplo, a criação do Programa Nacional de Produção e Uso do Biodiesel – PNPB, que objetiva estimular a produção de oleaginosas, distribuir renda e promover o desenvolvimento regional. Apesar disso, quase 90% da produção de biodiesel é provenientes da soja. Contudo, o governo tem incentivado a produção de outras oleaginosas como a mamona e o girassol, a área destinada a produção da mamona aumentou nove vezes e do girassol três vezes entre 2007 e 2010. Já expansão da soja tem avançando na região norte principalmente nos Estados Roraima, Rondônia, Pará e Tocantins que vem substituindo a

vegetação nativa pelo cultivo da oleaginosa. Outro resultado apresentado é que a produção de biodiesel não aumenta o preço do óleo bruto de soja.

Abstract

In search of sustainable economic growth in Brazil has been using increasingly use clean energy. As an example, the creation of the National Program of Biodiesel Production and Use - PNPB, which aims to stimulate oil production, income distribution and promote regional development. Nevertheless, almost 90% of biodiesel production is derived from soy. However, the government has encouraged the production of other oilseeds such as castor and sunflower, the area intended for production of castor oil has increased nine times and three times the sunflower from 2007 to 2010, expansion of soya has already advancing in the region mainly in the northern Roraima, Rondônia, Pará and Tocantins, which is replacing the native vegetation by cultivation of oilseeds. Another result presented is that the production of biodiesel does not increase the price of crude soybean oil.

| 181 | COBRANÇA PELO USO DOS RECURSOS HÍDRICOS NO TRECHO SUL FLUMINENSE DA BACIA DO RIO PARAÍBA DO SUL UTILIZANDO A METODOLOGIA DO VALOR DE SHAPLEY

Gil Bracarense Leite – UFF (gilbracarense@id.uff.br)

Economista, Professor do Departamento Multidisciplinar, Universidade Federal Fluminense - Campus Valsa Redonda.

Wilson da Cruz Vieira – UFV (wvieira@ufv.br)

Professor Associado do Departamento de Economia Rural, Universidade Federal de Viçosa.

Resumo

Este trabalho objetivou aplicar uma metodologia de cobrança pelo uso de recursos hídricos entre os setores demandantes de água em uma bacia hidrográfica. Essa metodologia consiste na regra de alocação do valor de Shapley, pertencente à teoria de jogos cooperativos, e, para mostrar sua aplicabilidade, realizou-se um estudo de caso no trecho sul fluminense da bacia do rio Paraíba do Sul. Os critérios de cobrança utilizados foram a captação e o consumo de água e a quantidade lançada de efluentes. Na aplicação da metodologia, buscou-se considerar informações que levassem à construção de um cenário próximo da realidade observada no trecho analisado, de forte presença industrial. Os valores encontrados indicaram que os usuários urbanos deveriam arcar com os maiores valores, já que estes são os que mais lançam efluentes, sendo a deterioração qualitativa da água o problema de maior relevância na bacia. Todavia, como a região tem a especificidade de ser a única em que o setor industrial é o maior demandante de água, o valor pago pelas indústrias não se mostrou tão distante do setor urbano, como aconteceria em outras partes da bacia.

| 130 | CONSERVAÇÃO DA NATUREZA E ECOTURISMO DO SUL DO BRASIL: DA DISPOSIÇÃO A PAGAR EM ESCALA LOCAL PARA UMA ABORDAGEM REGIONAL DE CONSERVAÇÃO

Raquel Fetter – UnB (aquelfetter@yahoo.com.br)

Mestre em Ecologia pela Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões, URI - Campus de Erechim

Carlos Henke de Oliveira – UnB (carloshenke@unb.br)

Professor adjunto, Departamento de Ecologia, Instituto de Ciências Biológicas, Universidade de Brasília

Carlos Hiroo Saito – UnB (carlos.h.saito@hotmail.com)

Professor associado, Departamento de Ecologia, Instituto de Ciências Biológicas, Universidade de Brasília

Resumo

O ecoturismo no Brasil quase sempre é praticado no interior de Áreas Protegidas. Nesse trabalho analisamos o potencial do ecoturismo em uma área protegida no sul do Brasil, com foco em uma proposta de pagamento por serviços ambientais com base na disposição a pagar (DAP). O principal resultado foi que o estabelecimento de uma dada taxa de ingresso restringe o número de visitantes dentro da capacidade de carga, dando uma solução puramente baseada no ponto de vista ecológico. No entanto, ainda restaria um excedente expressivo de turistas, representando um cenário cuja solução não é desejável do ponto de vista social e econômico. Por outro lado, a melhor solução para maximizar o orçamento do parque não satisfaz os requisitos da solução ecológica. Isso é chamado de Dilema do Ecoturismo Local (DEL) e sua solução é nomeada Solução Regional para o Ecoturismo Sustentável (SRES). Esses conceitos foram analisados mediante uma abordagem da mudança da escala local para a escala regional, fornecendo considerações importantes que poderiam tornar viável o ecoturismo, garantindo ganhos econômicos, sociais e ambientais em escala supra-local. Palavras-chave: ecoturismo, pagamento por serviços ambientais, disposição a pagar, conservação da biodiversidade.

| 21 | CULTIVO DE ORQUÍDEAS: UMA OPÇÃO À AGRICULTURA FAMILIAR?

José Newton Pires Reis – UFC (newton@ufc.br)

Agrônomo, Doutor pela ESALQ/USP, Professor do Departamento de Economia Agrícola da Universidade Federal do Ceará.

Resumo

O cultivo de orquídeas é um negócio que tem se consolidado como importante atividade econômica no Brasil. Esse estudo analisou o panorama geral do mercado apresentando o balanço comercial de mudas no país, a evolução das exportações e importações e os principais estados exportadores. O setor que movimentou no varejo R\$ 4,0 bilhões em 2010, registrou saldo negativo no comércio internacional. Contudo, sua sustentação continua focada no mercado interno que encontra-se longe da saturação. O grande mercado consumidor e produtor é São Paulo, seguido do Rio de Janeiro. Mas a produção tem se diversificado, incorporando novos produtos e regiões. Um dos grandes desafios do setor é garantir o escoamento

das mercadorias, concentrado em um número limitado de datas especiais. No estado do Ceará, um case de sucesso nas exportações de rosas, o segmento de orquídeas é incipiente e de importância secundária na economia local. As serras úmidas do estado, berço de uma das mais importantes espécies do mundo (*Cattleya labiata*), acham-se fortemente desmatadas para fins agropecuários. A produção nessas áreas é composta de pequenos produtores familiares com baixa capacidade empreendedora e pouca visão de mercado. A consequência é o desprezo pela sua flora nativa. Isso reveste de importância os necessários incentivos para o fortalecimento de novas iniciativas comerciais, como a orquidocultura, que se viabilizam em pequenas propriedades rurais, gerando oportunidades de empregos. Desafios como esses, compõem o novo cenário para a orquidocultura no país e deverão fazer parte da agenda de trabalho de todos que estão preocupados com o desenvolvimento do setor no Brasil.

| 129 | EFETIVIDADE DA PROTEÇÃO DE BIOMAS ATRAVÉS DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO EM MINAS GERAIS: CONTRIBUIÇÃO DO CENÁRIO ATUAL PARA AS METAS DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE

Marianne Silva Oliveira – UFMG (doizenne@gmail.com)

Bióloga, Mestranda em Análise e Modelagem de Sistemas Ambientais-Instituto de Geociências- UFMG

Simone Ribeiro Rolla – SEMAD-MG (simone.rolla@meioambiente.mg.gov.br)

Arquiteta, Superintendente de Gestão Ambiental, Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável de Minas Gerais – SEMAD-MG

Bernardo Machado Gontijo – UFMG (gontijobm@yahoo.com.br)

Biólogo, Geógrafo, Professor Adjunto do Instituto de Geociências-UFMG

Resumo

Dos três biomas presentes no Estado de Minas Gerais, o Cerrado e a Mata Atlântica ocorrem em proporções predominantes e significativas em relação às suas respectivas extensões no território brasileiro, sendo a área de Caatinga uma proporção minoritária. Considerando as Metas Nacionais da Biodiversidade que

estabelecem o alcance de 10% em área de unidades de conservação (UCs) nos biomas Mata Atlântica e Cerrado, o presente estudo pretende caracterizar o cenário atual de UCs em relação aos biomas presentes no Estado de Minas Gerais e quantificar sua contribuição para o alcance das referidas metas. Partindo de uma base cartográfica digital com as informações espacializadas para a distribuição de biomas e UCs, foi possível quantificar a área protegida por bioma através de ferramentas de análise espacial. Os resultados indicam que área protegida em Minas Gerais contribui significativamente para as Metas Nacionais de Biodiversidade nos biomas Mata Atlântica (22%) e Cerrado (13,5%). Na Caatinga, a área total protegida corresponde a menos de 1 mil km². O Cerrado possui o maior total em área de UCs (27 mil km²) equivalente a 8,2% da área do bioma no Estado. A Mata Atlântica embora tenha o maior percentual em área total protegida (10%) é o bioma mais vulnerável no Estado: possui a menor proporção de vegetação remanescente (23%) e o menor percentual em área sob proteção integral (1,1%). Com relação

às Metas Estaduais, a área total sob proteção integral corresponde a 1,96% da extensão territorial do Estado, ainda distante dos 10% a serem alcançados. O presente estudo visa contribuir para indicação de tendências e diretrizes estratégicas na futura expansão de UCs e sua distribuição pelos biomas no Estado de Minas Gerais.

| 96 | INCENTIVOS ECONÔMICOS PARA CONSERVAÇÃO AMBIENTAL NA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO XOPOTÓ

Ana Carolina Campanha de Oliveira – UFV (*carolvijfo@yahoo.com.br*)
Eng^a Florestal, pesquisadora Universidade Federal de Viçosa/CNPq, Bolsista EXP-3/CNPq
Mariana Barbosa Vilar – Polo de Excelência em Florestas (*maribvilar@hotmail.com*)
Eng^a Florestal, MSc. Ciência Florestal, UFV, Polo de Excelência em Florestas, SECTES – MG
Marcelo Oliveira Santos – Instituto Xopotó (*marcelosantos.floresta@gmail.com*)
Eng^a Florestal, Pesquisador Instituto Xopotó/FUNBIO
Aline Daniele Jacon – UFV (*alinejacon@hotmail.com*)
Graduanda em Engenharia Florestal, DEF/UFV
Laércio Antônio Gonçalves Jacovine – UFV (*jacovine@ufv.br*)
Eng^a Florestal, DSc. Ciência Florestal, Professor DEF/UFV

Resumo

O objetivo deste estudo é apresentar as diversas possibilidades de incentivos econômicos existentes no Brasil, que podem ser aplicadas àqueles que exercem ações de preservação e conservação do meio ambiente. A área de estudo é a Bacia Hidrográfica do Rio Xopotó, constituída por pequenos municípios, onde o Instituto Xopotó realizou, através do projeto Agente Ambiental, em 2008 e 2009, um diagnóstico socioeconômico e ambiental. O intuito foi estimar o valor ambiental de 200 propriedades rurais distribuídas em dez municípios. Como fruto da parceria entre o Instituto Xopotó, a Universidade Federal de Viçosa e o CNPq, busca-se valorar os recursos ambientais das propriedades envolvidas, apresentar aos produtores rurais alternativas sustentáveis de manejo para suas propriedades, e despertar os envolvidos para a importância da organização comunitária. Todos os produtores envolvidos nesse projeto podem ser considerados produtores de serviços ambientais, no entanto, estas pessoas não recebem nenhum incentivo para garantir a provisão destes serviços. Com isso este estudo apresenta alguns incentivos econômicos possíveis: 1) Incentivos fiscais (Ex: ICMS Ecológico, isenção do Imposto Territorial Rural); 2) Programas de Pagamentos por Serviços Ambientais (PSA). A implementação de Programas de PSA pode tornar a conservação florestal uma opção mais atrativa para produtores rurais e, conseqüentemente, induzi-los a adotar práticas conservacionistas que garantam a produção agropecuária e a manutenção dos serviços ambientais. No Brasil e no mundo, diversas iniciativas de PSA já estão em andamento. Uma delas é o programa Bolsa Verde, do estado de Minas Gerais, um instrumento que possibilita, através de remunerações anuais, o reconhecimento dos produtores pelos serviços ambientais prestados. Percebe-se que há possibilidades reais de incentivos econômicos aos produtores rurais da Bacia Hidrográfica do Rio Xopotó. No

entanto, são necessários trabalhos efetivos que levem as informações necessárias aos produtores rurais e aos tomadores de decisões governamentais, de forma que se garanta a concretização dessas políticas.

| 107 | LEVANTAMENTO PARTICIPATIVO DE BENS E SERVIÇOS AMBIENTAIS PARA ESTUDOS DE VALORAÇÃO EM RESERVAS EXTRATIVISTAS EM ÁREAS DE MANGUEZAIS

Bruno de Brito Gueiros Souza – CNPq/ICMBio (bgueiros@yahoo.com.br)

Dr. em Geoquímica Ambiental pela UFF, Analista Ambiental/Pesquisador do CNPq/ICMBio; Professor Colaborador do Mestrado em Sustentabilidade de Ecossistemas na UFMA, Trabalho há 20 anos com ecossistemas manguezais, atualmente com economia ecológica

Resumo

Foi realizado um levantamento participativo de bens e serviços ambientais, como subsídio para estudos de valoração, através da aplicação de técnica de Grupo Focal, tendo como alvo lideranças extrativistas e gestores de duas Reservas Extrativistas em áreas de manguezais, no litoral da Bahia. Foram levantados atributos, hierarquizados em relação ao grau de importância e classificados como de uso direto, uso indireto e não uso. Os resultados foram satisfatórios no sentido de elencar os múltiplos usos por parte das populações tradicionais, bem como, no sentido de apresentar especificidades locais nas duas áreas onde foram aplicados. Entretanto, não foi capaz de apontar importantes serviços ambientais prestados pelos manguezais em escalas regionais, ou globais. Desta forma, é apontada a necessidade de conjugar entrevistas individuais à especialistas técnicos em adição ao emprego da técnica de Grupo Focal, da maneira como foi aplicada neste trabalho.

| 275 | LIMITAÇÕES E OPORTUNIDADES DO PAGAMENTO POR SERVIÇOS AMBIENTAIS PARA CONSERVAÇÃO DE FLORESTAS NO CORREDOR ECOLÓGICO CHAPECÓ, SUL DO BRASIL

Gisele Garcia Alarcon – Universidade Federal de Santa Catarina (giselegalarcon@yahoo.com)

Bióloga, doutoranda em recursos genéticos vegetais, do Núcleo de Pesquisa em Florestas Tropicais – UFSC

*Alfredo Celso Fantioli – Universidade Federal de Santa Catarina (cfantioli@ccs.ufsc.br)
Professor Doutor do Centro de Ciências Agrárias da Universidade Federal de Santa Catarina
(giselegalarcon@yahoo.com)*

Resumo

Santa Catarina é o estado com o maior número de remanescentes do bioma Mata Atlântica no Brasil. Não obstante, a fragmentação desses remanescentes associados à exploração seletiva de espécies nobres, à abertura de estradas, ao pisoteio do gado e ao constante avanço de outros usos do solo vêm comprometendo sobremaneira sua conservação. Na região oeste, este cenário se agrava nas áreas de Floresta com Araucária e na Mata do Alto Rio Uruguai. Este estudo tem como objetivo avaliar a disposição de produtores rurais de participarem de um programa de pagamento por serviços ambientais (PSA) a partir

de um Sistema de Créditos de Conservação (SICC) na área do Corredor Ecológico (CE) Chapecó, no oeste catarinense, visando à conservação e o aumento da conectividade dos remanescentes naturais. Para tanto, foram aplicados 44 questionários com produtores rurais em 3 regiões socioeconômicas localizadas em 10 municípios. O método da valoração contingente foi utilizado para avaliar a disposição dos produtores em receber incentivos econômicos para dois programas focais: conservação e recomposição florestal. A área média de mata nativa nas propriedades entrevistadas atinge 15%, sendo a região de agricultura familiar tradicional a que possui em média o maior percentual (19%). Quanto à disposição a participarem do programa de conservação florestal, 77% dos entrevistados acenaram positivamente, mas apenas 43% demonstraram interesse na recomposição. O valor mínimo médio apontado pelos entrevistados para o programa de conservação florestal é R\$ 540,00, e para recomposição florestal R\$ 790,00, ambos acima do valor proposto pelo SICC (R\$ 350,00). A proposição do pagamento de R\$350,00/hectare/ano para conservação em propriedades com excedente florestal pode comprometer a adesão de produtores no programa de recomposição. O custo de oportunidade e a expectativa de aprovação da nova Lei do Código Florestal são apontados como fatores determinantes para adesão dos produtores rurais ao programa.

| 142 | O FINANCIAMENTO DO PAGAMENTO POR SERVIÇOS ECOSISTÊMICOS E O PROJETO “CONSERVADOR DE ÁGUA”

Junior Ruiz Garcia – Unicamp (jrugaia1989@gmail.com)

Economista, doutorando em Desenvolvimento Econômico Espaço e Meio Ambiente do Instituto de Economia da Unicamp, bolsista de doutorado do Centro Internacional Celso Furtado.

Ademar Ribeiro Romeiro – Unicamp (arromeiro@gmail.com)

Economista, livre docente - do Instituto de Economia da Unicamp, doutorado em economia – Ecole des Hautes Etudes en Sciences Sociales, 1986.

Resumo

Este trabalho tem por objetivo mostrar a fragilidade do esquema de financiamento do PSE do Município de Extrema, Minas Gerais, bem como propor alternativas. O “Projeto Conservador das Águas” tem por objetivo estimular a adoção de ações para a melhoria da qualidade e disponibilidade hídrica pelos agricultores locais. O principal instrumento para estimular a adesão dos agricultores, agentes indutores da melhoria dos recursos hídricos é o PSE. O “comprador” dos serviços ecossistêmicos é o Poder Executivo local, que também prestará suporte financeiro aos agricultores habilitados e que aderirem à iniciativa. As despesas do projeto serão financiadas por recursos próprios, nominados no orçamento municipal e por meio de parcerias e doações. O cálculo do valor da remuneração monetária foi realizado com base no custo de oportunidade dos agricultores, pecuária leiteira. Todavia, o valor não representa apenas o custo de oportunidade, mas todo o custo de operacionalização do esquema, o custo de participação. Por último, o modelo de financiamento do PSE está baseado apenas em repasses, parcerias e doações. Essa estrutura institucional não é sustentável, porque é preciso que os beneficiários diretos e indiretos dos serviços paguem pelos serviços fornecidos pelos provedores.

| 199 | O USO ECONÔMICO DA RESERVA LEGAL NO CERRADO: A SIMULAÇÃO DO
EXTRATIVISMO SUSTENTÁVEL DO PEQUI EM IPORÁ

Ana Cláudia Sant'Anna – ESALQ/USP (aclaudiasantanna@gmail.com)

Mestranda em Economia Aplicada

Ricardo Shirota – ESALQ/USP (rshirota@usp.br)

Professor Doutor da Universidade de São Paulo

CARLOS TADEU DOS SANTOS DIAS – ESALQ/USP (ctsdias@esalq.usp.br)

Professor Titular da Universidade de São Paulo

Resumo

O Código Florestal determina que proprietários de terras em Goiás devam manter 20% de suas áreas como Reserva Legal (RL) o que gera externalidades positivas para a população, mas, oneram o proprietário com custos marginais privados, relativos à manutenção e reposição, superiores aos seus benefícios marginais. Pressupõem-se, neste artigo, que o uso econômico rentável da RL incentivaria o proprietário a mantê-la, conservaria o Cerrado e, conseqüentemente, reduziria a necessidade de fiscalização das RLs pelo Governo. Estimou-se, mediante simulações de Monte Carlo, a margem bruta de extrativismo sustentável do pequi por hectare e, em seguida, comparou-a com a do cultivo da soja. Confirmou-se que a primeira constitui forma de amenizar as perdas do proprietário e de incentivá-lo à conservação do Cerrado.

Palavras-chave: Externalidade positiva; Margem bruta; Código Florestal.

| 241 | PROGRAMAS DE TRANSFERÊNCIA CONDICIONAL DE RENDA E PAGAMENTOS POR
SERVIÇOS AMBIENTAIS: OS DESAFIOS DA CONDICIONALIDADE

Stella Zucchetti Schons – IPAM (stellaschons@gmail.com)

Economista formada pela UNICAMP. Mestrado em Gestão Ambiental e MBA na Universidade de Yale, EUA. No IPAM, Santarém-PA, desde outubro 2010. Foi consultora em projeto de gerenciamento de recursos hídricos bacia amazônica da OEA, OTCA, PNUMA e GEF.

Resumo

Em 1997, o governo mexicano lançou o PROGRESA (hoje chamado de OPORTUNIDADES), programa de transferência condicional de renda através do qual famílias de baixa renda recebem mensalmente um montante de dinheiro desde que suas crianças frequentem a escola e compareçam a visitas periódicas ao posto de saúde. Naquele mesmo ano, a Costa Rica passou a implementar o primeiro sistema de pagamentos por serviços ambientais em escala nacional (Pagiola, 2008). Enquanto programas de transferência de renda possuem um objetivo primariamente social e pagamentos por serviços ambientais possuem objetivo principalmente ambiental, há um fator em comum a ambas as iniciativas que determina o sucesso na consecução de seus objetivos: a condicionalidade. A hipótese deste estudo é: "Programas de pagamentos por serviços ambientais constituem um tipo de programa de transferência de renda, condicional em teo-

ria mas frequentemente não condicional na prática". A partir da hipótese apresentada acima, as seguintes perguntas foram formuladas: O que se sabe sobre políticas de transferência de renda em geral, no que se refere particularmente a mudanças de comportamento do indivíduo? O que o conhecimento sobre transferências condicionais de renda sugere a esquemas de pagamentos por serviços ambientais? Quais são os pontos positivos e os problemas em potencial que a condicionalidade pode nos trazer na busca pelo objetivo da conservação? Como solucioná-los?

Abstract

In 1997, the Mexican government launched PROGRESA (at present called OPPORTUNITIES), a conditional cash transfer program through which low-income families receive a monthly amount of money as long as their children attend school and pay periodical visits to the doctor. In that same year, Costa Rica started to implement the first payments for ecosystem services system at a national scale (Pagiola, 2008). While conditional cash transfer programs have a primarily social objective and payments for ecosystem services have mainly environmental objectives, there is a factor common to both initiatives that determine the success in the achievement of their objectives: conditionality. The hypothesis of this study is: "Payments for ecosystem services system constitute a type of income transfer program, conditional in theory but frequently not conditional in practice." Based on this hypothesis, the following questions were formulated: What do we know about conditional cash transfer programs in general and, specifically, regarding behavior change? What does this knowledge suggests for payments for ecosystem services schemes? What are the benefits and problems that conditionality may bring into the achievement of conservation goals?

Palavras-chave: Pagamentos por Serviços Ambientais, Programas de transferência de renda, condicionalidade.

|262| VALORANDO A FLORESTA EM PÉ: A RENTABILIDADE DA CASTANHA DO BRASIL NO ACRE

Felipe Santos de Miranda Nunes – UFMG (felipesm.nunes@gmail.com)

Bacharel em Ciências Biológicas pela Universidade Federal de Minas Gerais, Especialista em Avaliação Ambiental pela Universidade Estadual de Campinas e Mestre em Análise e Modelagem de Sistemas Ambientais pela Universidade Fe-

deral de Minas Gerais

Britaldo Silveira Soares Filho – UFMG (britaldo@csr.ufmg.br)

Dr. Britaldo Silveira Soares-Filho é professor associado do Departamento de Cartografia, Instituto de Geociências da Universidade Federal de Minas Gerais. Atualmente é coordenador do CSR (Centro de Sensoriamento Remoto)

Hermann Rodrigues – UFMG (hermann@csr.ufmg.br)

Possui graduação em Ciência da Computação pela Universidade Federal de Minas Gerais (2001). Tem experiência na área de Ciência da Computação, com ênfase em Modelos Analíticos e de Simulação

Resumo

A coleta de castanha do brasil em regiões com vocação para o extrativismo tem sido apontada como uma estratégia para conciliar desenvolvimento sustentável e conservação florestal na Amazônia. No entanto, a extensão em que essa atividade pode ser considerada rentável ainda é incerta, devido à escassez de infor-

mações sobre a distribuição espacial e a produtividade das árvores, bem como os custos de coleta e processamento. Para preencher esta lacuna, neste estudo foi desenvolvido um modelo espacialmente explícito da rentabilidade da produção de castanha para avaliar a produtividade e as rendas potenciais das regiões produtoras no Acre, Brasil, sob três cenários de processamento e manejo. Estimou-se uma produção média anual de 29,27±8,42 mil toneladas de castanha com rentabilidade potencial anual (preços de 2008) de R\$ 0,28±0,08 ha-1.ano-1 para castanha com casca a R\$ 7,8±2,39 ha-1.ano-1 para castanha processada e certificada. Os investimentos necessários para expandir a produção certificada nas regiões produtoras, e aumentar a renda em mais de 20 vezes, estão na ordem de aproximadamente R\$ 22 ha-1. Estes recursos poderiam ser canalizados através de políticas públicas e ações de fomento ao extrativismo, como meio de valoração das florestas em pé e com isso contribuir para a redução do desmatamento no Estado do Acre.

| 73 | VIABILIDADE SOCIOECONÔMICA DA PRODUÇÃO DE ADUBO ORGÂNICO PARA ASSENTAMENTOS AGRÍCOLAS NA REGIÃO NORTE DE MATO GROSSO

Wylmor Constantino Tives Dalfóvo – UNEMAT (wylmor@unemat-net.br)

Economista, Professor Efetivo do Curso de Ciências Econômicas da UNEMAT-Sinop

William Hajime Yonenaga – UNEMAT (william.yonenaga@gmail.com)

Engenheiro de Produção, Professor do Departamento de Ciências Econômicas da UNEMAT-Sinop

Jéssica Andressa Zilio – UNEMAT (jesk_zica@hotmail.com)

Graduada do Curso de Ciências Econômicas e Bolsista PROBIC/UNEMAT

Ketlin Daine Jung Pergher – UNEMAT (ketlin_pergher@hotmail.com)

Graduada em Ciências Econômicas

Resumo

Este artigo objetiva analisar a viabilidade socioeconômica da produção de adubo orgânico para assentamentos agrícolas na região Norte de Mato Grosso. Assim, o modelo agrícola adotado e difundido após a Revolução Verde ocasionou a intensificação do uso de agrotóxicos, adubos químicos e da mecanização, a expansão de grandes lavouras com monocultura, reduziu o nível de emprego rural, aumentou a concentração de posse da terra, e com isso acelerou o êxodo de pequenos agricultores para os grandes centros urbanos. Assim, o esgotamento do modelo conhecido como Revolução Verde aponta para a necessidade de uma agricultura sustentável que responda positivamente de forma viável econômica, ecológica e ambientalmente correta. Nesse sentido, a agricultura orgânica consiste em um sistema holístico de gerenciamento da produção que fomenta e melhora a saúde do agroecossistema e, em particular da biodiversidade, os ciclos e as atividades biológicas do solo. Como resultados principais do artigo, este demonstra que com a utilização de insumos antes desprezados do ponto de vista ambiental e econômico, torna-se possível a produção de fertilizantes de baixo custo para implementar o desenvolvimento de atividades agrícolas (orgânica) em setores chaves, como a agricultura familiar, motivo pelo qual este trabalho objetivou analisar através da visão econômica financeira sua viabilidade, na região Norte de Mato Grosso.

Palavras-chave: Viabilidade socioeconômica, adubo orgânico, agricultura familiar, produção de orgânicos.

PÔSTERS

| 223 | A CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE NO BRASIL: UMA VISÃO A PARTIR DE ÁREAS PROTEGIDAS

Michelle Cristiane de Lima Nunes – Universidade Federal de Alagoas (mlimanunes@gmail.com)

Mestranda do Curso de Pós-graduação em Economia Aplicada da FEAC/UFAL

Márcio Jorge Porangaba Costa – Universidade Federal de Alagoas (marcioporangaba@yahoo.com.br)

Professor Adjunto da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade (FEAC) da Universidade Federal de Alagoas (UFAL)

Maria Cecília Junqueira Lustosa – Universidade Federal de Alagoas (cecili lustosa@hotmail.com)

Professora Associada da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade (FEAC) da Universidade Federal de Alagoas (UFAL)

Resumo

A conservação da Biodiversidade do planeta é questionada hoje em relação ao consumo econômico desenfreado, e políticas públicas em favor de sua conservação são constantemente discutidas, construídas e implementadas. O presente trabalho traz uma análise da construção do aparato institucional no Brasil com foco em política ambiental e apresenta a atual estrutura do mesmo em torno das unidades de conservação ambiental. Conclui-se que o processo de construção desse aparato foi lento no decorrer dos anos, mas, a partir da década de 1990, avança e coloca todas as esferas governamentais e a população como responsáveis por essa conservação.

| 254 | A IMPORTÂNCIA DAS ASSOCIAÇÕES E COOPERATIVAS PARA O FORTALECIMENTO DA PISCICULTURA NA AGRICULTURA FAMILIAR NO ESTADO DA BAHIA

Leidisangela Santos da Silva – UFBA (leideostos@yahoo.com.br)

Economista, Mestranda em economia

Resumo

A piscicultura é um ramo da aquicultura que está se expandindo no Brasil, devido ao seu potencial natural de águas, assim o Estado da Bahia vem se destacando no volume de produção de peixes da espécie tilápia. O polo de tilapicultura que este Estado possui enfrenta vários gargalos, mas mesmo assim, verificamos sua superação com os trabalhos desenvolvidos pelas associações e cooperativas junto com as instituições parceiras, que apoiam e incentivam os agricultores familiares a desenvolverem esta atividade de forma segura, gerando emprego e renda. Portanto, o objetivo desse artigo é analisar as contribuições das cooperativas e associações no fortalecimento da piscicultura na agricultura familiar no estado da Bahia.

Palavras-chaves: piscicultura; Bahia; tilápia; associações; cooperativas.

| 188 | A IMPORTÂNCIA DAS PESQUISAS CIENTÍFICAS NA GESTÃO DA ÁREA DE PROTEÇÃO
AMBIENTAL DE GERICINÓ-MENDANHA

Eduardo Treptow Ferreira (UNIRIO) - dudutrepowf@hotmail.com

Discente de Ciências Biológicas - estagiário do Núcleo de Gestão Ambiental. Instituto de Biociências. UNIRIO - Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro.

Carlos Figueiredo (UNIRIO) - carlos.figueiredo@gmail.com

Docente do Instituto de Biociências da UNIRIO. Coordenador do Núcleo de Gestão Ambiental.

Resumo

O Maciço do Madureira-Mendanha-Gericinó e o Morro do Marapicu localizam-se na região metropolitana do Rio de Janeiro. Este local está legalmente protegido em grande parte por uma Unidade de Conservação (UC), a Área de Proteção Ambiental Estadual de Gericinó-Mendanha (APAGM). Esta Reserva da Biosfera é classificada como Floresta Ombrófila Densa e Submontana no domínio da Mata Atlântica. O presente estudo visa conhecer as pesquisas científicas feitas na APAGM, e classificá-las em diversas categorias. Existe também o objetivo de analisar o controle dos órgãos gestores sobre a produção científica nas UC's, uma vez que as publicações científicas são fundamentais, na resolução de conflitos, na possibilidade de manejo dos serviços ambientais e no planejamento de uma UC. Para o levantamento bibliográfico deste trabalho foram utilizadas as palavras chave referentes ao meio físico da localidade, exemplo "Serra do Mendanha" e a uma Instituição de pesquisa, como "UFRJ". Foram levantadas 170 publicações em 45 linhas de pesquisa. A maior parte da produção científica da APAGM resume-se a poucos cientistas. As áreas do conhecimento mais estudadas foram em ordem, Geologia, Gestão Ambiental, Botânica, Zoologia e Ciências Humanas. Os tipos mais comuns de publicação são o artigo e o Resumo. Os pesquisadores requereram 20 das cinquenta autorizações necessárias. A baixa quantidade de autorizações expedidas é resultado da fragilidade na relação do órgão ambiental com a Academia.

| 34 | ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL: CONTRIBUIÇÕES PARA O

DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DA AGRICULTURA FAMILIAR

genebaldo lima rios (universidade de brasil) - genebaldorios@bol.com.br

graduando, gestão do agronegócio, universidade de brasil - faculdade unb planaltina

ruimar de oliveira pereira (unb) - ruimar.pereira@yahoo.com.br

bacharel em gestão do agronegócio, universidade de brasil - faculdade unb planaltina

Resumo

A Assistência Técnica e Extensão Rural para Agricultura Familiar no Brasil, com o advento de leis e normas mais recentes, estão gerando expectativas quanto à possibilidade de mitigação da exclusão fundiária e social causada pela Revolução Verde. O presente artigo tem como objetivo apresentar o contexto histórico da assistência técnica e extensão rural desde a sua criação até os dias atuais, bem como

discutir o referencial teórico com os principais conceitos atinentes ao assunto, apresentando a sua contribuição como meio para o desenvolvimento sustentável da agricultura familiar e apontar os problemas enfrentados que impedem o desenvolvimento da atividade agrícola e não agrícola.

[70] INDICAÇÕES GEOGRÁFICAS – (IG’S) : POR UMA EMANCIPAÇÃO DEMOCRÁTICA DA AGRICULTURA COMUNITÁRIA

Ramon de Souza Oliveira (UnB) - ramansouza0@hotmail.com

Pesquisador Bolsista de Extensão no País do CNPq - Nivel B. Mestrando em Agronegócios pela Universidade de Brasília - UnB. Graduado em Direito pela PUC-GOIAS.

Raphael Greco Bandeira (UnB) - raphael.doutorado@bol.com.br

Doutorando em Direito Constitucional pela Universidade de Brasília – UnB. Mestre em Filosofia pela Universidade de Brasília – UnB. Especialista em Direito Administrativo Aplicado à Prática pela Universidade de Brasília – UnB (CEAD).

Ana Lúcia Eduardo Farah Valente (UnB) - alefv@uol.com.br

Doutora em Antropologia Social pela USP, com pós-doutorado pela Université Catholique de Louvain (Bélgica). Pesquisadora do CNPq. Docente dos Programas de Pós-Graduação em Agronegócios (FAV) e Sociedade, Desenvolvimento e Cooperação Internacional (CEAM)

José Antônio Tietzmann e Silva (PUC-GOIAS) - jates@uol.com.br

Doutor em Direito Ambiental e Urbanístico pela Universidade de Limoges/CRIDEAU (2007). Professor no Mestrado em Direito, Relações Internacionais e Desenvolvimento da PUC-GO.

Resumo

Pretende-se apresentar o conceito de indicações geográficas em sua base normativa nacional e internacional. Toma-se o caso prático da região de Alto Paraíso de Goiás na produção de trigo veadeiro. Evidenciam-se contornos conceituais, assim como a importância econômica e emancipatória deste modelo democrático de uso dos recursos naturais em agricultura comunitária.

Palavras-chave: Indicação Geográfica; Alto Paraíso; Trigo veadeiro; Agricultura Comunitária; Dignidade Cultural.

Abstract

It is intended to introduce the concept of geographical indications based on their national and international regulations. One takes the case study of the region's Alto Paraíso of Goiás deerhound in wheat. Conceptual contours become evident, as well as the economic and democratic model of emancipatory use of natural resources in community agriculture.

Key-words: Geographical Indication; Alto Paraíso; Wheat Deerhound; Community Agriculture; Cultural Dignity.

| 66 | METODOLOGIA PARA AVALIAÇÃO DE SERVIÇOS AMBIENTAIS E APLICAÇÕES NA
RECUPERAÇÃO DE ÁREAS DEGRADADAS

Marcos Bolognini Barbosa (SENAC) - marbbar@gmail.com

Engenheiro ambiental, atua em empresa de consultoria ambiental em São Paulo e está cursando a pós graduação em gerenciamento de áreas contaminadas no SENAC em São Paulo

Graziella Cristina Demantova (UNICAMP) - graziellacd@hotmail.com

Doutorado em Engenharia Civil pela Faculdade de Eng. Civil, Arquitetura e Urbanismo - Unicamp, Brasil (2009)

Resumo

As áreas degradadas são um problema grave em todo o mundo, e as consequências a elas associadas, tais como as enchentes, alteração do clima, perda da biodiversidade, redução da capacidade de suporte do meio ambiente etc., afetam os ecossistemas e a sociedade. Estes efeitos adversos são associados à redução na oferta de serviços ambientais pelos ecossistemas. É consenso geral a necessidade de recuperá-los para melhorar a qualidade de vida tanto para o homem como para os demais seres vivos.

São inúmeras as abordagens e técnicas de recuperação que podem ser adotadas, sendo sua escolha uma tarefa complexa. No intuito de facilitá-la, este artigo apresenta uma metodologia de avaliação das áreas degradadas e das técnicas de intervenção, com base na produção e oferta de Serviços Ambientais, através de quatro estudos de caso.

| 81 | POLÍTICAS PÚBLICAS E JUSTIÇA DISTRIBUTIVA NAS UNIDADES DE CONSERVAÇÃO:
ESTUDANDO O CASO DO PROGRAMA ÁREAS PROTEGIDAS DA AMAZÔNIA

Trigo Andre de Melo Bahia (PPED-UFRJ/INCT) - ecolomista@gmail.com

Bacharel em Economia. Mestrando em Políticas Públicas. Currículo Lattes: <http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?d=k4139965Z6>

Valéria Gonçalves da Vinha (IE-UFRJ e INCT-PPED) - valeriavinha@glabo.com

Empresária Adjunta do Instituto de Economia da UFRJ e pesquisadora do INCT-PPED. Currículo Lattes: <http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?d=k4139965Z6>

Resumo

O panorama da viabilidade das Unidades de Conservação (UCs) apresenta-se historicamente como um desafio às Políticas Públicas (PPs) na região amazônica do Brasil. Tal histórico tem sido paulatinamente alterado na região da Amazônia Legal pelo relativo sucesso da 1ª Fase do programa Áreas Protegidas da Amazônia (ARPA), entre 2003-09. Através de uma Parceria Público Privada entre o Governo brasileiro, o GEF, o KfW, a WWF-Brazil e o Fundo Brasileiro para a Biodiversidade, tal PP conseguiu: capitalizar o programa com US\$ 81 milhões para consecução dessa Fase I; implementar o Fundo Áreas Protegidas para o financiamento a longo prazo das UCs da região e; colocar em prática uma 'Conta Vinculada'. Se tal

prática foi um avanço na aproximação dos gestores das UCs com as populações locais e no conseguinte enraizamento social dessas Áreas Protegidas, ainda há uma grande lacuna na 1ª Fase do ARPA em relação à redução-mitigação dos conflitos sócio-ambientais gerados pela criação um tanto exógena dessas UCs. Isso se dá porque, muitas vezes, tais UCs são criadas com processos de consulta pública à sua formação de uma maneira bastante a desejar. Dessa maneira, salvo algumas pequenas exceções de UCs de Uso Sustentável – e considerando a perspectiva de Justiça Distributiva da Economia Ecológica –, poderemos ver que as iniciativas programadas no sub-componente 2.3 do programa ('Integração das Comunidades') dentro da Fase I do ARPA apresentaram resultados beirando ao inexistente. Portanto, este artigo visa acompanhar quais medidas estão sendo de fato tomadas para que essa lacuna de Justiça Sócio-Ambiental seja sanada na Fase II, que se iniciou em 2010. Assim, a relevância deste estudo está na intenção de analisar contribuir para melhoria do sub-componente 2.3 na Fase II do ARPA e por conseqüência promover a redução dos distúrbios sócio-ambientais e melhorando as condições de vida das pessoas que vivem nessa região.

[239] PROJETOS DE REDUÇÃO DE GASES DE EFEITO ESTUFA NO SEMIÁRIDO: GESTÃO AMBIENTAL OU LUCRATIVIDADE?

Ana Cristina de Oliveira Telesforo (Universidade de Fortaleza) - anacris.telesforo@gmail.com

Mestranda em Administração da Unifor.

Marcos Aurélio Alves (Universidade de Fortaleza) - m.aurelio.alves@hotmail.com

Mestrando de Administração (Unifor)

Francisco Correia de Oliveira (UNIFOR e UECE) - fcdeol@gmail.com

Phd. Business Policy, Professor Titular Gestão Ambiental

Resumo

A partir da crescente preocupação das organizações em melhorar sua relação com o meio ambiente, e diante de problemas cada vez mais agudos como as mudanças climáticas, a gestão ambiental surge visando justamente harmonizar a relação homem natureza. O reforço dessa idéia dá margem a acordos internacionais como o Protocolo de Kyoto, no intuito de minimizar as consequências do desequilíbrio causado pelo homem. Esse acordo tem como objetivo incentivar a redução da emissão de gases do efeito estufa (GEE) na atmosfera, minimizando o efeito estufa. Isto pode ocorrer através de projetos como o Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL) e projetos do mercado voluntário, onde as reduções de GEE são convertidas em créditos de carbono. O objetivo deste artigo é verificar o que realmente motivam as empresas a adotarem as práticas de Gestão Ambiental e os projetos de redução de GEE, se o intuito é a preservação ambiental ou a questão econômica. Para isso foi realizado um estudo de natureza exploratória utilizando-se do tipo de pesquisa qualitativa, tendo como método o estudo de caso. Foram utilizados dados primários e secundários. Os dados primários foram coletados através de entrevista em profundidade com o Engenheiro Florestal da Cerâmica Gomes de Matos (CGM) e os dados secundários foram obtidos por meio de relatórios da empresa e periódicos. Os resultados apresentados mostram que houve

mudanças significativas, principalmente no reaproveitamento de resíduos como: bagaço da cana, poda de arvore, pó de serraria e que uma das maiores motivações para adoção dessas práticas é realmente a questão econômica, seja através dos créditos de carbono, seja a partir da melhoria no seu processo produtivo.

| 43 | VALORAÇÃO AMBIENTAL DAS ALTERAÇÕES EM SERVIÇOS ECOSSISTÊMICOS
DECORRENTES DA EUTROFIZAÇÃO NO RESERVATÓRIO GARGALHEIRAS / RN:
UTILIZAÇÃO E CRÍTICA DOS MÉTODOS DA FUNÇÃO DE PRODUÇÃO

Evandro Albiach Branco (EACH USP) - evandroalbiach@usp.br

Arquiteta, Gestor Ambiental, Mestrando em Modelagem de Sistemas Complexos pela EACH USP

Paulo Antônio de Almeida Sinisgalli (EACH USP) - psinisgalli@usp.br

Professor Doutor de Economia Ecológica da EACH USP

Resumo

A açudagem ainda pode ser considerada a principal solução encontrada para enfrentar os problemas de escassez de água no semi-árido nordestino. Porém, uma das condicionantes para garantir a eficiência deste tipo de intervenção está relacionada à manutenção da qualidade de suas águas. O reservatório Marechal Dutra – também conhecido como Gargalheiras, com capacidade de cerca de 40 milhões de metros cúbicos, e utilizado como manancial de abastecimento para os municípios de Acari e Currais Novos, no Rio Grande do Norte, é considerado como o mais eutrofizado da bacia do Piranhas-Açu, implicando em sérias restrições aos seus múltiplos usos.

O trabalho se propôs a analisar os métodos de valoração ambiental derivados da função de produção como uma ferramenta potencial para mensurar os impactos da eutrofização do reservatório Gargalheiras, através da identificação e valoração dos principais serviços ecossistêmicos.

Em razão da natureza do ambiente, classificado como um ecossistema artificial, cuja execução já implica em uma série de alterações e impactos importantes, a própria questão da identificação de serviços ecossistêmicos revela algumas contradições internas que culminaram em restrições à abordagem.

As análises realizadas indicaram que, mesmo com níveis de degradação tão evidentes e bem documentados, nenhuma das técnicas utilizadas demonstrou condições de captar as alterações decorrentes da eutrofização. O trabalho aponta como cerne do problema a questão do caráter antropocêntrico da Economia Ambiental, corrente teórica de suporte da valoração ambiental. Como todas as análises são realizadas tomando por base apenas as medidas de bem estar humano, e as populações humanas impactadas pela degradação são relativamente pequenas, as medidas de impacto econômico também se apresentam como limitadas, desconsiderando aspectos importantes de ordem ecológica e social.

SESSÃO B

Cidades sustentáveis

Coordenadores: Clívia Martins (FEE) e Frandisco Oliveira (UECE, UNIFOR)

| 153 | A CADEIA DA RECICLAGEM E CATADORES: PROBLEMATIZAÇÃO A PARTIR DA POLÍTICA NACIONAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS

Wallace Marcelino Pereira (SEDRU) - wallace.pereira@urbano.mg.gov.br

Economista Diretor de Fomento e Integração Territorial da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional e Política Urbana

Cristian José de Castro Nogueira (UFMG) - cristianjcn@c-econ.grad.ufmg.br
Economista

Resumo

Tendo como plano de fundo a Política Nacional de Resíduos Sólidos o presente artigo se propõe a fazer um estudo exploratório acerca da espacialidade da cadeia de reciclagem no Brasil, mais precisamente no que se refere à coleta seletiva e as cooperativas fornecedoras de materiais recicláveis. A disposição espacial da coleta seletiva e das cooperativas tem mostrado que sua concentração apresenta-se prioritariamente nos grandes centros urbanos, precisamente nas capitais e/ou regiões metropolitanas, indicando dentre outras a possibilidade de ganhos de escala decorrentes das aglomerações urbanas.

| 133 | AS OPORTUNIDADES E OS DILEMAS DO TRATAMENTO DOS RESÍDUOS SÓLIDOS À LUZ DA LEI NO. 12.305 – POLÍTICA NACIONAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS

Eduardo Rodrigues Gomes (PPGCP / UFF) - gomeduar@gmail.com

Graduado em Ciências Sociais pela Universidade Federal Fluminense, é Mestre em Ciência Política pelo Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (IUPERJ) e Doutor em Ciência Política pela Universidade de Chicago.

Melissa Sabbag Abta Steinbrück (PPGCP / UFF) - mabta@iets.org.br

Graduada em Psicologia pela Universidade Presbiteriana Mackenzie, é Pós-Graduada em Sócio-Psicologia pela Escola de Sociologia e Política na FESP e Mestranda em Ciência Política pela Universidade Federal Fluminense.

Resumo

Os desafios impostos pela crescente produção de lixo impõem aos agentes públicos, privados e à sociedade a junção de esforços na busca por soluções efetivas. Propostas que respondam às emergências ambientais e sociais, em um único instrumento, ganham destaque nas agendas, pois enunciam a possi-

bilidade de mitigação de impactos e promoção de bem estar social de modo mais efetivo e integrado. A Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS, Lei no. 12.305), sancionada em Agosto de 2010, carrega estas características.

A referida lei tem como princípio a responsabilidade compartilhada entre governo, empresas e população; impulsiona o retorno dos produtos às indústrias após o consumo; e obriga o poder público a realizar planos para o gerenciamento do lixo. Ainda, por meio de regulamento específico, também propõe a implantação do programa visando à melhoria das condições de trabalho e às oportunidades de inclusão social e econômica dos catadores de materiais recicláveis. Em termos teóricos, a lei contempla os principais aspectos da cadeia produtiva de material reciclável e atenta-se para todas as oportunidades, econômicas, sociais e ambientais, originadas por este setor. Entretanto, é crucial que o PNRS tenha ressonância no atual contexto, contribuindo para a superação dos desafios enfrentados na gestão de resíduos sólidos e gerando os resultados positivos propostos.

O presente artigo tem por objetivo analisar brevemente as potencialidades e os dilemas do tratamento de resíduos sólidos referenciando-se pela Política Nacional de Resíduos Sólidos e a partir da contextualização da situação atual do lixo e manuseio dos resíduos sólidos urbanos. A análise de dados secundários, revisão bibliográfica e dados coletados através de observação participante em trabalho de campo subsidiarão a realização do presente trabalho de cunho qualitativo.

[268] COMUNIDADES À MARGEM DA SUSTENTABILIDADE: UM OLHAR SOBRE O PÓLO ECOTURÍSTICO DE IRANDUBA NO AMAZONAS

*Edineiza Macedo Ribeiro (Universidade do Estado do Amazonas/UnB/C) - edinibeiro27@hotmail.com
http://lattes.cnpq.br/5385395813417606*

*Elmar Pinheiro do Nascimento (Universidade de Brasília - UnB/CDS) - elimarcds@gmail.com
http://lattes.cnpq.br/5290901839648752*

*Elane Conceição Oliveira (Universidade de Brasília/CDS) - ecoliveira_@hotmail.com
http://lattes.cnpq.br/9219459569460852*

*Ana Lúcia Soares Machado (Universidade de Brasília/CDS) - analusmachado@hotmail.com
http://lattes.cnpq.br/8651168588446017*

Resumo

O Estado do Amazonas possui uma das maiores biodiversidade preservada do planeta. Dispõe de um banco genético precioso, para a exploração científica e econômica, porém, encontra-se ameaçado pela degradação ambiental. Por apresentar uma rica sociodiversidade com grande número de etnias indígenas, marcada pela cultura dos povos ribeirinhos, rica em festas folclóricas, a região também é conhecida como Referencial do Ecoturismo. O presente artigo se propôs analisar o impacto do pólo ecoturístico de Iranduba/AM sobre as comunidades da região. A pesquisa caracteriza-se de natureza qualitativa, pois se priorizou para a realização

da coleta de dados a técnica metodológica do Grupo Focal. O que motivou a realização desse trabalho foi investigar o modus operandis do ecoturismo no Amazonas com o fim de desvelar se esta atividade que tem sido realizada de acordo com o conceito defendido pela literatura. A escolha desse pólo ecoturístico deu-se em virtude do município de Iranduba abrigar a maior concentração de hotéis de selva e uma diversidade de comunidades ao seu redor. O resultado do estudo aponta que as comunidades naquele pólo estão excluídas do processo que constitui o tripé do ecoturismo, quer seja o equilíbrio ambiental, social e econômico. Verifica-se também a falta de consenso dentro do mercado turístico local sobre a importância dos aspectos sociais e ambientais no setor. Acredita-se que este estudo sensibilize os tomadores de decisão do mercado turístico da região no sentido de entender que o compromisso a priori do ecoturismo é o desenvolvimento das comunidades. Caso contrário, os conceitos, os fins e os meios do benefício dessa prática vão sempre ser pensados e classificados sob a ótica e influência de diferentes grupos de interesses e contextos socioeconômicos, culturais e ambientais, totalmente desambientado da cultura amazônica.

Palavras-chave:

Ecoturismo; Sustentabilidade; Pólo de Ecoturismo; Amazonas

[219] DESAFIOS PARA AS CIDADES SUSTENTÁVEIS NO BRASIL

Ramon de Souza Oliveira(UnB) - ramonsouza0@hotmail.com

Bolsista de Extensão no País do CNPq - Nível B. Mestrando da Universidade de Brasília. Graduação em Direito Pela PUC-GOIAS.

José Antônio Tietzmann e Silva (UnB) - jaatees@gmail.com

Doutor em Direito Ambiental pela Universidade de Limoges (França).

Resumo

O mundo é urbano, já constatou a Organização das Nações Unidas: somos mais da metade da população mundial vivendo em zonas urbanas desde o ano de 2006. E, devido aos problemas tradicionalmente

aliados à urbanização, que com ela se incrementam, aplicar o conceito de desenvolvimento sustentável a gestão do meio urbano se faz necessário. Diante disso, será possível pensar na sustentabilidade urbana como elemento factível no Brasil? São as normas jurídicas em vigor adaptadas a essa finalidade? Com que instrumentos pode a sustentabilidade urbana se afirmar? São esses alguns dos elementos que se apresentam no presente artigo, a partir de uma visão panorâmica da sustentabilidade urbana, em nível internacional e em nível brasileiro, apresentando-se, ao final, sugestões para que ela possa melhor se afirmar.

Palavras-chave: cidade sustentável, direito urbanístico, boa governança.

Abstract:

United Nations has already confirmed that the world is urban: since 2006, more than half of the global population lives in urban zones. In this way, applying the concept of sustainable development to urban

administration is a necessary challenge, especially because the problems attached to urbanization grow within it. Considering this, is it possible to think in urban sustainability as a possible achievement in this country? Is Brazilian law adapted to this end? Which would be the legal instruments for achieving urban sustainability? These are some of the elements presented in this article, from a panoramic vision of urban sustainability, both international and Brazilian. In conclusion, suggestions for a better affirmation of urban sustainable development are presented.

Key words: sustainable city – urban law – good governance

| 186 | ECOSISTEMAS URBANOS: POTENCIALIDADES DA ECOLOGIA URBANA NO

DESENVOLVIMENTO DE CIDADES SUSTENTÁVEIS

Milton Pavezzi Netto (UFSCar) - netpvz@yahoo.com.br

Graduação em Engenharia Ambiental pelo Centro Universitário de Lins (2010). Atualmente é mestrando em Engenharia Urbana pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCar)

Ricardo Silato da Silva (UFSCar) - rss@ufscar.br

Graduação em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade de São Paulo (1975) e Doutorado em História pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (1996). É docente no curso de Engenharia Civil da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar)

Resumo

As cidades são o resultado da transformação do ambiente natural segundo aspectos culturais do ser humano. Os processos de criação e expansão do espaço urbano são responsáveis por diversas alterações no ambiente natural. Historicamente, essas alterações começaram a ser melhores compreendidas com a evolução de campos científicos como a Ecologia. Com o advento do conceito de Ecossistema, pesquisadores passaram a compreender melhor as interações entre fatores bióticos e abióticos de determinado ambiente. Recentemente, o ambiente urbano passou a ser objeto de estudo de uma vertente da Ecologia: a Ecologia Urbana. A partir desta, pode-se conceber a cidade como um ecossistema urbano e analisar seu comportamento frente a ecossistemas naturais diversos. Acredita-se que os resultados dos estudos com esse enfoque podem auxiliar o planejamento do espaço urbanizado, integrando aspectos sociais, culturais e ecológicos e trazendo respostas a uma série de problemas ambientais modernos. O objetivo do trabalho é demonstrar como a análise ecossistêmica do meio urbano, reforçada por elementos da Ecologia Urbana, pode proporcionar ferramentas para o desenvolvimento de cidades sustentáveis.

| 195 | ESPAÇO RIBEIRINHO E URBANISMO SUSTENTÁVEL

Soad Farias da Franca (Universidade de Brasília - UnB) - soadfarias@gmail.com

Arquiteta, Mestre em Planejamento Urbano - FAU-UnB. Doutoranda - Programa PPG-FAU UnB. Pesquisadora do LACSUS, Laboratório de Sustentabilidade Aplicada à Arquitetura e ao Urbanismo - FAU-UnB

Marta Adriana Bustos Romero (Universidade de Brasília - UnB) - romero@unb.br

Arquiteta, Professora do Departamento de Arquitetura e Urbanismo da UnB. Doutora em Arquitetura - Universidade Politécnica de Catalunya. Pós-doutorado em Landscape Architecture - Pennsylvania State University. Professora e Coordenadora do LaSUS, FAU-UnB

Rômulo José da Costa Ribeiro (Universidade de Brasília - UnB) - rjc@unb.br

Geólogo, mestre em Arquitetura e Planejamento Urbano pela FAU-UnB. Doutor em Arquitetura e Planejamento Urbano, FAU-UnB. Professor da Universidade de Brasília, Campus de Planaltina. Professor do curso de Especialização Lato sensu - Reabilita.

Resumo

Compreende-se, neste estudo, que a busca de um urbanismo sustentável deve, necessariamente, adotar como referência os princípios para o ambiente urbano, integrando a estruturação da paisagem ao ecossistema urbano, a vulnerabilidade socioambiental decorrente da ocupação das bacias dos rios que atravessam a cidade da Amazônia constitui fator fundamental a ser considerado na busca de um desenvolvimento urbano sustentável, no contexto do atual modelo de ocupação do ecossistema urbano e da governança local. Uma análise sistêmica e integrada dessas comunidades, que considere a sustentabilidade socioeconômica da população em seu território, poderá fornecer indicadores dessa fragilidade. Objetiva-se analisar os princípios do urbanismo sustentável no ecossistema urbano como parâmetros de fragilidades dos componentes físicos e biológicos, por meio de estudo de caso da cidade de Rio Branco, na Amazônia ocidental. Utiliza-se metodologia de análise sistêmica de realidades socioeconômicas no ecossistema a fim de detectar condicionantes sociais, econômicos e ambientais do lugar. Conclui-se que a busca do equilíbrio no ecossistema ribeirinho, por meio da reintegração dos cursos d'água à vida do amazônida como patrimônio cultural e paisagístico do lugar, implica a superação das limitações do poder público na aplicação de princípios e técnicas de intervenção no meio ambiente consolidado.

Palavras-chave: Vulnerabilidade. Sustentabilidade. Ecossistema. Amazônia.

| 192 | ESTUDO DA DISPONIBILIDADE HÍDRICA DAS BACIAS PCJ UTILIZANDO DINÂMICA DE SISTEMAS

Rogério Goulart Júnior (IE - UNICAMP) - rogerioecon@ibest.com.br

Doutorando do Instituto de Economia - UNICAMP

Jaenes Miranda Alves (UESC) - jaenesmiranda@yahoo.com.br

Prof. Dr. da UESC e Pós-Doutorando do Instituto de Economia - UNICAMP

Ranulfo Paiva Sobrinho (IE - UNICAMP) - ranulfo17@gmail.com

Doutorando do Instituto de Economia - UNICAMP

Ademar Ribeiro Romeiro (IE - UNICAMP) - ademarr@eco.unicamp.br

Prof. Dr. do Instituto de Economia - UNICAMP

Resumo

Com dados e informações retirados de documentos do Comitê das Bacias do PCJ aplicados para modelagem da dinâmica do sistema hídrico no programa computacional Vensim PLE ® foram elaborados cenários

para o período entre 2003 e 2050, considerando a possibilidade de conflitos referentes a quantidade de água disponível aos usos múltiplos na bacias. O objetivo geral desse artigo foi o de analisar o sistema das Bacias Hidrográficas dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá - PCJ em cenários futuros de oferta e de demanda hídricas: determinando se poderia haver ocorrência de colapso no sistema de captação hídrica por déficit de oferta; e elaborando três cenários do sistema sobre a captação para abastecimento urbano de água com base no aumento populacional e metas de consumo urbano per capita (mínimo, médio e máximo) definidas no plano de bacia. No sistema analisado o resultado do cenário de consumo per capita médio para as bacias hidrográficas do PCJ, em termos de saldo do balanço hídrico, apresenta um colapso a partir do ano 2034, considerando apenas variações na captação hídrica urbana e mantendo-se fixos os demais usos (industrial, rural e outros).

Palavras chave: Gestão de Recursos Hídricos - Dinâmica de Sistemas - Bacias do PCJ.

[205] GERENCIAMENTO DAS ÁGUAS E OS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO DO MILÊNIO (ODM): UM ESTUDO DE CASO NA REGIÃO SEMIÁRIDA

Anna Karine Monteiro de Sousa (Universidade de Fortaleza) - nanakarine@hotmail.com

Mestranda em Administração (UNIFOR). Especialista em Controladoria e Finanças. Bacharel em Ciências Contábeis. Professora do Centro de Formação Profissional - CEFOP. Supervisora Administrativa-financeira da Unidade de Gestão dos Programas UGP/Cagece.

Francisco Correia de Oliveira (o. MEstre em Economia) - fcdeol@gmail.com

Pós-doutor em Planejamento. Doutor em Administração

Suely Salgueiro Chacón (Universidade Federal do Ceará) - suelychacon@gmail.com

Doutora em Desenvolvimento Sustentável, Coordenador do Mestrado em Desenvolvimento Resiliente Sustentável - UFC-ariri

Resumo

A falta de acesso à água potável é uma realidade que está presente na região semiárida do Ceará, constituindo-se num problema que precisa ser resolvido. Este trabalho trata sobre a meta 7C dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM): Reduzir pela metade, até 2015, a proporção da população sem acesso permanente e sustentável a água potável segura e esgotamento sanitário. Vale salientar que há uma limitação, apenas aludida à água potável segura. Esta pesquisa buscou resposta a problemática da falta de acesso à água potável respondendo a seguinte pergunta: Como promover o desenvolvimento livre do homem na região do semiárido do Ceará atendido pela Cagece? O trabalho assume como hipótese que o Estado, por meio do trabalho da Cagece, tem o potencial para atender o que foi estabelecido pela Cúpula do Milênio no que se refere à meta 7C do objetivo 7O objetivo geral é analisar a contribuição do acesso à água potável na promoção do desenvolvimento do homem do semiárido do Ceará atendido pela Cagece. A base fundamental deste estudo é que o acesso à água potável é um direito de todos, condição mínima para a dignidade (liberdade) do ser humano e de sua sobrevivência sob a ótica do "Desenvolvimento como Liberdade" de Amartya Sen. Para o estudo foi utilizado o paradigma epistemológico interpretativista. Metodologicamente, esta é uma pesquisa descritiva com estudo de caso realizada no Ceará e em sua empresa de saneamento, a Cagece. A pesquisa faz uso de informações secundárias. Face à hipótese inicial

assumida neste trabalho, onde se afirma que o Ceará, através da Cagece, tem o potencial para atender o que foi estabelecido pela Cúpula do Milênio, fica demonstrado que é possível o atendimento das metas ODM pelo Estado do Ceará.

213 | ÍNDICES DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL PARA MUNICÍPIOS: UMA PROPOSTA METODOLÓGICA DE CONSTRUÇÃO E ANÁLISE

MARIA DE FATIMA MARTINS(UFCG) - fatimamartins2005@gmail.com

Professora do Curso de Administração da UFCG, doutoranda em Recursos Naturais na UFCG, mestre em Engenharia de Produção e pesquisadora do GEGIT/UFCG

GESINALDO ARAÚJO CANDIDO (UFCG) - gacandido@uol.com.br

Professor Dr. titular do Curso de administração da UFCG. Doutor em Engenharia de Produção. Professor permanente junto ao Programa de Pós-graduação em Recursos Naturais e programa de pós-graduação em Engenharia de Produção da UFPB.

Resumo

O atual contexto político, econômico e social exige uma nova forma de aplicação dos conceitos do desenvolvimento, no qual se deve buscar maior equidade e equilíbrio entre um conjunto de variáveis de forma interrelacionada, incorporando o conceito da sustentabilidade às políticas e ações para o desenvolvimento. Nessa perspectiva, o objetivo do artigo é propor uma metodologia para construção e análise do Índice de Desenvolvimento Sustentável para Municípios (IDS_M), a partir da coleta, tratamento e análise de indicadores de sustentabilidade específicos e a classificação dos níveis de sustentabilidade dessas localidades. A elaboração dessa proposta metodológica teve como base o modelo desenvolvido por Sepúlveda (2005) junto ao Instituto Interamericano de Cooperação para Agricultura (IICA) e aplicado no Brasil por Waquil et. al. (2006) em territórios rurais e o IDS-Brasil 2004 desenvolvido pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). A classificação dos níveis de sustentabilidade foi possível a partir da definição de uma escala que indica a sustentabilidade ideal, aceitável, alerta e crítico, representada por mapas, como forma de retratar a realidade dessas localidades em seu contexto. A aplicação da metodologia IDS_M teve como objeto de estudo os municípios do Estado da Paraíba. A relevância desse artigo consiste em ampliar o debate sobre o desenvolvimento sustentável, possibilitando uma avaliação das desigualdades locais, instigando a necessidade de direcionar políticas específicas que levem a um processo de desenvolvimento abrangente e em bases sustentáveis, contribuindo para subsidiar os gestores públicos na condução dos rumos adequados frente ao processo de mudança para a construção de uma sociedade mais justa, a partir do desenvolvimento de forma equilibrada, equitativa e sustentável. Os resultados permitiram disponibilizar um conjunto de informações que servirão de subsídios para a formulação e implementação de políticas públicas que propiciem as condições adequadas para o processo de desenvolvimento local.

| 209 | O PROJETO JURUTI SUSTENTÁVEL: POSSIBILIDADES, LIMITAÇÕES E CONTRADIÇÕES DA GESTÃO COLETIVA DO DESENVOLVIMENTO LOCAL

*Eduardo José Monteiro da Costa (UFPA) - ejmcosta@gmail.com
Economista, Doutor em Economia Aplicada pela Unicamp e professor da UFPA
Eunápio Dutra do Carmo (CESUPA) - carmo@cesupa.br
Administrador, Doutor em Educação pela PUC-RJ e professor do CESUPA
Júlio César dos Santos Patrício (CESUPA) - julio.patricio@uol.com.br
Engenheiro Elétrico, Doutorando em Engenharia pela UFPA e professor do CESUPA
Milene Maués (UFPA) - milenemaues@yahoo.com.br
Economista, aluna do Curso de Especialização em Economia Regional e Meio Ambiente do PPGE/UFPA.
Raul Tavares (CESUPA) - raul@cesupa.br
Administrador, mestrando em Gestão de Recurso Naturais e Desenvolvimento Local na NUMA/UFPA e professor do CESUPA
Rodrigo Dias Fernandez (UFPA) - rodrigodias_fernandez@hotmail.com
Administrador e mestrando em Economia pelo PPGE/UFPA.
Simone Aguiar (UFPA) - simoneaguiar100@yahoo.com.br
Economista e mestranda em Economia pelo PPGE/UFPA
Walery Costa Dos Reis (CESUPA) - walery@cesupa.br
Administrador, Mestre em Administração pela UFRN e professor do CESUPA*

Resumo

O trabalho tem como locus de pesquisa o município Juruti, com uma população atual estimada em 46.560 habitantes, pertence à região do Baixo Amazonas e está localizado no Oeste do estado do Pará, divisa com o estado do Amazonas. Este fato vem gerando transformação da paisagem sócio ambiental e econômica do município, o que implica em mudança de cultura, hábitos e tradições. Neste sentido, o objetivo do trabalho foi de analisar o Projeto Juruti Sustentável e sua relação com o desenvolvimento local do município, que diz respeito a pauta de ações e a participação da comunidade, considerando que o projeto foi uma iniciativa de empresa. O presente artigo faz uma análise do Projeto Juruti Sustentável (o antigo empreendimento Mina e Juruti e a proposta de desenvolvimento local da Alcoa para o município de Juruti). Para realização da pesquisa optou-se pela abordagem predominantemente qualitativa, assumindo o contexto de estudo de caso, em que as técnicas de entrevista, observação simples e pesquisa documental foram utilizados. Os resultados apontam que no processo de construção em curso, são legítimos alguns diferenciais, quais sejam: a participação efetiva de organizações que representam o município; a busca incessante pela sustentabilidade e a valorização das percepções dos moradores com suas preocupações.

| 74 | VALORAÇÃO AMBIENTAL DO PARQUE ECOLÓGICO E DE USO MÚLTIPLO OLHOS D'ÁGUA – BRASÍLIA/DF COMO SUBSÍDIO À SUA CONCESSÃO

Juliane Flávia Cançado Viana (UCB)

Mestre em Planejamento e Gestão Ambiental pela Universidade Católica de Brasília – UCB

Lucijane Monteiro de Abreu (UnB) - lucijanemonteiro@gmail.com

Professora Doutora do Programa de Pós-graduação stricto-sensu em Planejamento e Gestão Ambiental da Universidade Católica de Brasília – UCB e Professora Doutora da Universidade de Brasília - UnB

José Carlos Aravéchia Júnior (UCB) - josearavechia@gmail.com

Engenheiro Ambiental pela Universidade Católica de Brasília. Mestre em Planejamento e Gestão Ambiental pela Universidade Católica de Brasília - UCB

Weeberb João Réquia Júnior (UCB) - weeberb@gmail.com

Engenheiro Ambiental pela Universidade Católica de Brasília. Mestre em Planejamento e Gestão Ambiental pela Universidade Católica de Brasília - UCB

Resumo

O estudo estima o valor total, de uso e existência do Parque Ecológico e de Uso Múltiplo Olhos D'Água (POD) – Brasília/DF, tendo como objetivo subsidiar a possível concessão do parque às organizações da sociedade civil de interesse público conforme descrito no artigo 30 do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC) – Lei n.º 9985/2000. A metodologia utilizada consiste em duas etapas: Método de Valoração Contingente e a determinação da Disposição a Pagar (DAP) através da aplicação de questionários nas quadras circunvizinhas ao parque. Dentre os resultados encontrados, destacam-se: a participação da comunidade residente no entorno do parque e o valor total estimado insuficiente para cobrir os custos de manutenção da área. Os custos de manutenção do Parque foram calculados em R\$ 21.444,01, enquanto a disposição a pagar total foi estimada em R\$ 3,28, perfazendo um total de R\$ 21.773,54.

| 49 | EM BUSCA DA SUSTENTABILIDADE DAS PAISAGENS DO CERRADO COMO POLÍTICA PÚBLICA DE PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO NATURAL ECULTURAL - APLICAÇÃO DE INDICADORES PERCEPTIVOS PARA ANÁLISE DAS PAISAGENS CÊNICAS DE PALMAS/TO.

Márcia da Costa Rodrigues de Camargo (Universidade Federal do Tocantins) - marcidecamargo@uft.edu.br

arquiteta urbanista com mestrado em Ciências do ambiente, profa assistente do curso de Arquitetura e Urbanismo da UFT, ministra as disciplinas de Paisagismo Sustentável I e II, Tecnologias alternativas, doutoranda do CDS com o tem Universidade Sustentável

Resumo

O inventário das paisagens cênicas do bioma Cerrado constitui um campo de pesquisa, que pode ser utilizado como instrumento de políticas públicas de conservação da biodiversidade através da valoração de suas paisagens para uso do ecoturismo. O objetivo deste trabalho foi identificar as paisagens cênicas de maior qualidade visual, que poderiam ser utilizadas como ferramentas para a criação de uma Rota Verde

Cênica onde os atrativos turísticos fossem capazes de promover o ecoturismo da capital Palmas/TO. A análise dos dados obtidos permitiu a determinação das paisagens mais aptas para subsidiar um projeto de Arquitetura da Paisagem que valorizasse as perspectivas cênicas, promovendo também a recuperação das áreas degradadas do entorno da Rodovia TO-030. O diferencial do estudo foi determinado pela proposta de uso da faixa de domínio como veículo de divulgação sobre o cerrado, além do tratamento paisagístico de recuperação de áreas degradadas. A acessibilidade, equipamentos turísticos, sinalização e comunicação visual deveriam focar a Educação Ambiental. Foi realizada uma análise de Percepção Visual e de Diversidade Ecológica de 38 paisagens na sequência visual da rodovia / TO-030 entre os 32 km de Palmas-TO à Taquaruçú. Com base em seu registro fotográfico, conjugamos indicadores perceptivos e ecológicos para obtenção do Índice de Qualidade Visual e Ecológica adaptado da metodologia de valoração das paisagens.

A preservação mais efetiva das paisagens do cerrado poderia ser implementada através de uma política de planejamento ambiental de valoração de paisagens de forma interdisciplinar, resultando assim na criação de uma rota cênica relevante para o Estado do Tocantins conectando a capital Palmas, Taquaruçú até o Parque Estadual do Jalapão, hoje um dos atrativos ecoturísticos mais valorizados do Brasil.

Palavras-chave: Conservação da biodiversidade do Cerrado, Inventário de Paisagens, Percepção ambiental, Arquitetura da Paisagem, Ecoturismo

PÔSTERS

| 141 | A IMPORTÂNCIA DA PRESERVAÇÃO DA PAISAGEM NATURAL PARA OS DESTINOS TURÍSTICOS: A VIABILIDADE DO USO DE PSA PARA O MUNICÍPIO DE GRAMADO

Maria Carolina R. Gulla (Universidade de Caxias do Sul) - mcrgulla@ucs.br

Doutora em Economia do Desenvolvimento pela UFRGS, Professora do Centro de Ciências Econômicas, contábeis e de Comércio Internacional da UCS

Alexandre Altmann (Universidade de Caxias do Sul) - aaltmann@ucs.br

Professor de Direito na UCS

Ana Karina Zago (Universidade de Caxias do Sul) - anazago@hy.com.br

Mestranda em Direito Ambiental

Michel Bregolin (Universidade de Caxias do Sul) - mbregolin@ucs.br

Professor e Coordenador do Curso de Turismo

Resumo

O município de Gramado é hoje um dos mais importantes destinos turísticos do Brasil. A paisagem natural do município, peculiar por sua topografia acidentada e clima, constitui um atrativo diferenciado. Embora exista o interesse do trade turístico em preservar a paisagem natural de Gramado, os proprietários rurais não recebem qualquer incentivo para fazê-lo. Pelo contrário, a preservação da paisagem natural, compos-

ta pela floresta nativa, constitui verdadeiro empecilho para o desenvolvimento das atividades agrícolas e de silvicultura. O presente estudo faz uma análise preliminar da viabilidade de implantação de um sistema de Pagamento por Serviços Ambientais para a manutenção e restauração da paisagem natural no município de Gramado, RS.

| 14 | A QUESTÃO AMBIENTAL NO PÓLO DE CONFECÇÕES DE CARUARU: UM PRIMEIRO ENSAIO À LUZ DOS INSTRUMENTOS ECONÔMICOS DE PROTEÇÃO AMBIENTAL

MARCUS VINÍCIUS AMARAL E SILVA (UFPE-CAA) - *vinicius_amaral@msn.com*
Estudante de Graduação / Membro do GPEAD
ALINE LIRA DA SILVA (UFPE-CAA) - *aline.liras@ufpe.br*
Estudante de Graduação / Membro do GPEAD
DANYELLA JULIANA MARTINS DE BRITO (UFPE-CAA) - *danyjbrito@hotmail.com*
Estudante de Graduação / Membro do GPEAD
DANYELLE KARINE SANTOS BRANCO (UFPE-CAA) - *dany_sck@hotmail.com*
Estudante de Graduação / Membro do GPEAD
MONALIZA DE OLIVEIRA FERREIRA (UFPE/CAA) - *monaliza.ferr@gmail.com*
Professora do PPGECON/UFPE/CAA

Resumo

O foco de estudo deste artigo foi o Pólo de Confecções do Agreste Pernambucano, onde tem havido uma grande expansão das indústrias de confecção e têxtil nos últimos anos. Através do levantamento de dados com pesquisa de campo, obtidos por meio da aplicação de questionários junto às lavanderias do Município; e pesquisa bibliográfica, buscou-se discutir a eficácia e abrangência dos mecanismos econômicos de proteção ambiental como meio de assegurar o desenvolvimento local sustentável, bem como, e principalmente, realizar uma análise descritiva do setor neste primeiro ensaio. Com esse intuito foram realizadas entrevistas em 47 lavanderias do Município, de onde se pode concluir que 83% das lavanderias têm porte de microempresas; 57% são gerenciadas pelos próprios proprietários e 13% têm a ajuda de familiares no gerenciamento do negócio; 40% dos efluentes líquidos são despejados no esgoto público; 38% nos canais e 18% diretamente no Rio Ipojuca; mais de 60% das lavanderias não possui mudança tecnológica que vise reduzir os impactos ambientais, não utilizam a reciclagem de produtos, não utilizam formas de redução dos resíduos sólidos e líquidos, apenas buscam reduzir a quantidade de água e energia utilizadas, obviamente por uma questão de redução de custos.

| 203 | A SOCIEDADE DE RISCO E SEUS REFLEXOS NO GERENCIAMENTO DO LIXO NO BRASIL

Lenner Martins Silva (PUC-GOIÁS) - *lenner.zeus@gmail.com*
Graduação em Direito Pela PUC-GOIÁS
Ramon de Souza Oliveira (UnB) - *ramonsouza0@hotmail.com*

Bolsista de Extensão no País do CNPq - Nivel B. Mestrando em Agronegócios pela Universidade de Brasília. Graduação em Direito pela PUC-GOIAS

Ycarim Melgaço Barbosa (PUC-GOIAS) - ycarim@gmail.com

Doutor em Geografia Humana pela USP

Ana Lúcia Eduardo Farah Valente (UnB) - alefv@uol.com.br

Doutora em Antropologia Social pela USP Professora do programa de Mestrado e Doutorado em Agronegócios e Desenvolvimento, Sociedade e Cooperação Internacional (CEAM)

Resumo

O lixo tem sido um dos temas atualmente mais em voga na mídia mundial e no Brasil, tendo em vista o risco no qual a sociedade está inserida quando não há o gerenciamento correto do lixo. O Brasil é um dos países que sempre desprezaram a questão ambiental e agora vem tentando reverter a situação de risco ao meio ambiente com a aprovação da Política Nacional de Resíduos Sólidos Urbanos (Lei nº 12.305/2010). O mau gerenciamento do lixo no Brasil é uma realidade que reflete a sociedade de risco ou a modernização reflexiva, sendo um dos fatores causadores de sérios impactos ambientais, além de contribuir para a geração de doenças, colocando em risco a saúde pública. Diante do exposto, tendo em vista a situação do lixo no Brasil, a prevenção e a precaução podem servir de instrumentos para o gerenciamento correto de resíduos sólidos urbanos no Brasil através de mecanismos de integração entre gestão pública e a coletividade.

Palavras-chaves: lixo, Resíduos Sólidos Urbanos, risco ambiental, prevenção, precaução.

Abstract

The garbage has been one of the most currently in vogue in the media world and in Brazil in view of the risk society in which there is inserted when the correct management of waste. Brazil is a country which has always despised the environmental issue and now is trying to reverse the risk to the environment with the approval of the National Solid Waste (Law No. 12.305/2010). Poor waste management in Brazil is a reality that reflects the risk society and reflexive modernization, one of the factors that cause serious environmental impacts, and contribute to the generation of diseases, endangering public health. Given the above, in view of the garbage situation in Brazil, prevention and precaution can serve as instruments for the correct management of municipal solid waste in Brazil through integration mechanisms between public administration and community.

Keywords: waste, Solid Urban Waste, environmental risk, prevention, precaution.

207 | ANÁLISE DA PERCEPÇÃO DOS ATORES SOCIAIS DE RONDONÓPOLIS EM MATO GROSSO, QUANTO AO USO DA ÁGUA DE CHUVA PARA FINS NÃO POTÁVEIS

Cássio Giovanni de Aguiar Costa (UFMT) - cassioaguiair.costa@yahoo.com.br

Economista, Professor da UFMT, Instituto de Ciências Humanas e Sociais

Sívia Maria de Moura Bonjour Costa (UFMT)

Advogada, professora da UFMT

Resumo

O presente estudo teve como objetivo analisar a percepção dos atores sociais para a implantação de sistemas de captação e aproveitamento de água de chuva no município de Rondonópolis, Mato Grosso. A pesquisa adotou como critério o método descritivo como objetivo e os procedimentos adotados foram a pesquisa de campo e bibliográfica. A natureza de tratamento dos resultados se configura como qualitativa. Trata-se de um estudo de percepção ambiental direcionado para o aproveitamento de água de chuva no município, com uma amostra composta por segmentos da sociedade. Os dados para a realização do estudo foram coletados através de questionários entregues pessoalmente aos atores. Os questionários foram estruturados de forma a atender aos objetivos da pesquisa considerando o nível dos atores; e montados

com questões fechadas após aplicação de um questionário-piloto, com solicitação de justificativas para algumas questões. De acordo com os resultados, a comunidade reconhece a importância da preservação dos recursos naturais e a necessidade da busca por fontes alternativas destes recursos, dentre estes os recursos hídricos. A maioria dos atores abordados instalaria um sistema em suas propriedades, em que o principal motivo seria a consciência da possibilidade de escassez de água e uma possível economia no gasto com água tratada. A existência de usos múltiplos e conflituosos da água foi percebida por boa parte dos atores, sendo o segmento industrial o maior consumidor, seguido pela agropecuária, residências e comércio por último. Os resultados do estudo também sugerem que, para que seja implantado com sucesso o aproveitamento de água de chuva em Rondonópolis, é necessário incentivo governamental. Conclui-se que há necessidade do desenvolvimento de programas abrangentes para informar a sociedade sobre o funcionamento do sistema, os usos aos quais a água coletada pode ser destinada e a contribuição que esta prática pode oferecer à preservação dos recursos hídricos na região.

Palavras-chave: Escassez de água. Alternativa Hídrica. Sustentabilidade.

| 84 | ANÁLISE DOS DANOS AMBIENTAIS RELACIONADOS À OPERAÇÃO DO GASODUTO CACIMBAS-CATU, LOCALIZADO EM SÃO MATEUS - ESPÍRITO SANTO

Bárbara Batista Póva(UFES) - barbara_povoa@hotmail.com

Coordenadora do curso de Engenharia de Produção, Departamento de Engenharias e Computação, Centro Universitário do

Norte do Espírito Santo - UFES - marielcetosta@ceunes.ufes.br

Economista, Professora Adjunta I, Área Gestão Econômica, Engenharia e Sustentabilidade, Departamento de Engenharias e Computação, Centro Universitário do Norte do Espírito Santo - UFES.

Resumo

A economia do estado do Espírito Santo tem seu crescimento associado ao desempenho de commodities, dentre elas, ressaltam-se o petróleo e o gás natural. É sabido que grande parte da rede de distribuição de gás, realizados por dutos, se concentra na região litorânea cortando áreas de restinga e Mata Atlântica e em muitos casos atravessam áreas de conservação do meio ambiente. Estes dutos, por sua vez, causam

impactos reais e, ou, potenciais no meio. Impactos que podem ser classificados como: impactos ao meio antrópico, ao meio biótico, ao meio abiótico. Dado que no litoral norte do Espírito Santo, especificamente na cidade de São Mateus, encontram-se alguns desses dutos tornou-se relevante valorar os impactos e, os passivos ambientais que estes podem provocar nesta unidade de conservação por meio do método de Valoração Contingente. Através da aplicação dos questionários à população local constatou-se que variáveis como renda e escolaridade influenciam diretamente na Disposição a Pagar pela conservação. De forma geral, os resultados obtidos foram satisfatórios, visto que a população entrevistada demonstrou consciência ecológica e preocupação com os recursos naturais.

| 267 | **ARTICULAÇÃO DE ATORES PARA UMA POLÍTICA INTEGRAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS: O CASO DA CIDADE DE ANTOFAGASTA, CHILE.**

Felipe Rodríguez Arancibia (CDS-UNB) - frodriguez@unb.br

Psicólogo, estudante de Mestrado em Desenvolvimento Sustentável. CDS-UNB

Izabel Zaneti (CDS-UNB) - izabel.zaneti@yahoo.com

Doutora, Desenvolvimento Sustentável, UnB, 2003. Linhas de Pesquisa: Educação Ambiental Energia, Resíduos e Mudanças Climáticas

Resumo

O presente artigo analisou as circunstâncias que levaram a cidade de Antofagasta, capital da Segunda Região no Chile, a uma situação crítica de saúde ambiental e conflito socioambiental. Se analisam as conseqüências de como um má gestão dos resíduos sólidos urbanos (RSU) na cidade durante anos, derivou numa crise de saúde pública com presença e aumento de casos de cólera y norovirus. A partir dos fatos surgem movimentos sociais que procuram uma mudança estrutural da gestão do lixo, contrapondo os interesses do poder público. A pesquisa articulou a informação obtida de um levantamento bibliográfico de documentação científica, jornalística e a entrevista em profundidade de informante chave, que faz parte dos movimentos sociais aqui mencionados. A discussão pretende ser um aporte com uma visão diferente, a resolução de um conflito que ainda está em curso, dando tanto uma mirada crítica da situação como prática para as propostas, desde uma visão ecológica e social.

Palavras-Chaves: Resíduos sólidos urbanos, coleta seletiva, educação ambiental e crise socioambiental

| 183 | **ASPECTOS CENTRAIS DA INTER-RELAÇÃO ENTRE AS ATIVIDADES TURÍSTICAS E O PLANEJAMENTO URBANO PARA A CONSTRUÇÃO DE CIDADES SUSTENTÁVEIS**

Rodrigo Machado Vilani(UNIRIO) - r_vilani@yahoo.com.br

Biólogo; Advogado; Doutor em Meio Ambiente; Professor do Curso de Turismo da UNIRIO

| 131 | CIDADES E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: PILARES PARA A MATUREZAÇÃO DE UM CENÁRIO ECONÔMICO, SOCIAL E AMBIENTALMENTE DESEJÁVEL

Maria Tereza Batista Gomes (PUC MINAS) - mariaterezabg@gmail.com
Economista, especialista em Gestão Financeira Corporativa Avançada
Rafaela Veríssimo Costa (PUC MINAS) - rafaelavc@gmail.com
Economista, especialista em Gestão Estratégica de Processos de Negócios

Resumo

A busca pelo equilíbrio entre oferta e demanda de recursos naturais, no contexto do adensamento populacional urbano provoca preocupação. Na formação econômica brasileira, a urbanização extensiva foi plataforma essencial para o atendimento às demandas da industrialização tardia. Inovações que propiciem o crescimento econômico, social e ambiental das gerações presentes, sem afetar as gerações futuras, são necessárias. O contexto do debate ambiental a nível internacional provoca maiores resultados quando integrados à esfera nacional. O artigo busca quantificar as discussões acerca das questões ambientais na Unidade Federativa de Minas Gerais, a partir da análise da evolução das propostas de lei, no âmbito da Assembléia Legislativa, apresentados no período de 2007 a 2011. Parte-se do pressuposto de que, em um país democrático de direito, as aglomerações urbanas são redutos naturais da comoção e organização social, sendo promotoras da aproximação do Poder Legislativo às causas que sejam integradas ao consiente coletivo de certo momento no tempo.

| 246 | DESAFIOS PARA UMA URBANIZAÇÃO SUSTENTÁVEL: A QUESTÃO DO TRANSPORTE NO DF

Milca Vieira de Barros Neta (Universidade Católica de Brasília) - milcaneta@gmail.com
http://lattes.cnpq.br/5677463513266881
Edson Kenji Kondo (Universidade Católica de Brasília) - kondo@ucb.br
http://lattes.cnpq.br/6629650260234403
Weeberb João Rêquia Júnior (Universidade de Brasília) - weeberb@gmail.com
http://lattes.cnpq.br/9330917891017059
Adilson das Santos Miranda (Universidade Católica de Brasília) - magisteradilson@gmail.com
http://lattes.cnpq.br/5071922095484912

Resumo

O presente estudo descreve os desafios de uma metrópole especificamente projetada para depender de carros. Discute o impacto que a poluição do ar provocada pelas emissões de veículos auto-motores pode causar na saúde humana e a importância de repensar as políticas públicas de transporte para transformar os espaços urbanos do DF numa região ambientalmente sustentável. O estudo realiza uma pesquisa de opinião com mais de 550 usuários de veículos e descobre que a maioria dos usuários não está disposta

a substituir seu veículo por transportes alternativos principalmente devido ao conforto e à segurança que eles lhes garantem. Ao mesmo tempo, o estudo revela que a maioria está consciente da sua contribuição para o aumento da poluição atmosférica, mas a má qualidade do transporte público e a falta de estações de metrô próximos à residência e ao trabalho são as principais barreiras ao uso do transporte alternativo.

| 56 | ESTUDO DA FORMAÇÃO DE INFRAESTRUTURA ECOLÓGICAMENTE PENSADA PARA USO URBANO

Alan Ripoll Alves (UFPR) - alanripoll@gmail.com
Biólogo, Doutorando em Meio Ambiente e Desenvolvimento (MADE)
Juliana de Oliveira e Silva (UFPR) - juliana.olsilva@gmail.com
Mestranda em Meio Ambiente e Desenvolvimento (MADE)
Marisete Dantas de Aquino (UFC) - marisete@ufc.br
Engenheira de Pesca, Professor Associado II do Departamento de Engenharia Hidráulica da UFC

Resumo

As construções desde tempos remotos fazem parte da organização da sociedade, na qual, além de desempenhar um papel de referência física, representam mudanças históricas, culturais, políticas e socioeconômicas de um lugar. Os recursos naturais possuem participação direta em muitas linhas de pesquisa arquitetônicas e da engenharia, tendo sido adaptados, nos últimos anos, para substituir materiais mais onerosos ou de maior impacto ambiental. O estabelecimento de uma infraestrutura que considere o meio e as suas variáveis se tornou um desafio para diversas cidades, dentre elas, Fortaleza - CE, parâmetro considerado nesta pesquisa. Buscou-se, dentro da metodologia adotada, avaliar as condições de sustentabilidade de diferentes tipos de edificações, discutir algumas construções em função do espaço no qual estão situadas, bem como propor aplicações a determinados locais, no sentido de minimizar os seus danos sobre a natureza, tomando-os ecologicamente mais aceitáveis. As alternativas apresentadas objetivaram comprovar a viabilidade da bioconstrução em âmbitos distintos da cidade, mesmo que investigações de maior profundidade sejam requeridas para um eficaz planejamento. Observou-se o subaproveitamento das condições naturais presentes em Fortaleza, na construção e adequação de obras de propriedade pública e particular, em favor da redução do consumo de energia.

Palavras-chave: Arquitetura Ecológica, perspectiva, durabilidade, custo.

| 184 | EXPANSÃO URBANA EM MANAUS E CONFLITOS AMBIENTAIS: O CASO TARUMÃ NA ZONA OESTE DA CIDADE

Edilza Laray de Jesus (UEA - AM) - edilzalaray@uol.com.br
Professora concursada da Universidade do Estado do Amazonas, Dra. em Educação (UFRGS), MSc. em Educação Ambiental (FURG) e Licenciada em Geografia (UFAM). Desenvolve pesquisa e extensão em comunidades rurais no AM.
Liliane Praia Portela de Aguiar (UEA - AM) - l.praia@yahoo.com.br

Mestre em Sociedade e Cultura na Amazônia, Professora da Escola Superior de Artes e Turismo da Universidade do Estado do Amazonas. Doutoranda em Desenvolvimento Sustentável no CDS – UNB e bolsista da FAPEAM.

Resumo

Este artigo trata da expansão urbana na cidade de Manaus e os conflitos socioambientais que se estabelecem no confronto entre a economia gerada pelo Pólo Industrial de Manaus (PIM) e sua capacidade atrativa para a capital do Estado do Amazonas. Evidencia a ausência de políticas públicas capazes de dar conta da dinâmica socioeconômica e ambiental que tem como consequência conflitos ambientais e ações compensatórias por parte do poder público. A proposta do trabalho é analisar o processo de expansão urbana na cidade de Manaus e os aspectos que influenciam conflitos ambientais na cidade, como é o caso da Comunidade José de Alencar, ocorrida há três meses em Área de Proteção Ambiental de 20 mil metros quadrados e já com 1.223 famílias configurando-se em mais ou menos seis mil pessoas no bairro Tarumã, zona Oeste de Manaus.

Palavras-chave: Manaus, expansão urbana, políticas públicas e conflitos ambientais.

|270| GESTÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS: O CASO DA COLETA SELETIVA EM PRIMAVERA DO LESTE/MT

Danieli Artuzi Pes(UFMT) - dani.backes@hotmail.com

Mestranda em Agronegócios e Desenvolvimento Regional, Dpto de Economia da Universidade Federal de Mato Grosso

Dirceu Grasel (UFMT) - dgrasel@ufmt.com.br

Doutor em Engenharia de Produção, UFSC; Professor Associado I do Dpto de Economia da UFMT

Joaquim Eduardo de Moura Nicácio (UFMT) - joaquimem@yahoo.com.br

Mestre em Agricultura Tropical, UFMT; Professor Associado I do Dpto de Ciências Contábeis da UFMT

Edir Vilmar Henig (Unic) - edirhenig@hotmail.com

Administrador pela UFMT e graduando em Ciências Contábeis pela Universidade de Cuiabá

Resumo

Este estudo de caso foi realizado com o propósito de demonstrar os benefícios que um programa de coleta seletiva de materiais recicláveis possibilita ao meio ambiente e à área socioeconômica da localidade onde é desenvolvido, utilizando como método, pesquisa de Survey supervisionado através da aplicação de questionário fechado e entrevistas. Teve como objetivo principal identificar o nível de conscientização atual da população após o término do programa de coleta seletiva no município de Primavera do Leste e como objetivo secundário propor um modelo de programa de coleta seletiva integrado e sustentável, mais completo e participativo que o modelo adotado anteriormente. A cidade estudada está localizada na região sudeste de Mato Grosso. Foi o primeiro município do estado a implantar a coleta seletiva de lixo reciclável, que colaborou na geração de empregos às pessoas sem qualificação profissional, contribuiu com a limpeza da cidade e indiretamente proporcionou a diminuição do consumo de recursos naturais.

Criou-se, também, entre os munícipes, consciência ecológica e hábitos ambientalmente corretos, antes desconhecidos. A conclusão foi que, a prefeitura deve reiniciar o programa abandonado, pois através de questionários aplicados em diferentes bairros da cidade, tornou-se claro que as pessoas ainda cultivam o hábito adquirido de selecionar os resíduos, além de que o argumento econômico-financeiro sustentado pela prefeitura não justifica a suspensão do programa.

Palavras-chave: coleta seletiva; Primavera do Leste; modelo integrado e sustentável.

| 198 | INDICADORES DE SUSTENTABILIDADE URBANA: OS DESAFIOS DO PROCESSO DE MENSURAÇÃO E FORMAS DE ANÁLISE

MARIA DE FATIMA MARTINS(UFCG) - fatimamartins2005@gmail.com

Professora do Curso de Administração da UFCG, doutoranda em Recursos Naturais na UFCG, mestre em Engenharia de Produção e pesquisadora do GEGIT/UFCG

GESINALDO ATAÍDE CANDIDO (UFCG) - gacandido@uol.com.br

Professor Dr. titular do Curso de administração da UFCG. Doutor em Engenharia de Produção. Professor permanente junto ao Programa de Pós-graduação em Recursos Naturais e programa de pós-graduação em Engenharia de Produção da UFPB.

Resumo

Os indicadores de sustentabilidade urbanos constituem instrumentos essenciais para avaliação do processo de desenvolvimento urbano adotado. Nesse sentido, o artigo objetiva identificar os desafios do processo de mensuração dos indicadores urbanos e suas respectivas formas de análise da sustentabilidade das cidades, mediante a revisão de sistemas de indicadores de sustentabilidade urbana já existentes. Dessa forma, realizou-se um ensaio teórico sobre sustentabilidade urbana e sistemas de indicadores urbanos. A partir dos desafios identificados, constata-se que para superá-los deve-se buscar a compreensão do espaço urbano investigado e suas diversas interdependências, adotando uma concepção teórica abrangente aos problemas urbanos das cidades, que contemple as diversas dimensões da sustentabilidade, além de metodologias adequadas para reduzir a subjetividade da sustentabilidade, fragilidades de alguns indicadores em termos de disponibilidade, qualidade e atualização de dados, dotando-os da capacidade de provedor de informações para subsidiar as políticas públicas e o processo de desenvolvimento urbano sustentável.

| 177 | INFLUÊNCIAS DA GESTÃO AMBIENTAL URBANA SOBRE MEMÓRIA, HISTÓRIA, PATRIMÔNIO E QUALIDADE DE VIDA DAS CIDADES: O CASO DA GALERIA DOS ESTADOS, EM BRASÍLIA – DF

Niedjha Lucienne Abdalla-Santos(Universidade Estadual de Goiás) - niedjha@gmail.com

Administradora, aluna especial do Mestrado no CDS/UnB, aluna da Especialização em Gestão Pública da UEG

Resumo

Este artigo analisa aspectos transdisciplinares relacionados ao planejamento do uso e à administração de espaços públicos urbanos. E apresenta roteiro para elaboração de diagnósticos de gestão de praças, parques, pontos de ônibus, passagens de pedestres e estações, priorizando o atendimento às necessidades de seus usuários, e contribuindo para o uso democrático e sustentável do ambiente urbano. A pesquisa que o apóia teve abordagem empírico-analítica e foi desenvolvida por meio de um Estudo de Caso. Para coleta e análise de dados foram utilizados métodos e técnicas de Avaliação Pós-ocupação do ambiente construído (APO): avaliações técnico-construtivas, funcionais e comportamentais. Os estudos permitiram constatar que a Galeria dos Estados não tem recebido atenção à altura de sua relevância histórica, social, política e econômica.

O que afeta não só a qualidade de vida dos usuários locais como direitos difusos de todos os brasileiros, uma vez que se trata de importante patrimônio coletivo situado na capital federal de Brasília.

| 78 | MANEJO DE RECURSOS HÍDRICOS NA ÁREA URBANA PERENIZADA NA SUB-BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO ITAUEIRA-PI

MARLY CIPRIANO FEITOSA DE MELQ(UFPI) - *marlycipriano@hotmail.com*

Mestranda em Desenvolvimento e Meio Ambiente da UFPI/PRODEMA/TROPEN

MARIA DO SOCORRO LIRA MONTEIRO (UFPI) - UFPI

Profª Drª do Doutorado e do Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente da UFPI/ PRODEMA/TROPEN.

Resumo

O recorrente debate sobre a questão ambiental relaciona-se à essencialidade dos bens naturais, sustentáculo da vida no planeta Terra. A relevância da água deve-se ao seu valor econômico, social, cultural e ambiental. Logo, o manejo e conservação das bacias hidrográficas tornam-se tema importante, o que impulsionou esta pesquisa na sub-bacia hidrográfica do rio Itaueira, tributária da bacia do rio Parnaíba, importante recurso ambiental e espaço estratégico para o planejamento e desenvolvimento territorial. A referida

sub-bacia hidrográfica é formada por duas bacias, das quais este estudo de investigação sobre três, abrangendo Rio Grande do Piauí e Floriano, por possuírem área significativa dentro da sub-bacia e terem sido o lócus de perenização parcial, através da barragem de Poços, em 1985. Nesse sentido, questionou-se: a ocupação e uso da região da sub-bacia hidrográfica do rio Itaueira e a perenização provocaram impactos nos âmbitos socioeconômicos e ambientais? Assim, com vistas dar respostas a essa problemática objetivou-se analisar as externalidades socioeconômicas e ambientais resultantes do processo histórico de ocupação e uso da área urbana da sub-bacia hidrográfica do rio Itaueira e as consequências da perenização. Para tanto, metodologicamente realizou-se pesquisas bibliográfica, documental e de campo. Logo, com base nas pesquisas constatou-se que o represamento estimulou a ocupação e o uso irracional do solo e da água na região, redundando em um cenário de grandes desafios na área urbana perenizada dos municípios, derivado da escassez de infraestrutura, consubstanciada pela insuficiência do saneamento básico e de iluminação públi-

ca; do acesso à educação superior e ao sistema de saúde qualificado e do apoio técnico e financeiro para a dinamização da economia local, o que implicou na necessidade de manejo integrado, descentralizado e participativo da sub-bacia hidrográfica, concernente com as propostas da PNRH's.

Palavras-chave: Bacia Hidrográfica, Perenização, Espaço Urbano.

[77] O MDL E AS OPORTUNIDADES PARA A ECONOMIA PARAENSE: A PRODUÇÃO DE BIOGÁS NO ATERRO SANITÁRIO DO AURÁ

Vanusa Carla Pereira Santos (Universidade Federal do Pará) - vanusasantos18@yahoo.com.br

Professora da Universidade Federal do Pará, Instituto de Ciências Sociais Aplicadas da Faculdade de Economia.

Vanusa Carla Pereira Santos (Universidade Federal do Pará - UFPA) - vanusasantos18@yahoo.com.br

Professora da Faculdade de Economia, ICSA - UFPA. Doutoranda do PPGCS - IFCH - UFPA

Resumo

Este artigo discute a importância da preservação do meio ambiente, através da busca de alternativas de energia limpa, como o biogás e o uso do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo – MDL, no iminente mercado verde. O protocolo de Kyoto em fevereiro de 2005, proporcionou um novo impulso no mercado internacional dos créditos de carbono e, conseqüentemente, criou novas oportunidades para empresas brasileiras. O mercado verde é uma realidade; um exemplo é o Canadá, que está comprando créditos de carbono (CERs), aqui no Brasil. Segundo o professor José Goldemberg, ex-ministro da Ciência e Tecnologia, o Brasil poderá lucrar entre US\$ 2 bilhões e US\$ 3 bilhões anuais com o comércio de créditos de carbono. A economia paraense entra nesta discussão através da produção alternativa de energia limpa: a produção do biogás sr cinário do Aterro Sanitário do Aurá, localizado na Região Metropolitana de Belém-PA, como uma alternativa de desenvolvimento regional.

[238] O SETOR BANCÁRIO NORTE DE BRASÍLIA E A (IN) SUSTENTABILIDADE URBANA.

AVALIAÇÃO QUALITATIVA DA FORMA URBANA.

Lenora de Castro Barbo (UnB) - lenorabarbo@gmail.com

Arquiteta e Urbanista, especialista em Reabilitação Ambiental, Sustentável, Arquitetônica e Urbanística e mestre em Arquitetura e Urbanismo. Início doutorado na FAU/UnB. É Consultora Legislativa da CLDF em Desenvolvimento Urbano, Rural e Meio Ambiente

Marta Adriana Bustos Ramero (UnB / LASUS) - romero@unb.br

Doutora Universitat Politècnica de Catalunya, Pós Doutora em Landscape Architecture. Professora da FAU/UnB. Coordena o Laboratório de Sustentabilidade Aplicada, o Curso de Esp. à Distância Reabilita e o Consórcio de Cooperação Bilateral USA/Brasil Capes/Fi

Resumo

Este trabalho propõe-se a fazer uma Avaliação Qualitativa da Forma Urbana do Setor Bancário Norte-SBN de Brasília. O SBN, com cerca de 110.000m², compõe o Conjunto Urbano do Plano Piloto reconhecido como Patrimônio Cultural da Humanidade pela UNESCO, em 1987, e integra a escala gregária, cujas características mais significativas são a diversidade de usos, uma maior densidade de construções, e a predominância de espaços edificados. Para a análise proposta foram realizadas visitas de campo, levantamentos fotográficos, revisão bibliográfica, simulação em croqui e com o auxílio de ferramentas computacionais. A Avaliação Qualitativa da Forma Urbana foi desenvolvida a partir de duas temáticas principais: a conformação espacial e o uso e ocupação do solo. Na conformação espacial observam-se oito parâmetros: espaçamento, disposição, altura, largura, profundidade de massa construída, rugosidade, porosidade e tamanho. E no uso e ocupação do solo observam-se cinco: dispersão dos edifícios, descentralização, centralização, áreas verdes, orientação e permeabilidade do solo. Com relação aos parâmetros de disposição ambiental estudados, constatou-se que não existem fontes de conforto ambiental nos espaços públicos do SBN que favoreçam o convívio e o mesmo encontra-se incompleto até os dias de hoje, permeado de terrenos vazios. O setor é árido, sem áreas verdes significativas ou um paisagismo elaborado, contando apenas com iniciativas de tratamento individuais e segmentadas. Temos ainda que o espaço não possui identidade própria, o que dificulta a orientabilidade do pedestre e o torna sem atrativos.

| 55 | O TURISMO ECOLÓGICO COMO ATIVIDADE DE INCLUSÃO SOCIAL: UM OLHAR SOBRE GUARAMIRANGA-CE

Alan Ripoll Alves (UFPR) - alanripoll@gmail.com
Biólogo, Doutorando em Meio Ambiente e Desenvolvimento (MADE)
Juliana de Oliveira e Silva (UFPR) - juliana.olisilva@gmail.com
Oceanógrafa, Mestranda em Meio Ambiente e Desenvolvimento (MADE)
Edson Vicente da Silva (UFC) - cacau@ufc.br
Geógrafo, Professor Titular do Departamento de Geografia da UFC

Resumo

O Turismo Ecológico, como especialização turística, tem se revelado capaz de aliar a vivência em um espaço natural à formação de uma consciência ecológica e à conservação ambiental. Neste cenário, sobressai-se pelo seu potencial ainda não plenamente aproveitado o município de Guaramiranga, no Estado do Ceará. No entanto, Guaramiranga não está preparada para atender esta demanda, principalmente quando, além da infraestrutura padrão, são requeridos outros elementos para receber dois turistas diferenciados – idosos e portadores de necessidades especiais. Partindo-se deste aspecto, foram consideradas três variáveis, interrelacionadas e dependentes, dentro da problemática geral: espaço, serviços e demandas, as quais serviram de parâmetro para a proposição de medidas corretivas. A oferta de produtos que satisfizessem os interesses e as necessidades dessas demandas por meio da atuação de profissionais

capacitados, associada ao uso eficiente, sustentável e acessível dos recursos físicos existentes, favoreceria o atendimento dos visitantes através do Turismo Ecológico.

Palavras-chave: Gestão, Inclusão, Planejamento.

| 104 | O USO SUSTENTÁVEL DOS RECURSOS HÍDRICOS NO DISTRITO FEDERAL: REALIDADE E PERSPECTIVAS

Elisângela de Andrade Aoyama(UnB) - elys.bio@hotmail.com

Graduada em Ciências Biológicas pela Faculdade Fortium. Pós-graduação em Docência do Ensino Superior, pela Faculdade Apogeu e aluna especial de Mestrado no Centro de Desenvolvimento Sustentável/UnB.

Carlos Francisco da Silva (UCB) - carlos.fisica@hotmail.com

Graduado em física pela UCB; Mestre em ensino de ciências e matemática pela PUC/MG e doutorando em Educação pela UCB. Professor de física da rede pública e particular do DF.

Resumo

O aumento da densidade demográfica do Distrito Federal e entorno tem se tomado um sério risco para a gestão dos recursos hídricos, podendo acarretar uma crise de abastecimento sem precedentes. Recorrer a soluções paliativas tem sido o recurso utilizado por diversas gestões, no entanto, esse não é o caminho mais viável para o uso sustentável dos recursos hídricos, a fim de garantir um abastecimento a toda a população em um futuro próximo. Este trabalho faz uma análise do crescimento populacional da região do Distrito Federal e entorno nas últimas duas décadas e o aumento da captação e utilização dos recursos hídricos nesse período, ressaltando a forma de gestão e os fatores que influenciaram na diminuição desses recursos. Recorrendo a uma análise documental como metodologia de pesquisa, os dados estatísticos foram apurados por órgãos oficiais ou encomendados pelo governo com fins diversos. O trabalho ainda aprecia como os recursos hídricos estão sendo utilizados e sugeri formas de conscientização da população, visando um uso sustentável desse bem tão precioso e necessário que é a água.

| 231 | POTENCIALIDADE DOS INDICADORES URBANÍSTICOS PARA A DETERMINAÇÃO DA QUALIDADE DE VIDA: ABORDAGEM DO USO E OCUPAÇÃO DO SOLO

Ricardo Siloto da Silva(UFSCAR) - rssi@ufscar.br

Arquiteto, Professor do Departamento de Engenharia Urbana - UFSCAR

André Giovanini de Oliveira Sartori (UFSCAR) - andreasartori@yahoo.com.br

Geógrafo, aluno do curso de mestrado do Departamento de Engenharia Urbana - UFSCAR

Thiago Marchiori Visintin(UFSCAR) - thiago_mv@ig.com.br

Engenheiro Civil, formado pela UFSCAR

Resumo

O presente trabalho apresenta uma análise da potencialidade dos indicadores urbanísticos para a determinação da qualidade de vida, no que tange a abordagem do uso e ocupação do solo, na utilização de dois sistemas de indicadores, que são: Indicadores da Agenda Habitat, do Programa das Nações Unidas para os Assentamentos Humanos – UN-HABITAT, e GEO Cidades – Global Environment Outlook, do Programa das Nações Unidas para Meio Ambiente. Indicadores são parâmetros que apontam e fornecem informações sobre o estado de um fenômeno, ou de parte do mesmo. Tem o poder de transmissão qualitativa das mesmas e podem ser utilizados como balizadores na estruturação e na aplicação de políticas públicas urbanas. Os sistemas selecionados, Indicadores da Agenda Habitat e GEO Cidades, ambos produzidos por programas da Organização das Nações Unidas (ONU), são reconhecidos e tem credibilidade junto à comunidade técnico-científica, porém tem sido pouco utilizados pelos gestores que atuam sobre as áreas urbanizadas. Neste trabalho, foram ressaltados os indicadores voltados para a gestão e o planejamento urbanos, a fim de se estabelecer um bom padrão de qualidade de vida a todos os cidadãos e, ao mesmo tempo, a sustentabilidade dos recursos naturais. Buscou-se analisar, dentro do conjunto de indicadores existentes em cada sistema, os indicadores que lidam diretamente com a problemática do uso e da ocupação do solo. O resultado foi uma análise da potencialidade de uso de cada indicador componente voltada para o planejador urbano.

| 155 | RESILIÊNCIA SOCIAL URBANA: COMPREENDENDO COMO COMUNIDADES POBRES SOBREVIVEM EM FACE DE POLÍTICAS PÚBLICAS INADEQUADAS

*Edinéa Alcântara de Barros e Silva (Posgraduação Desenvolvimento Urbano/UFPE) - edinealcantara@gmail.com
Doutora em Desenvolvimento Urbano*

*Maria de Fátima Ribeiro de Gusmão Furtado (Posgraduação Desenvolvimento Urbano/UFPE) - fgfurtado@hotmail.com
Professor Adjunto do Curso de Arquitetura e Urbanismo e do MDU*

*Circe Maria Gama Monteiro (Posgraduação Desenvolvimento Urbano/UFPE) - monteiro.circe@gmail.com
Professor Titular do Curso de Arquitetura e Urbanismo e do MDU*

Resumo

Este artigo discute a resiliência urbana de comunidades pobres diante dos impactos socioeconômicos e ambientais em suas vidas face à mudança do local de moradia para um conjunto habitacional e como essa população enfrenta as dificuldades cotidianas encontrando formas para resistir a processos desestruturantes. Essa condição de resiliência é definida como a capacidade humana de enfrentar, vencer e se fortalecer ou se transformar por experiências adversas. Essa capacidade não é individual e resulta da solidariedade e da dádiva, recursos sociais dessas comunidades para lidar com as dificuldades do cotidiano e a ineficácia das políticas públicas. Os resultados revelam que as motivações para ajudar o outro estão associadas ao contexto pessoal, ao contexto do outro e ao contexto espacial. Mas esse recurso poderoso pode ser enfraquecido ou destruído por políticas públicas inadequadas. Conhecer em maior profundidade a resiliência

urbana de uma comunidade poderá contribuir para o fortalecimento e a qualidade de vida de comunidades frente a situações adversas e ambientes hostis.

| 140 | VALORAÇÃO DE RECURSOS AMBIENTAIS: UMA ANÁLISE DO MÉTODO DE VALORAÇÃO CONTINGENTE APLICADO À COLETA DOS RESÍDUOS SÓLIDOS SELETIVOS NA CIDADE DE CAXIAS DO SUL

*Maria Carolina R. Gullo (Universidade de Caxias do Sul) - mcrgullo@ucs.br
Doutora em Economia do desenvolvimento pela UFRGS, Professora do Centro de Ciências Econômicas, Contábeis e de Comércio Internacional*

*Luciane de Gregori (Universidade de Caxias do Sul) - lucianedegregori@yahoo.com.br
economista*

Resumo

Este trabalho tem como objetivo fazer uma análise do Método de Valoração Contingente (MVC) através de uma aplicação para obter a disposição a pagar (DAP) dos moradores do Bairro Bela Vista, na cidade de Caxias do Sul, por um aumento no número de coleta seletiva de resíduos sólidos (coleta seletiva), e também evidenciar quais são as variáveis socioeconômicas que podem influenciar a DAP dos entrevistados. O trabalho começou com uma revisão de livros, artigos e sites sobre a valoração econômica dos recursos naturais, especialmente o método de avaliação contingente. O estudo também aborda os conceitos e definições de resíduos sólidos, apresenta dados relativos à coleta, produção e destinação de resíduos sólidos na cidade de Caxias do Sul. A pesquisa de campo foi realizada através da aplicação de 50 questionários, onde a DAP foi captada pelo MVC com perguntas do tipo open-ended. Os resultados renderam uma DAP média R\$ 9,05 por mês e ao aplicar uma regressão linear múltipla, para correlacionar as variáveis observou-se que somente a variável educação é importante para explicar a DAP. No entanto, o sinal negativo, significa que quanto maior o nível de escolaridade menor o valor da DAP dos indivíduos

| 245 | VULNERABILIDADES PRELIMINARES EXISTENTES NO MUNICÍPIO DE BARREIRAS-BA RELACIONADAS AOS POSTOS DE COMBUSTÍVEIS

*Vinicius de Oliveira Kuhn (ICAD-UFBA) - viniucius.ufba@yahoo.com.br
Graduando em Engenharia Sanitária e Ambiental ICAD-UFBA
Roberto Bagattini Portella (ICAD-UFBA) - roberto.portella@ufba.br
Engenheiro Civil – UNISINOS, Doutor em Engenharia Ambiental – UPG/Espanha Professor Adjunto I ICAD/UFBA
Juliana Freitas de Cerqueira Guedes (Centro Universitário Jorge Amado) - juliguedes@yahoo.com.br
Economista, mestre em Engenharia Ambiental Urbana, docente Centro Universitário Jorge Amado*

Resumo

No período atual está ocorrendo o predomínio do risco fabricado. Ou seja, os riscos que são criados pela interação do ser-humano com o ambiente, um exemplo deste tipo de risco são os postos de combustíveis. De uma forma geral, os postos de combustíveis apresentam riscos elevados, devido principalmente à falta de controle e ao descumprimento da legislação ambiental. Este trabalho se alinha com as recomendações da comunidade internacional que existem interações entre o desenvolvimento sustentável e a redução dos desastres. Sendo assim, o objetivo deste trabalho é detectar de forma preliminar quais as vulnerabilidades existentes no município de Barreiras - BA em relação aos postos de combustíveis. Para tanto, utilizamos a observação direta nos meses de maio e junho de 2011, consulta à legislação pertinente,

visita à Prefeitura Municipal e Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Turismo - SEMATUR, bem como

revisão Bibliográfica.

Palavras-chave: Risco fabricado. Vulnerabilidades. Postos de combustíveis.

SESSÃO C

Mudanças climáticas

Coordenadores: Jorge Hargrave (IPEA) e Thomas Ludewigs (UnB)

[26] A DEMONSTRAÇÃO DE ADICIONALIDADE SOB O MECANISMO DE DESENVOLVIMENTO LIMPO: DEFINIÇÕES, INDEFINIÇÕES E QUESTÕES PRÁTICAS

Olivia Brajterman (ICF)

Formada em Economia pela UFRJ, Olivia trabalha na ICF, contribuindo na elaboração de Inventários de Emissão de GEE, de projetos de redução de emissões de GEEs e assessorando o processo de geração de créditos de carbono.

Carlos Eduardo Frickmann Young (IE/UFRJ)

Gabriela Podcameni (IE/UFRJ)

Resumo

O presente trabalho focaliza sobre o funcionamento do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL), implementado com o Protocolo de Kyoto. O MDL tem por finalidade permitir que países em desenvolvimento participem do mercado de carbono criado por este tratado, recebendo pagamentos por reduções de emissões de gases efeito-estufa em seus territórios. Em um contexto de re-avaliação da eficácia deste mecanismo, derivada da necessidade de se estabelecer compromissos pós Kyoto a partir de 2012, este trabalho busca descrever e oferecer subsídios à avaliação do atual processo de aprovação de projetos sob o MDL, com foco sobre a comprovação de adicionalidade destes projetos. Após desenvolver as definições do termo "adicionalidade", descrever como ele se encaixa hoje no MDL e situar a discussão sobre sua importância para o bom funcionamento do MDL, este estudo se concentra sobre a caracterização de projetos registrados e não registrados sob o MDL. A partir da análise desta caracterização, objetivava-se não somente oferecer subsídios aos desenvolvedores de projeto para as escolhas envolvidas no processo do MDL, mas também permitir uma avaliação da presença ou não de coerência das decisões finais do Conselho Executivo do MDL. Apesar de a escassez de dados com respeito aos motivos de não aceitação dos projetos não registrados ter prejudicado a investigação, foi possível concluir que problemas na demonstração de adicionalidade corresponde ao maior motivo isolado de rejeição de projetos e que existem as evidências indicam para a ausência de coerência no processo de registro de projetos.

| 162 | ADAPTAÇÃO INSTITUCIONAL ENTRE POVOS TRADICIONAIS: OS PROJETOS DE REDD+ NOS TERRITÓRIOS INDÍGENAS DOS SURUÍ E DOS CINTA LARGA

*Fabiano Toni (Centro de Desenvolvimento Sustentável) - fabtoni@gmail.com
Engenheiro Agrônomo, Doutor em Ciência Política, professor do Centro de Desenvolvimento Sustentável da Universidade de Brasília*
*Isadora A. R. Ferreira (USAID/Brasil) - Isadoradeafrodite@gmail.com
Jornalista, mestre em desenvolvimento sustentável pelo Centro de Desenvolvimento Sustentável da UnB, oficial de comunicação da USAID/Brasil*
*Igor N. R. Ferreira (Fundação Nacional do Índio - FUNAI) - ignicolau@gmail.com
Biólogo, mestre em desenvolvimento sustentável pelo Centro de Desenvolvimento Sustentável da UnB*

Resumo

No Brasil, os povos indígenas têm controle formal sobre 21% da Amazônia, e suas terras são comprovadamente as mais bem preservadas da região. Eles são também o grupo social mais vulnerável da região. A maior parte da população indígena depende dos recursos naturais para subsistência e está cada vez mais ameaçada por eventos climáticos extremos. Apesar de suas terras proverem serviços ecossistêmicos cruciais, eles recebem muito pouco em troca: os serviços públicos em suas terras são deficientes, e seus territórios são constantemente ameaçados. Os indígenas têm pouco poder político e dependem do governo central para administrar suas terras. Projetos de REDD+ poderiam representar uma oportunidade sem precedentes para os povos indígenas se tornarem mais autônomos. No entanto, tirar proveito dessa oportunidade requer um enorme esforço por parte dos indígenas para se adaptar não às mudanças climáticas, mas a instituições que lhes são alheias. Neste artigo, analisamos como grupos indígenas estão respondendo a essas oportunidades, com foco em dois casos contrastantes. O primeiro é um contrato de compra de créditos de carbono oferecido por uma empresa privada ao povo Cinta Larga. O segundo é o plano de uso da terra nos próximos 50 anos desenhado pelos Suruí, que contém, mas não está limitado à venda de créditos de carbono. Os Suruí demonstram estar de fato se adaptando para tirar proveito das mudanças institucionais que se desenham. O caso dos Cinta Larga, por outro lado, indica que agentes com melhor inserção no mercado de carbono podem se beneficiar de novas oportunidades, mas grandes negociações com a necessidade de longo prazo dos indígenas: se não os mercados privados não vão proteger as terras indígenas de desmatamentos futuros.

| 50 | CONSUMO ENERGÉTICO E EMISSÕES DE CO₂: UMA ANÁLISE DO SETOR DE TRANSPORTES BRASILEIRO

*André Luiz Campos de Andrade (ESAG/UEDESC) - ALCA_RJ2002@YAHOO.COM.BR
Economista pela UERJ e Mestre em Economia pela UFSC. É membro da carreira de Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental do MPOG e Professor de Economia da ESAG/UEDESC.*
*Lauro Mattei (UFSC) - MATTEI@CSE.UFSC.BR
Doutor em Economia pela UNICAMP, professor dos cursos de Graduação e Pós-Graduação em Economia da UFSC*

Resumo

O artigo discute o papel do setor de transportes na matriz energética brasileira no âmbito das discussões de mudanças climáticas. Observa-se que o Brasil desenvolveu uma estrutura de transportes baseada no modal rodoviário e com baixa utilização do sistema ferroviário. Esta escolha tem fortes implicações sobre a matriz, principalmente devido aos problemas de sustentabilidade ambiental, uma vez que as emissões de gás carbônico na atmosfera são elevadas. Concluiu-se que no setor de transportes localiza-se a segunda maior fonte de emissão de gases do efeito estufa (GEE) no Brasil.

91 | PERCEÇÃO AMBIENTAL E MUDANÇAS CLIMÁTICAS

Joana Araújo Maria (CDS-UnB) - joanaunb@hotmail.com

Bacharel e licenciada em História pela Universidade de Brasília (UnB) e mestranda em Políticas Públicas e Gestão Ambiental no Centro de Desenvolvimento Sustentável da Universidade de Brasília (CDS/UnB)

Izabel Cavalcanti (CDS-UnB) - izabelcip@gmail.com

Bacharel em Ciências Sociais com Habilitação em Antropologia e Sociologia pela Universidade de Brasília (UnB) e mestranda em Políticas Públicas e Gestão Ambiental no Centro de Desenvolvimento Sustentável da Universidade de Brasília (CDS/UnB)

Flávio Henrique Eiró (CDS-UnB) - flavioeiro@gmail.com

Bacharel em Sociologia pela Universidade de Brasília e mestrando em Políticas Públicas e Gestão Ambiental pelo Centro de Desenvolvimento Sustentável da Universidade de Brasília (CDS/UnB)

Resumo

É preciso levar em conta a dimensão subjetiva das mudanças climáticas, como as pessoas as entendem e se sentem afetadas por elas. O estudo sobre percepção às mudanças climáticas é imprescindível para a discussão de medidas adaptativas e para a avaliação de vulnerabilidades, que não devem se centrar apenas nas potenciais perdas materiais desconsiderando como estas são avaliadas pelos próprios afetados. Aceitar uma política pública de mitigação ou de adaptação, por exemplo, varia de acordo com as percepções so-

por a objetividade natural, e a importância de se seguir as diretrizes do princípio da precaução. Neste artigo, estudos sobre adaptação e vulnerabilidade às mudanças climáticas. Argumenta-se que estudos centrados em percepção têm a colaborar para políticas de adaptação, pois fornecem informações sobre os mecanismos de escolha e comportamentos sociais. Ademais, tais estudos contemplam elementos de subjetividade que são importantes para compreender o impacto das mudanças climáticas em práticas culturais. Por fim, o estudo de distintas percepções sobre o mesmo fenômeno (mudanças climáticas) pode colaborar para seu entendimento, promovendo o encontro de diferentes perspectivas e o diálogo de saberes.

| 103 | POTENCIAL DE REDUÇÃO DE EMISSÕES DE GASES DE EFEITO ESTUFA NA
AGROINDÚSTRIA DO MÉDIO NORTE DE MATO GROSSO – BRASIL

*Eleonora Ribeiro Cardoso (UNEMAT/B. Bugres) - eleonorarcardsa@gmail.com
Economista, mestre, professora do Departº de Engenharia de Produção Agroindustrial - UNEMAT
Guilherme Cuoghi dos Santos (UNEMAT/B. Bugres) - guilhermecuoghi@hotmail.com
Engenheiro de Produção Agroindustrial, ex-orientando projeto de pesquisa FAPEMAT/UNEMAT
Ademir Oliveira Santos (UNEMAT/B. Bugres) - ademir_tga@hotmail.com
graduando em Engenharia de Produção Agroindustrial, UNEMAT*

Resumo

O objetivo deste trabalho é demonstrar o potencial da agroindústria da região do médio norte mato-grossense para a redução de emissão dos gases de efeito estufa (GEE's), via projetos de MDL, para o respectivo ingresso no mercado de créditos de carbono. Foram elencados quatro dos municípios pertencentes à região: Tangará da Serra, Barra do Bugres, Nova Olímpia e Diamantino. Nestes foram selecionadas as unidades emissoras de GEE's com potencial de mitigação – três frigoríficos, uma granja suinocultora e duas usinas sucroalcooleiras existentes nessa região. A metodologia desta pesquisa consistiu-se de fontes primárias, através de levantamento de dados em entrevistas, visitas técnicas, aplicação de questionário, além de fontes secundárias, em bibliografia técnica sobre as diretrizes do MDL e quantificação de emissões, definidas pelas Nações Unidas, que subsidiaram os cálculos aplicados. As diretrizes aplicadas no trabalho foram: a linha de base, a adicionalidade e a metodologia de quantificação de emissão de gás metano. O estudo demonstrou a possibilidade de redução de emissão em unidades agroindustriais que apresentam o quesito da adicionalidade, enquanto outras não, pois que já realizam atividades mitigadoras, e justamente por isso, no âmbito de MDL, não mais possuem adicionalidade, não demonstrando assim potencial para ingresso no mercado de carbono. Adicionalmente, também identificou que existem empresas já efetivas neste mercado. Os resultados apontam que atividades de MDL em frigoríficos, particularmente em Mato Grosso, constituem oportunidade promissora para mitigação de GEE's, desde que sejam resguardadas suas perspectivas de adicionalidade, vinculadas à sustentabilidade ambiental. Nesse cenário, portanto, apresentam potencial para participação no mercado de créditos de carbono.

Palavras-chave: Redução de emissão; Gases de efeito estufa; Adicionalidade; mercado de carbono.

Abstract:

The purpose of this paper is to demonstrate the potential of agribusiness at the North region of Mato Grosso in order to reduce emission of greenhouse gases (GHGs), via Clean Development Mechanism (CDM) projects, so that they can enter the market for carbon credits. Four municipalities belonging to the region have been listed: Tangará da Serra, Barra do Bugres, Nova Olímpia and Diamantino. In these cities, six units have been selected out, all of them responsible for emitting GHGs, but potentially able to reduce the problem: – three slaughterhouses, one piggery, and two sugar and alcohol plants. The methodology of this research consisted of primary sources, through data surveys carried out at interviews, technical

visits, application of a questionnaire, as well as of secondary sources found in technical bibliography about CDM guidelines and about the emission quantification, as defined by the United Nations, which guided the calculations. The guidelines used in this paper were: the baseline, the additionality and the methodology to quantify the emission of methane gas. The study demonstrated the possibility of reducing emission in agribusiness units that present the question of additionality, while others do not, once they are already carrying out mitigating activities, and for this reason, as far as CDM is concerned, they no longer have additionality, thus demonstrating they are potentially entitled to enter the carbon market. Moreover, the study also identified that there are companies already effective in this market. The results suggest that CDM activities in slaughterhouses, particularly in Mato Grosso, constitute a promising opportunity to mitigate GHGs, provided that their prospects of additionality are retained, related to environmental sustainability. In such a

scenario, therefore, they have potential for sharing in the market for carbon credits.

Keywords: Emission Reduction; Greenhouse Gases; Additionality; carbon market.

PÔSTERS

| 135 | AS RELAÇÕES INTERNACIONAIS E OS ACORDOS DO CLIMA: ENTRE O FOMENTO AO MERCADO DE CARBONO E O COMBATE AO AQUECIMENTO GLOBAL

Veranica Korber Gonçalves(UFG) - vkgoncalves@gmail.com

Mestre em Direito e Mestre em Sociologia Política pela UFSC, Professora do Curso de Direito da Universidade Federal de Goiás, Campus Jataí

Resumo

O Protocolo de Quioto é considerado, dentro do conjunto de tratados assinados no âmbito das Nações Unidas, um acordo ambiental, pois tem como objetivo declarado apresentar respostas ao aquecimento global a fim de promover o desenvolvimento sustentável. O objetivo deste trabalho consiste em analisar seu conteúdo, de forma a apontar elementos de comparação entre os objetivos declarados no tratado e os mecanismos de implementação nele previstos. A partir de tais elementos, objetiva-se apontar alguns dos impasses nas negociações envolvendo novo acordo do clima com metas específicas. Para tanto, será utilizada a abordagem do realismo político aplicada ao direito internacional ambiental, de forma a verificar se um novo acordo firmado manteria as negociações financeiras envolvendo os gases do efeito estufa como aspecto principal para se atingir os objetivos declarados de redução de emissões. A opção teórico-metodológica deste trabalho consiste em comparar os objetivos declarados e o conteúdo de um acordo internacional a partir de seu próprio texto, bem como das posições assumidas pelos Estados nas negociações internacionais, por se reputar que o conhecimento jurídico não deve se ater à análise do dever-ser. A abordagem do objeto investigado foi feita a partir de dois questionamentos: o Protocolo de Quioto é um acordo internacional ambiental ou comercial? Quais as possibilidades e limites de um acordo internacional

que substitua o Protocolo de Quioto? A partir dos resultados obtidos nas últimas reuniões das Conferências das Partes (COP-15 e COP-16), é possível afirmar que, apesar dos poucos resultados alcançados, a solução mais próxima para o impasse envolvendo o consenso em torno de um novo acordo do clima provavelmente passará pelo mercado de carbono, sendo possível afirmar, portanto, que um novo acordo do clima, firmado nestes moldes, trará poucos resultados em relação aos objetivos anunciados.

| 156 | CONSIDERAÇÕES SOBRE DESASTRES SÓCIO-AMBIENTAIS NO VALE DO ITAJAÍ-SC EM 2008

Marcos Aurélio Espíndola (UFSC) - marcredriver@gmail.com

Historiador, Mestre e Doutor em Geografia Humana e Pós-doutorando do Programa Interdisciplinar em Ciências Humanas da Universidade Federal de Santa Catarina

Eunice Sueli Nadari (UFSC) - eunice@cfh.ufsc.br

Professora Doutora do Programa de Pós-graduação em História e do Programa Interdisciplinar em Ciências Humanas da Universidade Federal de Santa Catarina

Alfredo Ricardo Silva Lopes (UFSC) - alfredorsl@gmail.com

Historiador, Mestre em História e doutorando do Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal de Santa Catarina

Resumo

Este artigo tem como objetivo analisar a midiática dos desastres ambientais ocorrido na Bacia Hidrográfica do Vale do Itajaí, Santa Catarina em novembro de 2008. Através da História Ambiental e se apropriando do conceito de Sociedade de Risco foram avaliadas as fontes sobre o desastre contidas no sítio da Defesa Civil de Santa Catarina. O ponto central dessa problematização está na produção de uma memória sobre a espetacularização dos desastres e da representação dos acontecimentos como estritamente natural, sem levar em consideração os fatores de origem antrópica.

| 109 | CRÔNICA DE UMA INEFICIÊNCIA ANUNCIADA? DESEMPENHO E DÉFICIT

INSTITUCIONAL DO REGIME DE MUDANÇAS CLIMÁTICAS NA ONU

Diego de Freitas Rodrigues (UFSCar) - diego.freitasrodrigues@yahoo.com.br

Doutorando em Ciência Política pela Universidade Federal de São Carlos

Andrea Quirino Steiner (UFPE) - ecodea@gmail.com

Bióloga e Doutoranda em Ciência Política pela Universidade Federal de Pernambuco

Resumo

Repousa o regime internacional de mudanças climáticas em uma ineficácia derivada de seu desenho institucional? Um instrumento conceitual utilizado na teoria política contemporânea e com inferência propositiva interessante para a explicação da aderência do regime de mudanças climáticas no arranjo institucional

onusiano é o de accountability. Esse quadro aparentemente indis põe uma transposição conceitual. Mas, acreditamos, apenas aparentemente. Ele é salutar no sentido de observar que responsividade, inferida institucionalmente ante um regime internacional, traz em seu ensejo uma dupla contingência de parâmetros: a decisividade e a resolutividade no trato de um regime. No quadro institucional onusiano, embora inexista a relação principal-agent, é possível visualizar a decisividade em sua configuração institucional no âmbito de sua competência em disseminar entre seus membros um regime (como o ambiental), restringindo a aplicação desse regime às instâncias decisórias da instituição. Quanto ao segundo parâmetro se caracterizaria pela competência de manutenção do regime. Nesse aspecto, a quantidade de atores com poderes de veto influencia diretamente na resolução dessa questão. Nesse sentido, as implicações políticas das mudanças climáticas no desenho institucional da ONU destacam déficits institucionais ancorados na dupla contingência de decisividade e resolutividade na sustentação de regimes ambientais internacionais e nas implicações político-institucionais das mudanças climáticas.

Palavras – Chaves: ONU; Desenho Institucional; Desempenho Institucional; Mudanças Climáticas.

| 106 | MUDANÇAS CLIMÁTICAS E GERAÇÃO DE ENERGIA RENOVÁVEL À BIOMASSA: O CASO DA CAMIL ALIMENTOS S/A

Janaína Wahlenberg (unisc) - janawahlenberg@bol.com.br

Administradora de Empresas. Mestranda em Tecnologia Ambiental

Thelmo Vergara de Almeida Martins-Costa (UPF) - mcosta@upf.br

Professor Pesquisador UPF. Eng. Agrônomo (UFMT), Mestre Economia Rural (UFRGS). Douto em Desenvolvimento Sustentável (UINB). Doutor pela ABIÉS AgroParisTech (Paris)

Henrique Dias Blas (UPF) - blas@upf.br

Professor Pesquisador UPF. Adm. empresas. Douto em Engenharia da Produção

Resumo

Este trabalho visa analisar as contribuições econômicas, ambientais e sociais resultantes da implantação de um Mecanismo de Desenvolvimento Limpo, análise documental do projeto de Geração de Energia por combustão de Biomassa, de pequena escala, implantado na CAMIL Alimentos S/A, no município de Itaqui/RS. É realizada uma análise do projeto do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo, implantado na CAMIL, com relação às contribuições econômicas, ambientais e sociais; por fim, conclui-se que o projeto desenvolvido enquadra-se nos requisitos propostos pelo Protocolo, pois contribui para o Desenvolvimento Sustentável uma vez que reduzi a poluição causada no processo de beneficiamento do arroz; promove geração de empregos, em virtude da necessidade de mão de obra para o funcionamento da termelétrica; e comprova a viabilidade do projeto através da análise financeira.

Palavras-chaves: Protocolo de Quioto. Mecanismos de Flexibilização. Mecanismo de Desenvolvimento Limpo. Geração de Energia.

| 101 | MUDANÇAS CLIMÁTICAS: UMA QUESTÃO DE GEOPOLÍTICA

Thelmo Vergara de Almeida Martins-Costa(UPF) - mcosta@upf.br

Professor-pesquisador UPF Eng. Agrônomo (UFMT), Mestre em Economia rural (UFRGS), Doutor em Desenvolvimento Sustentável (UNB), Doutor pela ABIES, AgroParisTech (Paris)

Resumo

As mudanças climáticas, tais como o efeito estufa e a destruição da camada de ozônio, são ditas globais, pois seus efeitos afetam todo o planeta independentemente do local em que foram gerados. Entretanto, em que pese este caráter global, devemos colocar o acento no fato de que as responsabilidades sobre estes efeitos são diferenciadas e de que as conseqüências destes se fazem sentir de forma assimétrica entre as nações mais ricas e as nações mais pobres. O objeto desse ensaio é analisar, na perspectiva geopolítica, um dos principais problemas ambientais da atualidade: as mudanças climáticas. Para tanto, realizou-se uma revisão bibliográfica sobre a abordagem Sistema Mundo e sobre o Mecanismo de Desenvolvimento Limpo. As negociações sobre mudanças climáticas têm evoluído nos últimos anos e atualmente já se reconhece os princípios da precaução e das responsabilidades diferenciadas. Embora a questão ainda implique importantes questões geopolíticas a existência de novos instrumentos tais como o Mecanismo de Desenvolvimento Limpo representam uma oportunidade de redução de emissões aliada ao desenvolvimento sustentável

Palavras-chaves: Geopolítica, Mudanças climáticas, Mecanismo de Desenvolvimento Limpo, Sistema mundo.

| 33 | O PROTOCOLO DE QUIOTO COMO VETOR DE MUDANÇAS POLÍTICAS: LIMITES E POSSIBILIDADES

Larissa Carolina Loureiro Villarroel(CDS/UnB) - larissavillarroel@yahoo.com.br

Graduada em Relações Internacionais pela Universidade de Brasília (2007), membro da carreira de Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental (EPPGG), mestranda do Centro de Desenvolvimento Sustentável da UnB (CDS/UnB).

Resumo

O presente artigo analisa o desempenho do Protocolo de Quioto como instrumento político capaz de provocar mudanças nas posturas e nas percepções dos agentes estatais frente aos desafios provocados pelas mudanças climáticas.

| 29 | PREVISÃO DA OFERTA E DEMANDA DO ÁLCOOL ETÍLICO HIDRATADO COMBUSTÍVEL (AEHC) NACIONAL: APLICAÇÃO DA MODELAGEM BOX-JENKINS

Cleidinaldo de Jesus Barbosa(UFG) - cleidinaldobarbosa@gmail.com

Doutorando em Ciência Ambientais (UFG); Professor de Economia (UFG).

*Francis Lee Ribeiro (UFG) - francisleerib@gmail.com
Doutora em Economia Aplicada (UFV); Professora, Departamento de Agronomia, (UFG).*

Resumo

O presente artigo pretende prever cenários futuros para a oferta e demanda do álcool etílico hidratado combustível (AEHC) nacionais, considerando-se um horizonte temporal até o ano de 2012, ano pelo qual os países desenvolvidos ratificaram, por meio do Protocolo de Kyoto, o compromisso de reduzirem as emissões dos gases que provocam o acirramento do efeito estufa. A metodologia de Box-Jenkins constituiu a estrutura empírica utilizada. Suas ferramentas (correlogramas da série, dos resíduos e, a comparação do modelo identificado, com outros modelos), permitiram observar, com base no comportamento das séries temporais no período de 1980 a 2005, que o Brasil registrará no ano de 2012, um excesso de oferta de 1.975 (103 m3).

Palavras-Chave: Cenários; Álcool combustível; Box-Jenkins.

Abstract:

The present study intends to foresee future sceneries for the supply and demand of the ethyl alcohol hydrous fuel (EAHF) national, being considered a temporary horizon until the year of 2012, year for which the developed countries ratified, through the Protocol of Kyoto, the commitment of they reduce the emissions of the gases that provoke the growth of the greenhouse effect. The methodology of Box-Jenkins constituted the used empiric structure. Their tools (correlogramas of the series, of the residues and, the comparison of the identified model, with other models), they allowed to observe, with base in the behavior of the temporary series in the period from 1980 to 2005, that Brazil will register in the year of 2012, an excess of supply of 1.975 (103 m3).

Word-key: Scenarios, fuel alcohol, Box-Jenkins.

[229] REFLEXOS DA EXPANSÃO URBANA NA TENDÊNCIA CLIMÁTICA DE TERESINA – PI NO PERÍODO DE 1977 A 2009

*Sônia Maria Ribeiro Feitosa (SEMAR/PI) - smrfeitosa@hotmail.com
Mestre em Desenvolvimento e Meio Ambiente/PRODEMA/UFPI e Diretora da Gerência de Hidrometeorologia/SEMAR/PI
Jaira Maria Alcobaça Gomes (UFPI) - jairamag@uol.com.br
Doutora em Economia Aplicada ESALQ/USP e Professora do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente/PRODEMA/UFPI
Aderson Soares de Andrade Júnior (Embrapa Meio – Norte) - aderson@cpamn.embrapa.br
Doutor em Irrigação e Drenagem/USP, Pesquisador A da EMBRAPA*

Resumo

A urbanização em Teresina – PI, intensificada nos anos 1990, provocou modificações em suas superfícies pela supressão crescente da vegetação, nas duas últimas décadas. A partir de então, o comportamento dos elementos climáticos foi alterado, passando a população a sentir os efeitos principalmente na temperatura do ar, cujo aumento repercute em maior calor e desconforto na cidade. O objetivo geral do estudo é identificar as alterações na temperatura média do ar, temperatura mínima do ar, temperatura máxima do ar, umidade relativa do ar e precipitação pluviométrica, ocorridas na dinâmica espacial e temporal do clima provocadas pela expansão urbana entre 1977 e 2009. O objetivo específico é identificar alterações nos elementos meteorológicos considerando-se o período chuvoso e o período seco. Os dados meteorológicos foram submetidos à análise estatística, cujos resultados indicam temperaturas anuais abaixo da média em 1985, sendo 1983 e 1998, os anos mais quentes da série. De 1977 a 2009, quando a cidade já perdera parte da vegetação, a temperatura média do ar e a temperatura mínima do ar apresentaram-se mais elevadas que o período de 1977 a 1991, não se verificando mudança no comportamento da temperatura máxima do ar, umidade relativa do ar e precipitação pluviométrica. O aumento da temperatura mínima do ar pode estar relacionado com evolução urbana e redução de áreas verdes, e contribui para o aumento da temperatura média do ar.

Palavras-chave: Clima. Áreas verdes. Temperatura do ar.

SESSÃO D

Meio ambiente, recursos naturais e globalização

Coordenadores: Luciana Togueiro (UNESP) e Joseph Weiss (UnB)

| 242 | ANÁLISE AMBIENTAL DA INSERÇÃO COMERCIAL BRASILEIRA

*Julia Mello de Queiroz (GEMA, IE, UFRJ) - julia.gema@gmail.com
graduada pela UFRJ em economia, mestrado em economia na ufjf no instituto de economia, pesquisadora do grupo de economia do meio ambiente e desenvolvimento sustentável (GEMA - ufjf - instituto de economia)*

Gabriela Podcameni (UFRJ, ie) - gabriela.podcameni@gmail.com

graduada pelo PUC Rio em economia, mestrado na ufjf no instituto de economia, doutoranda da ufjf no instituto de economia.

Luiza Maia de Castro (Cappe, ufjf) - luizamaiadecastro@gmail.com

graduada pela UFRJ em economia, mestrado na ufjf Cappe

Resumo

O presente trabalho adiciona a dimensão ambiental à tradicional análise estruturalista e revela empiricamente que a estratégia de inclusão brasileira no sistema mundial está baseada na consolidação de uma indústria intensiva em energia e recursos naturais. A discussão estruturalista sobre os determinantes sistêmicos da competitividade é resgatada como forma de qualificar o crescimento econômico desejado e relembrando que a superação da condição de periferia do Brasil no sistema mundial não deve estar relacionada ao aumento, puro e simples, da indústria de transformação na composição do produto, mas sim à criação de capacidade endógena de geração e/ou incorporação de progresso técnico com sustentabilidade e inclusão social. Dessa forma, apesar dos indicadores apresentarem uma maior participação de manufaturados no produto e pauta de exportações ao longo das duas últimas décadas, essa tendência não se traduziu em desenvolvimento social, ambiental e econômico.

Palavras chave: Centro e periferia, meio ambiente e poluição.

Abstract:

This work adds an environmental dimension to traditional structural analysis and shows empirically that the Brazilian strategy of inclusion in the world system is based on a consolidation of intensive industry and natural resources industries. The structuralist debate about the determinants of systemic competitiveness is a way to qualify the desired economic growth and reminding that the inclusion of Brazil in the global system in a periphery condition should not be understood as development. The increase of manufacturing industry that is associated with low income and high pollution in the composition product is does not create conditions of a sustainable development. Thus, although the indicators present a greater share of

the manufactured product and the exports over the past two decades, this trend has not translated into a creation of endogenous capacity and does not lead to social inclusion and sustainable development.

*Eixo temático: Meio ambiente, Recursos Naturais e Globalização
sub-seção Comércio e finanças internacionais e meio ambiente*

| 22 | IDENTIFICAÇÃO E CARACTERIZAÇÃO DO ARRANJO PRODUTIVO LOCAL: POTENCIAL DE FERRO-GUSÁ DE MARABÁ

*David Ferreira Carvalho (UFPA) - david.fcavalho@yahoo.com.br
Doutor em Economia pela Unicamp e professor da UFPA
Eduardo José Monteiro da Costa (UFPA) - ejmcosta@gmail.com
Doutor em Economia pela Unicamp e professor da UFPA
Gisalda Carvalho Filgueiras (UFPA) - gfilgueiras@ufpa.br
Doutora em Ciências Agrárias pela UFPA e professora da UFPA
André Cutrim Carvalho (UFPA) - andrecc83@gmail.com
Doutorando em Economia pela Unicamp e professor da UFPA
Carlos Eduardo Rodrigues Martins (UFPA) - kadumartins91@yahoo.com.br
Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Economia*

Resumo

Este artigo teve como objetivo principal averiguar a dinâmica do APL potencial de ferro gusa em Marabá, no estado do Pará. Para isso, utilizou-se a metodologia do Índice de concentração Normalizado – ICN, tendo como variável base o Registro Anual de Informações Sociais –RAIS, de 2005. Os resultados da pesquisa apontaram que, especificamente, a atividade mineral do município de Marabá demonstra grande dinamismo econômico, em que pese as significativas contradições sociais. Tudo isso, resulta de uma ausência nas relações de cooperação entre agentes econômicos da mineração, falta de capital social, incluindo aí, também, uma maior governança enquanto uma política indutora de desenvolvimento local para o APL de ferro gusa com potencial de se expandir e gerar retornos sócio-econômicos para o município de Marabá.

| 259 | INTENSIDADE DE CARBONO E POTENCIAL POLUIDOR DA PAUTA DE COMÉRCIO EXTERIOR BRASILEIRO

*Synthia Kariny Silva de Santana (PIMES/UFPE) - synthiak@gmail.com
Mestranda do curso de Pós-Graduação em Economia (PIMES-UFPE). Bolsista CNPq
Andrea Sales Soares de Azevedo Melo (PIMES/UFPE) - andrea.samel@ufpe.br
Professor do departamento de Economia da Universidade Federal de Pernambuco- PIMES/UFPE
Alessandra de Oliveira Pinheiro (CEHAB-PE)
Mestrado Profissionalizante em Comércio Exterior e Relações Internacionais*

Resumo

O presente trabalho objetiva quantificar as emissões de carbono presentes na pauta de comércio exterior brasileira mediante coeficientes previamente estimados por Machado (2002). A abordagem aqui utilizada analisa setores selecionados para verificar a intensidade de CO₂ embutida no processo produtivo, de forma a avaliar quais setores são intensivos em poluição tanto no tocante a absorção de poluentes via importação quanto com relação à exportação, utilizando-se dados de comércio exterior entre 1996 e 2008. Os resultados obtidos evidenciam a natureza poluidora do comércio brasileiro, revelando-se como exportador líquido de carbono para a maioria dos setores selecionados no período. Destaca-se a Indústria Química como aquela maior importadora líquida de poluentes e a Indústria de Metais não-ferrosos e

Outras Metalurgias como maior exportadora líquida de carbono.

| 215 | O COMÉRCIO BILATERAL BRASIL–UNIÃO EUROPEIA DE 1989-2009: A PERSISTÊNCIA DA VULNERABILIDADE AMBIENTAL

Luciana Togeiro de Almeida (UNESP) - ltogeiro@gmail.com

Professora doutora no Departamento de Economia da Faculdade de Ciências e Letras da Universidade Estadual Paulista (UNESP), Campus de Araraquara. E-mail: ltogeiro@fclar.unesp.br

Marcelo Fernando Mazzero (UNESP) - mazzero@gmail.com

Graduando em Ciências Econômicas pela UNESP-E-mail: mazzero@gmail.com

Resumo

A União Europeia é reconhecida ao mesmo tempo como um importante mercado de destino das exportações brasileiras e o mais sensível no tocante a exigências ambientais. O objetivo aqui é analisar se o perfil das relações comerciais Brasil–União Europeia permanece o mesmo, após vinte anos de experiência com a abertura econômica brasileira, e o foco são os aspectos ambientais associados a esse comércio. As evidências aqui apresentadas para esse comércio bilateral reforçam as conclusões de estudos empíricos anteriores sobre a vulnerabilidade ambiental do comércio exterior brasileiro.

| 72 | O DESMATAMENTO NA AMAZONIA, UMA ABORDAGEM EM REGIOES DO BRASIL E DO PERU

Jorge Sanchez (UFT) - jorgesarevalo@hotmail.com

Mestrando em Desenvolvimento Regional da UFT-TO, com graduacao em ciencias contabeis pela UNAP-PERU.

Resumo

A carência de alternativas econômicas existente na Região Amazônica por parte de ambos os países conduz a uma sobre exploração dos recursos florestais, e a sua degradação e destruição, dificultando ainda

mais a qualidade de vida das populações. Para definir o conceito de "sustentabilidade" se desenvolveram diversos processos regionais, nacionais e internacionais que tenderam a estabelecer, de maneira mais objetiva possível, critérios que definem tal conceito de sustentabilidade, assim como indicadores que avaliam e façam seguimento da evolução do estado da Amazônia, os quais são a continuidade no tempo, responsabilidades com o ecossistema e a equidade entre as gerações. Contudo neste artigo, procura-se qualificar e quantificar as principais variáveis que permitam estabelecer se a floresta esta sendo manejada em forma sustentável com o objetivo de uso múltiple ou se, pelo contrário, estão-se afastando desse objetivo. Os dados de análise têm como fontes básicas o INPE e, o IBGE pelo Brasil; o IIAP e, o INEI do Peru, entre outros, considerando-se o tempo de análise no período de 1999 ate 2008.

Palavras-chaves: Desmatamento, Sustentabilidade, estimadores de efeito fixo e efeito aleatório, Brasil e Peru.

|256| QUEDA DA PRODUÇÃO PESQUEIRA DO ESTADO DO PARÁ: EVIDÊNCIAS DA TRAGÉDIA DOS COMUNS ?

*Roose de Fátima da Silva Rosa (FAPESPA) - rroose.rosa@yahoo.com.br
Mestre Economia - PPGE/UFPA*

*Márcia Jucá Teixeira Diniz (PPGE/UFPA) - mjucadiniz@hotmail.com
Dra Desenvolvimento Sustentável NAEA/UFPA*

*Marcelo Bentes Diniz (PPGE/UFPA) - mbdiniz2007@hotmail.com
Dr. Desenvolvimento Econômico e Regional CAEN/UFPA*

Resumo

O objetivo principal deste artigo é discutir a redução da produção pesqueira industrial e artesanal no estado do Pará, a partir da década de 2000, como o que é chamado na literatura de Tragédia dos Comuns. A pesquisa levanta indícios que nos últimos anos a sobrepesca vem acarretando diminuição da produção, tanto industrial como artesanal do Pará, inclusive, com outros impactos econômicos como a queda significativa da exportação do setor. Além disso, verificou-se, através da utilização de um modelo de regressão, a

participação da aqüicultura como atividade complementar, sugerindo a diminuição dos impactos negativos sobre o recurso natural, e a importação de pescados como substituta a produção pesqueira. O trabalho foi subsidiado por dados secundários disponíveis nas instituições responsáveis pelo setor pesqueiro estadual e federal.

|40| SOLIDARIEDADE INTERGERACIONAL E RECURSOS EXAURÍVEIS

Izabel Cavalcanti (Universidade de Brasília) - izabelcip@gmail.com

Bacharel em Ciências Sociais com habilitação em Antropologia e Sociologia pela Universidade de Brasília (UnB). Atualmente é mestranda em Desenvolvimento Sustentável pelo Centro de Desenvolvimento Sustentável da UnB (CDS/UnB) e pesquisadora da Rede Clima

Resumo

Os recursos minerais são recursos exauríveis (recursos não-renováveis). Portanto, eles se esgotarão mais cedo ou mais tarde. Surge, assim, a seguinte pergunta: como garantir a solidariedade intergeracional quando os recursos utilizados são recursos exauríveis? Vários autores buscaram obter respostas a esta questão. O debate em torno da exaustão dos recursos naturais e a conseqüente ameaça ao bem-estar das futuras gerações foi discutido tanto pela Economia Neoclássica, como pela Economia Ecológica. O artigo busca revisar a literatura sobre a temática, destacando os aspectos positivos e negativos de cada proposição. Posteriormente, o trabalho analisa a abordagem mais viável e adequada para o caso brasileiro. Para atingir esse objetivo, a autora faz uma revisão bibliográfica sobre o tema, buscando conhecer as principais publi-

cações sobre o assunto.

A Economia Neoclássica apresenta duas principais respostas à questão acima: a regra de Hotelling e a Sustentabilidade Fraca (Robert Solow). O artigo levanta uma série de críticas a ambas as abordagens. A Economia Ecológica, por sua vez, possui duas abordagens principais para a questão: a Sustentabilidade Forte (Herman Daly) e a perspectiva Evolucionista (Norgaard). A autora defende que a melhor resposta dada a esta questão foi desenvolvida pela perspectiva Evolucionista da Economia Ecológica. Os recursos naturais (ainda que exauríveis) devem ser utilizados da maneira mais adequada à perspectiva da perpetuação das espécies. Para a autora, o potencial evolutivo deve ser garantido a partir da criação de um Fundo Mineral. O fundo deve priorizar o capital humano, isto é, deve se dedicar a melhoria das condições de saúde, de educação, de distribuição de renda da população nacional.

PÔSTERS

| 228 | A AMAZÔNIA QUE EXPORTA É A AMAZÔNIA QUE DESMATA: ESPECIALIZAÇÃO PRODUTIVA PRIMÁRIA E MEIO AMBIENTE EM PERÍODO RECENTE

Wesley Pereira de Oliveira(UnB) - wpoeconomia@yahoo.com.br

Economista. Mestre em Economia (UFPA), 2011. Doutorando em Economia (UnB), 2011.

José Raimundo Barreto Trindade (PPGE/UFPA) - jrtrindade@uol.com.br

Economista. Professor Adjunto IV do Programa de Pós-Graduação em Economia da UFPA.

Resumo

Este trabalho dedica esforço à análise dos seguintes aspectos: i) participação das exportações da região amazônica na pauta nacional de exportação de produtos básicos e; ii) sua relação com as questões ambientais da região, demonstrando a contradição entre sustentabilidade econômica e ambiental, claramente visível na relação entre superávits da balança comercial e avanço do desmatamento na Amazônia.

| 167 | ANÁLISE CIENCIOMÉTRICA DO TERMO VALORAÇÃO AMBIENTAL DE ESPÉCIES E A UTILIZAÇÃO DO MÉTODO DE VALORAÇÃO CONTINGENTE: DIAGNÓSTICO E PERSPECTIVAS PARA PESQUISAS NO BRASIL

Pablo Vinícius Clemente Mathias (UFG) - pablo@biotonet.com.br

Possui graduação em Biologia pela Universidade Católica de Goiás (2003) e Mestrado em Ecologia e Evolução pela Universidade Federal de Goiás (2006). Atualmente cursa o o programa de doutorado em Ciências Ambientais da Universidade Federal de Goiás, é dire

Francis Lee Ribeiro (UFG) - francisleerib@gmail.com

possui graduação em Ciências Econômicas pela Pontifícia Universidade Católica de Goiás (1983), mestrado em Economia Aplicada pela Universidade Federal de Viçosa (1998) e doutorado em Economia Aplicada pela Universidade Federal de Viçosa (2002). Atualmen

Resumo

A crescente perda da biodiversidade tem chamado a atenção de diversos pesquisadores de várias áreas do conhecimento. Demonstrar o valor econômico desta biodiversidade é uma importante ferramenta para sua preservação e conservação. Assim, foi realizada uma análise cientométrica pelo portal ISI Web of Knowledge, sobre os estudos de valoração econômica de espécies e a utilização do Método de Valoração Contingente (MVC) como ferramenta para acesso a estes valores. Foram registrados 332 estudos sobre a valoração de espécies, dos quais 134 utilizaram o MVC. No que se refere ao Brasil, foram registrados apenas 07 estudos de valoração de espécies. Observou-se que mesmo sendo um tema crescente ao longo dos anos, a valoração de espécies tem sido pouco realizada no Brasil, um contraste para um país megadiverso e com uma das maiores taxas de espécies ameaçadas. E apesar de não levantados grande parte da fauna e flora brasileira já possuem valores no mercado formal e informal.

| 212 | ANÁLISE DA JUSTIÇA INTERGERACIONAL COMO PRINCÍPIO NORTEADOR PARA A DESTINAÇÃO DOS ROYALTIES DO PETRÓLEO

Bastião Machado Vilas Boas (UERJ) - vilasboas@uerj.br - Professor da UNIRIO

Carlos José Saldanha Machado (FIOCRUZ; UERJ) - saldanha@fiocruz.br

Doutor em Antropologia Social (Universidade Paris V- René Descartes); Pesquisador em Saúde Pública da FIOCRUZ; Professor dos Programas de Pós-Graduação em Informação e Comunicação em Saúde e Biodiversidade e Saúde da FIOCRUZ e em Meio Ambiente da UERJ

| 211 | AVALIAÇÃO DA LEGISLAÇÃO AMBIENTAL POR GRUPOS DE INTERESSE NO ESTADO DO PARÁ

Oriana Trindade de Almeida (UFPA-NAEA) - or

Economista. Professora Adjunta

Sergio Luiz de Medeiros Rivero (UFPA-Departamento de Economia) - rivero@ufpa.br

Economista, Professor Adjunto
Cleide Souza (UNAMA) - cleidesouza@yahoo.com.br
Socióloga
Graziela Jones (UFPA) - grazjones@hotmail.com
Aluna Graduação Economia
Bruna Rodrigues Feijó (UNAMA) - feijo@yahoo.com.br
Acadêmica
Nirvea Ravena (UFPA NAEA) - niravena@gmail.com
Cientista Política
Angela Carvalho (Banco do Brasil) - angelacristinas@gmail.com

Professor
Luiz Furtado Cirino (UNAMA) - lfcirino@hotmail.com
Acadêmico

Resumo

O código florestal é um dos principais instrumentos de conservação florestal e apresenta, entre as principais regras, a manutenção da reserva legal e áreas de preservação permanentes (APP). Na Amazônia, face à grande taxa de desmatamento, isso é ainda mais necessário. O código florestal, instituído em 1965, estabeleceu que propriedades localizadas na Amazônia teriam que manter 50% da área da propriedade como floresta. Essa legislação ocasionou a ampliação do tamanho das áreas individuais de assentamento na Amazônia em relação a outras regiões do Brasil em lotes de 100 ha prevendo que o pequeno produtor deveria deixar metade de sua propriedade em floresta. Entretanto, poucos proprietários cumpriram essa lei. Brito e Barreto (2005) têm mostrado que um dos principais problemas da implementação da lei na Amazônia é a falta de integração entre as instituições responsáveis pelas punições e a aplicação das penas desvinculadas dos danos ambientais. Esse problema foi ainda mais agravado em 2001 com a mudança da legislação. A partir de 2001, a lei passou a exigir uma reserva legal de 80% na propriedade (BENATTI, 2003; Lei 21.666). A nova lei da reserva legal colocou na ilegalidade os proprietários que cumpriam a reserva legal de 50% e criou uma discussão entre vários órgãos governamentais sobre o procedimento em relação aos novos passivos ambientais criados a partir da publicação da lei.

Recentemente um novo projeto de código florestal tem sido proposto e tramita no legislativo. As mudanças propostas são muitas e entre elas estão redução da reserva legal, redução das áreas de APP nas margens do rio e perdão para os proprietários que desmataram ilegalmente.

O presente trabalho visa avaliar a legislação presente e a nova proposta do código florestal a partir da visão de técnicos ligados ao setor florestal ou programas de manejo florestal e sustentabilidade ambiental do estado do Pará.

|45| **IMPACTOS DAS DIRETIVAS DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO NOS PROGRAMAS DE BIOCOMBUSTÍVEIS NA UNIÃO EUROPEIA – UMA ANÁLISE DA DEMANDA, OFERTA E NORMAS SOCIOAMBIENTAIS.**

Sérgio Rangel Fernandes Figueira (FCAV-UNESP) - figueira@fcav.unesp.br

Atualmente é professor assistente doutor da Faculdade de Ciências Agrárias e Veterinárias da UNESP de Jaboticabal. Áreas de pesquisa: programas de biocombustíveis, desenvolvimento sustentável, economia internacional e economia agrícola.

Resumo

O objetivo do artigo foi o de analisar os impactos das diretivas do Parlamento Europeu e do Conselho sobre os programas de biocombustíveis na União Européia. Utilizou-se pesquisa bibliográfica e documental para a realização da pesquisa. A pesquisa constatou crescimento de 166% na demanda por biocombustíveis entre 2006 e 2010. O biodiesel responde pela maior parcela de demanda, em relação ao bioetanol. No ano de 2010, o consumo projetado de biodiesel foi de aproximadamente 14 bilhões de litros frente os 5 bilhões de bioetanol. Os biocombustíveis são majoritariamente produzidos domesticamente. A diretiva de 2009 estabeleceu critérios de sustentabilidade, principalmente relacionados a quesitos ambientais, sobre o processo produtivo dos biocombustíveis consumidos na União Européia, independentemente da produção ter ocorrido em solo europeu ou em outros países.

|216| **MUDANÇAS CLIMÁTICAS E PATENTES: PROMOVEDO O ACESSO ÀS TECNOLOGIAS VERDES**

CÍNTIA REIS COSTA (CESUPA) - cintiareiscosta@hotmail.com

Mestra em Planejamento do Desenvolvimento pelo Núcleo de Altos Estudos Amazônicos da Universidade Federal do Pará – NAEA/UFPa. Docente do Centro Universitário do Pará – CESUPA. Advogada.

ANA PAULA VIDAL BASTOS (NAEA/UFPa) - pbastos@ufpa.br

Pós-Doutora em Economia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ. Docente do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos da Universidade Federal do Pará – NAEA/UFPa.

THAIS CORREIA HABER (CESUPA) - thais_haber@hotmail.com

Estudante do curso de Direito

Resumo

Este artigo objetiva discutir a relação entre as mudanças climáticas e a propriedade industrial no que tange a proteção das chamadas tecnologias verdes e suas conseqüências para o desenvolvimento sustentável. A complexidade dos problemas ambientais decorrentes da mudança climática exige estratégias jurídicas e institucionais de promoção e cooperação tecnológica alinhadas com as disposições do Protocolo de Quioto. As políticas públicas de inovação destacam as patentes como mecanismo de proteção do conhecimento. E neste contexto, os bancos de dados de patentes são um importante instrumento de acesso às referidas tecnologias. O trabalho aborda que o “IPC Green Inventory” é um importante canal de busca

de tecnologias para os países em desenvolvimento. Além do mais, destaca que a Licença Compulsória e a Importação Paralela são instrumentos jurídicos que permitem que os Estados acessem as patentes, mesmo sem autorização do titular. Afirma que os Estados devem se empenhar na efetivação das possibilidades existentes nas legislações nacionais e internacionais de acesso às tecnologias que minimizem de modo substancial os efeitos antrópicos. Por fim, assevera que Estados, universidades, empresas, e outros centros de inovação, devem primar e buscar a cooperação e transferência de tecnologia nos moldes propostos pelo Protocolo de Quioto.

Abstract:

This article aims to discuss the relationship between climate change and industrial property protection in terms of so-called green technologies and their implications for sustainable development. The complexity of environmental problems resulting from climate change requires institutional and legal strategies to promote technological cooperation in line with the provisions of the Kyoto Protocol. Public policies emphasize innovation patents as a mechanism of protection of knowledge. And in this context, patent databases are an important tool for access these technologies. This article discusses the "Green IPC Inventory" is an important channel of search technologies for developing countries. Moreover, points out that compulsory licenses and parallel imports are legal instruments that allow states to access the patent, without authorization of the owner. It says that states should engage in the execution of existing opportunities in national and international legislation to access the technologies that minimize anthropogenic effects. Finally, it says that states, universities, companies, and other centers of innovation, should excel and seek cooperation and technology transfer as proposed by the Kyoto Protocol.

| 100 | O EXTRATIVISMO NO SÉCULO XXI: A CASTANHA NO AMAZONAS

Katia Viana Cavalcante (UFAM) - katiavc29@gmail.com

Doutoranda do Centro de Desenvolvimento Sustentavel - UnB

Tassio Franchi (-) - tasfranchi@gmail.com

Doutoranda do Centro de Desenvolvimento Sustentavel - UnB

Rute Holanda Lopes (-) - rutehlopes@hotmail.com

Economista; Doutoranda do Centro de Ciências do Ambiente - UFAM

José Aroudo Mota (IPEA) - jose.mota@ipea.gov.br

Economista

Resumo

A castanha do Brasil (*Bertholletia excelsa*), que embora nunca tenha sido um produto principal na formação de renda do Estado do Amazonas, sempre se manteve como uma alternativa de renda para o interior do estado. É um produto importante da economia extrativista amazônica, está ligada à cultura das populações tradicionais e contribui na manutenção da floresta em pé. A metodologia partiu da revisão da

literatura existente e da análise de dados referentes à produção e exportação obtidos nas bases de dados: IBGE – Sidra e a Cidades@; MDIC – Radar Comercial –Análise de Mercado e Produtos; Ministério das Relações Exteriores – MRE/AliceWeb; SEPLAN-AM e SEPROR-AM. A demanda no mercado internacional é elástica, em função de ser facilmente substituída por outras amêndoas, sujeita à variação cambial e de preços e pela forte competição exercida pela Bolívia e Peru. A renda oriunda da atividade extrativa da castanha não é significativa para a composição da renda total do país ou do Amazonas. Entretanto, é expressiva como produto extrativo para vários municípios do estado. A produção de castanha, por ser de srcem extrativa, não necessita de um processo produtivo básico (PPB), o que dificulta o controle e registro de sua produção e venda. Devido a sazonalidade, a extração da castanha não garante, per si, a viabilidade econômica, tendo que ser pensada e praticada em parceria com outras atividades.

SESSÃO E

Crescimento e Meio Ambiente

Coordenadores: Cecília Lustosa (UFAL) e Paulo Gonzaga (IBGE, UNESA)

| 99 | INSUSTENTABILIDADE FINANCEIRA E LIMITES ECOLÓGICOS NA ECONOMIA CONTEMPORÂNEA

Beatriz Macchione Saes(UNICAMP) - bibisaes@hotmail.com

Formada em economia pela Universidade de São Paulo e mestranda em desenvolvimento econômico pela Universidade Estadual de Campinas.

Iderley Colombini Neto (UFRJ) - iderley_colombini@hotmail.com

Formado em economia pela Universidade de São Paulo e mestrando em economia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Resumo

O objetivo do artigo é compreender de que maneira o sistema financeiro atual compromete a emergência de um desenvolvimento econômico que respeite os limites materiais e energéticos do planeta. A partir do enfoque pós-keynesiano, é possível discutir as condições da instabilidade econômica e, a partir da Economia Ecológica, os limites ao crescimento. No capitalismo atual, a estabilidade da economia passa a depender da validação das dívidas que, no entanto, só podem ocorrer pelo crescimento econômico. Porém, este crescimento não pode prosseguir indefinidamente, uma vez que, é restringido pelos próprios limites materiais do planeta. Logo, no sistema econômico dirigido pelas finanças, a sustentabilidade econômica só pode prosseguir ao custo da crescente insustentabilidade ecológica, mas não indefinidamente, pois há restrições concretas ao crescimento.

| 35 | A (IN)SUSTENTABILIDADE DA MATRIZ ENERGÉTICA BRASILEIRA

André Luiz Campos de Andrade(ESAG/UEDESC) - ALCA_RJ2002@YAHOO.COM.BR

Mestre em Economia pela UFSC. É membro da carreira de Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental do MPOG e Professor de Economia da ESAG/UEDESC.

Lauro Mattei (UFSC) - mattei@cse.ufsc.br

Doutor em Economia pela UNICAMP. É professor dos cursos de Graduação e Pós-Graduação em Economia da UFSC.

Resumo

O atual debate sobre as mudanças climáticas envolve diretamente a questão do uso e produção de energia e, conforme destaca o Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC), as emissões de

gases do efeito estufa (GEE) resultantes do consumo energético são o principal fator responsável pelas alterações climáticas verificadas nas últimas décadas. Trata-se, portanto, de um problema de repercussão global, mas que é derivado da forma como os países fazem uso da energia em suas economias. Sendo assim, este trabalho discutiu a sustentabilidade da matriz energética brasileira, sob o ponto de vista das emissões de GEE. Concluiu-se que, ao contrário do senso comum, existem fortes indícios apontando para a insustentabilidade do uso de energia no país, fato que tende a se agravar considerando-se as previsões oficiais relativas ao crescimento econômico e à expansão da oferta e do consumo energético.

| 252 | CARACTERIZAÇÃO DO EMPREGO VERDE NO BRASIL

Leonardo Barcellos de Bakker (UFRJ) - leonardo.bakker@gmail.com
Pesquisador
Carlos Eduardo Fridmann Young (UFRJ) - young@ie.ufrj.br
Professor Associado

Resumo

O objetivo deste trabalho é analisar as diferentes formas de emprego verde existentes no Brasil. Na literatura sobre empregos verdes enfatiza-se a dificuldade em separar aqueles empregos que possuem relação com a qualidade ambiental daqueles que não as possui. Analisam-se três tipos de classificações de empregos verdes distintas como NAICS (Sistema de Classificação de Indústria Norte Americana) para os Estados Unidos, OIT (Organização Internacional do Trabalho) para o Brasil e Eurostat (Agência Estatística da União Européia) para a União Européia. Apesar de haver poucas referências sobre este tema para o Brasil em nível macroeconômico busca-se classificar aqueles setores relacionados com a qualidade ambiental.

| 115 | COMPOSIÇÃO DA PEGADA ECOLÓGICA NO BRASIL: PARTICIPAÇÃO DA AGROPECUÁRIA E MECANISMOS DE MITIGAÇÃO

Maria do Carmo Ramos Fastaben (EMBRAPA) - mariaramos@cnptia.embrapa.br
Engenheira Agrônoma, Doutora em Desenvolvimento Econômico, Pesquisadora da Embrapa Informática Agropecuária, Campinas, SP
Alexandre Gori Maia (UNICAMP) - gori@eco.unicamp.br
Estatístico, Doutor em Desenvolvimento Econômico, Professor do Instituto de Economia da Unicamp
Luís Gustavo Barioni (EMBRAPA) - barioni@cnptia.embrapa.br
Engenheiro Agrônomo, Doutor em Ciência Animal e Pastagens, Pesquisador da Embrapa Informática Agropecuária, Campinas, SP
James Lazou (UNITE) - james.lazou@googlemail.com
Mestre em Desenvolvimento Econômico, Pesquisador da UNITE, Reino Unido

Resumo

Este trabalho analisa os componentes mais importantes da Pegada Ecológica (PE) brasileira, pastagens e cultivos, destacando a importância de ações de enfrentamento das condicionantes ambientais ligadas à agropecuária brasileira. A partir de dados da Global Footprints Network procedeu-se ao agrupamento de países segundo a participação de cada um dos principais componentes que integram a PE. Cinco grupos foram encontrados, estando o Brasil enquadrado naquele que se caracteriza pela predominância de uma bovinocultura extensiva em pastagens e produção agrícola. O trabalho discute a evolução da agropecuária no Brasil e as alternativas que vêm sendo apresentadas para a mitigação das emissões de gases de efeito estufa, sobretudo pela pecuária bovina. Entre as principais conclusões do trabalho, destaca-se que no Brasil existem condições para a expansão sustentável da agricultura e da bovinocultura em função da atual subexploração do potencial produtivo das áreas de pastagens e dos rebanhos bovinos.

| 189 | CURRENT TRADE TRENDS IN LATIN AMERICA AND THE GROWTH POSSIBILITIES FOR GREENING THE ECONOMY

*Carlos Eduardo Frickmann Young (UFRRJ) - carloseduardoyoung@gmail.com
Professor Associado, UFRRJ*

Resumo

Latin American countries are concentrating their exports in natural resources or industrial goods characterized by relatively high degree of pollution in their production processes. However, this paper shows that an alternative pattern of economic growth is possible: higher expansion of clean economic activities, "greening the economy", would bring better effects to employment and income generation. This is proved by an input-output model that compares alternative economic growth options. The results show that spurious growth based on natural resource depletion or degradation bring worse results than alternative economic options that concentrate output in higher value added products that are less harmful to the environment: employment and wage creation are higher in the scenarios where the dependence on natural resources depletion and degradation are reduced. More pollution and resource depletion would lead to less, rather than more, inclusive growth, the opposite result expected from the "Environmental Kuznets Curve".

| 244 | CURVA DE KUZNETS AMBIENTAL: UMA REVISÃO CRÍTICA

*Ricardo Alves de Brito (UFPE) - ricardo.alves.brito@gmail.com
Mestrando em economia na UFPE e graduado em economia pela UFPE
Andrea Sales de Azevedo Melo (UFPE) - andrea.sameo@ufpe.br
Doutora pela UFPE, professora do departamento de economia da Universidade Federal de Pernambuco - PIMES/UFPE,
tutora do PET-economia UFPE*

Resumo

Vários autores, vêm pesquisando a relação entre crescimento e emissão de poluentes – ou às vezes qualidade ambiental, como em López e Galinato (2004), por exemplo. Até agora a curva de Kuznets Ambiental (CKA), que é a forma que essa relação se tomou mais conhecida, tem apresentado resultados mistos e questionáveis, tanto com relação aos fatos estilizados usualmente citados para justificar a existência dessa relação, quanto na estimação econométrica da mesma. Este artigo tem como intuito fazer uma revisão da literatura encontrada e apontar insights e “falhas construtivas” que surgiram desses artigos.

| 52 | DESENVOLVIMENTO DE UM ÍNDICE PARA MENSURAR EXTERNALIDADES NO MERCADO DE ETANOL COMBUSTÍVEL E DE GASOLINA NO BRASIL

Amanda de Brito Andriotta (UFSCar-campus Sorocaba) - amanda_andriotta@hotmail.com

Aluna de graduação do curso de Ciências Econômicas da Universidade Federal de São Carlos – campus Sorocaba

Cynthia Cabral da Costa (Embrapa Instrumentação) - cynthia-costa@bvl.com.br

Engenheira Agrônoma, doutora em Economia Aplicada. Pesquisadora da Embrapa Instrumentação, São Carlos, SP

Resumo

O uso dos biocombustíveis em substituição aos combustíveis derivados do petróleo tem seu maior apelo considerando as vantagens ambientais. Tais vantagens ocorrem tanto pelo lado da produção por ser renovável (ao contrário dos derivados de petróleo) quanto do lado do consumo, pela menor emissão de gases do efeito estufa. Entretanto, há também diferenças sociais e econômicas ligadas à produção dos mesmos. Diversos estudos analisam tais aspectos comparando as diferenças, principalmente, entre a gasolina (combustível fóssil) e o etanol (biocombustível). Este estudo fez uma revisão de literatura de tais estudos e buscou um padrão de mensuração entre as suas diferenças, que são as diferenças nas externalidades de um combustível em relação ao outro. A partir daí foi elaborado um índice que resume a mensuração das diferenças sociais, econômicas e ambientais entre a gasolina C e o etanol hidratado no Brasil. Encontrou-se que o preço da gasolina C deveria ser cerca de 2 vezes superior ao preço do etanol hidratado no país.

| 208 | DETERMINANTES DA EMISSÃO DE CO₂ POR USO DE COMBUSTÍVEIS FÓSSEIS PARA PAÍSES SUL-AMERICANOS, A PARTIR DA ABORDAGEM STIRPAT.

Felipe de Figueiredo Silva (UFV) - fsilva.f@hotmail.com

Mestrando em Economia Aplicada pela Universidade Federal de Viçosa

Lora dos Anjos Rodrigues (UFV) - lora_anjos@yahoo.com.br

Mestrando em Economia Aplicada pela Universidade Federal de Viçosa

Roni Barbosa Moreira (UFV) - roniprojeto@yahoo.com.br

Doutorando em Economia Aplicada pela Universidade Federal de Viçosa

Alexandre Bragança Coelho (UFV) - acoelho@ufv.br

Professor Adjunto do Programa de Pós-Graduação em Economia Aplicada da UFV

Resumo

Este trabalho buscou analisar os determinantes da emissão de CO₂ devido ao uso de combustíveis fósseis para os países sul-americanos no período de 1970 a 2005. Para tanto, utilizou-se da abordagem Stochastic Impacts by Regression on Population, Affluence and Technology (STIRPAT) por meio da aplicação de dados em painel não balanceado em modelos de Efeitos Aleatórios. Os resultados alcançados mostram que a variável de maior impacto sobre o nível de emissões é a população, principalmente urbana, que tem impacto positivo sobre as emissões. A análise desagregada revelou que a camada da população de 50 a 64 anos exerce, no entanto, uma influência negativa nas emissões de CO₂ na medida em que seu padrão de consumo torna-se menos poluente. Dessa forma, espera-se que o envelhecimento da população e a mudança da pirâmide etária nos países sul-americanos tenham efeitos negativos sobre o nível de emissões de CO₂ devido ao uso de combustíveis fósseis, apesar de não impedir seu crescimento ao longo do tempo.

| 38 | INDICADORES E POLÍTICAS AMBIENTAIS EM PAÍSES DO BRICS: UMA ANÁLISE COMPARATIVA

Irina Mikhailova(UFSM) - irinaufsm@gmail.com
Professora Adjunta do Departamento de Ciências Econômicas - UFSM

Resumo

Neste trabalho, pretende-se analisar alguns índices e indicadores ambientais para os países do grupo BRICS visando avaliar o seu desempenho em relação às metas específicas de políticas ambientais. Enfatizam-se as políticas nacionais a respeito da poluição atmosférica e, mais especificamente, da mitigação das mudanças climáticas. Efetua-se uma comparação de alguns indicadores e do Índice de Performance Ambiental para os países do grupo, destacando suas vantagens e os pontos fracos no desempenho das políticas ambientais. Conclui-se que, apesar de esses países apresentarem disparidades grandes em seus perfis, eles têm interesses comuns e há uma perspectiva de cooperação maior na área de projetos ambientais, juntando seus esforços no caminho do desenvolvimento sustentável.

| 168 | ÍNDICE DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL COM BASE EM ANÁLISE MULTICRITÉRIO DE APOIO À DECISÃO.

Sergio Gomes Tôsto(EMBRAPA) - sgtosto@gmail.com
Engenheiro Agrônomo - Pesquisador
Lauro Charlet Pereira (EMBRAPA) - lauro@cnpma.embrapa.br
Engenheiro Agrônomo - Pesquisador

Resumo

A Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e Desenvolvimento, ocorrida em 1992 (Rio-92), ratificou a necessidade de se integrar meio ambiente e desenvolvimento para a formulação de políticas públicas. Indicadores ambientais representam ferramentas para a comunicação de informações sintéticas sobre o estado do meio ambiente, tanto aos formuladores de política quanto ao público em geral (GUTIÉRREZ-ESPELETA, 1998). A cultura da cana-de-açúcar encontra-se em expansão no Estado de São Paulo. Este fato decorre principalmente de perspectivas favoráveis da demanda por álcool combustível, no mercado interno e externo, e pelos preços competitivos do açúcar brasileiro no mercado internacional. O rápido desenvolvimento do setor sucroalcooleiro pode acarretar impactos ambientais negativos e exter-

nalizados, entre eles: o uso, queimada e degradação de ecossistemas florestais, principalmente das Áreas de Preservação Permanente (APPs) e Reserva Legal (RL); emissões de gases de efeito estufa decorrentes das queimadas; assoreamento dos corpos d'água; contaminação de cursos d'água e lençol freático. Este trabalho foi desenvolvido no município de Araras, que possui cerca de 53% de suas terras ocupadas com a atividade de cana-de-açúcar, seguida de citricultura com 19% e mata ciliar com 12%, além de culturas anuais e pastagem que totalizam cerca de 5% (TÓSTO, 2010). O principal objetivo foi elaborar índices de sustentabilidade ambiental para a cultura da cana-de-açúcar, em dois sistemas de manejo: colheita mecanizada e colheita com auxílio da queimada. Para a elaboração do trabalho utilizou-se como fundamento básico a análise multicritério de apoio à decisão, que se baseia em um paradigma construtivista para definir os indicadores de sustentabilidade e os resultados mostraram que o índice de sustentabilidade ambiental da cana-de-açúcar mecanizada foi aproximadamente 50% superior ao encontrado para a cana-de-açúcar queimada. A partir de uma análise comparativa dos índices de sustentabilidade, verificou-se que apesar da cana-de-açúcar mecanizada ser superior, isto não reflete suas condições ótimas de exploração, necessitando portanto de melhoria de manejo, nos critérios avaliados.

PALAVRAS-CHAVE: pesquisa operacional; planejamento e gestão ambiental; qualidade ambiental.

| 224 | O DESAFIO NA MEDIÇÃO DO DESENVOLVIMENTO HUMANO- O CASO DO IDH

*Uwe Spanger,
Prof. e pesquisador no doutorado de Meio Ambiente e Desenvolvimento na Universidade Federal. Pesquisador na área de indicadores, pobreza, desenvolvimento sustentável
(Universidade Federal do Paraná) - uspanger@terra.com.br*

Resumo

O IDH ganhou, desde sua criação 20 anos atrás, notória popularidade por ser uma medida que mede o desenvolvimento de forma mais ampla que o PIB. Esta aceitação, porém, não foi unanime. O IDH sofreu muitas críticas, tanto em relação ao conceito como em relação a sua metodologia. Este artigo traz inicialmente uma visão sucinta sobre as maiores deficiências do IDH. Aborda em seguida a questão da desigualdade, avaliando os estudos que foram feitos nos últimos 20 anos. No final propõe indicadores que possam ser utilizados para a medição da desigualdade em programas políticos.

[225] SISTEMA DE CONTAS NACIONAIS E O MEIO AMBIENTE: UMA ABORDAGEM TEÓRICA DAS CONTAS AMBIENTAIS SOB A ÓTICA NEOCLÁSSICA E DA ECONOMIA ECOLÓGICA

Erika de França Paashaus(UFCG) - erikadefranca@yahoo.com.br

Economista, estudante de pós-graduação em economia política regional - UFCG e professora auxiliar por dois anos em regime T-40 da referida instituição.

Resumo

O modelo no qual se apóia os primeiros Sistemas de Contas Nacionais trataram a economia como um sistema isolado - autocontido - descartando integralmente a natureza e todos os serviços ambientais que também são fundamentais para a produção material. No entanto, na década de 70, com os dois choques do petróleo, emerge a percepção da dependência cada vez maior dos recursos naturais no processo de produção bem como os problemas ambientais e os cenários da escala que a economia contemporânea vinha assumindo. Nesse sentido, as críticas quanto ao modelo do SCN-68 foram surgindo ao não levar em consideração as inter-relações do sistema econômico com os recursos naturais, entre outras. Com isso, houve uma revisão e uma nova versão do sistema de contas nacionais divulgado pelas Nações Unidas foi apresentada em 1993. Nesse contexto, o presente artigo traz como objetivo sistematizar a origem e evolução do SCN. Em seguida são descritos as principais formulações da criação de um Sistema de Contas Ambientais e os entraves que cada uma possui e, por fim, são feitas algumas considerações finais quanto a estes aspectos.

Palavras-chave: Sistema de Contas Nacionais, Meio Ambiente e Contas Ambientais.

[37] "FRONTEIRAS PLANETÁRIAS" E LIMITES AO CRESCIMENTO: ALGUMAS IMPLICAÇÕES DE POLÍTICA ECONÔMICA

Petterson Molina Vale (London School of Economics) - p.m.vale@lse.ac.uk

PhD candidate in Development Studies

Daniel Caixeta Andrade(UFU) - caixetaandrade@ie.ufu.br

Professor do Instituto de Economia da Universidade Federal de Uberlândia

Resumo

Este artigo tem por objetivo principal sistematizar as principais ideias sobre "fronteiras planetárias", economia estável, prosperidade sem crescimento e implicações de política, de modo a incitar o diálogo sobre questões que imaginamos ser cruciais para todos os economistas, não importando a sua filiação teórica. A limitação da expansão da escala da economia diante da capacidade dos ecossistemas, o estímulo ao florescimento das capacidades humanas e o desenho de uma macroeconomia que lide explicitamente com o problema da distribuição de renda constituem os princípios gerais de um plano para o desenvolvimento sustentável.

PÔSTERS

||| | A FALÁCIA DA MÃO INVISÍVEL E OS PERIGOS DO CRESCIMENTO ECONÔMICO

Carolina Lopes Araujo (Universidade de Brasília) - carolinapolopesaraujo@yahoo.com.br

Doutoranda em Desenvolvimento Sustentável na UnB desde março de 2010. Possui mestrado em Administração pela HEC Montreal (reconhecido no Brasil pela UFMG) e bacharelado em Administração pela Universidade Federal de Minas Gerais.

Marcelo Castro Pereira (Universidade de Brasília) - ksmurro@hotmail.com

Doutorando em Desenvolvimento Sustentável pelo Centro de Desenvolvimento Sustentável da Universidade de Brasília –

PIB, Universidade Agrícola de Goiás, pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. Bacharel em Engenharia Agrônômica

Resumo

Este artigo propõe um percurso temporal pelas teorias da Administração e pela evolução do pensamento econômico, na busca de identificar como o conceito de desenvolvimento é abordado por essas teorias. Verifica-se que a lógica de maximização dos resultados econômicos é imperativa, a qual nem sempre é compatível com a noção de sustentabilidade. Por fim, é apresentada a teoria administrativa da Gestão Estratégica, na qual se observa uma desconexão com os ensinamentos da teoria econômica e certa negligência quanto aos limites de crescimento das atividades organizacionais, sejam esses limites de natureza ecológica ou social.

| 160 | ALTERNATIVAS PARA MENSURAÇÃO DO DESEMPENHO ECONÔMICO E PROGRESSO SOCIAL: UMA APLICAÇÃO DA PROPOSTA DA COMISSÃO STIGLITZ-SEN-FITOUSSI PARA AS REGIÕES BRASILEIRAS

Antonio José Juliani (Universidade de Brasília) - antonio.juliani@yahoo.com.br

Doutorando em Desenvolvimento Sustentável - UNB

Paulo Henrique Assis Feitosa (Universidade Federal do Espírito Santo) - paulohenriquefeitosa@gmail.com

Mestre em Economia - UFES

Resumo

A mensuração do Desenvolvimento Sustentável apresenta-se como desafio para a comunidade científica que busca por novas propostas conceituais que possam identificar ferramentas que melhor avaliem o desempenho econômico e o progresso social das populações. Nesse sentido, o objetivo desse artigo consiste em elaborar um Índice de Desempenho Econômico e de Progresso Social (IDEPS) para as regiões brasileiras, de acordo com as orientações da Comissão Stiglitz/Sen/Fitoussi que enfatiza a precariedade dos indicadores atuais baseados no Produto Interno Bruto (PIB) e no Índice de Desenvolvimento Humano

(IDH) para a mensuração do desempenho econômico dos países. Para tanto, utilizou-se nove indicadores abrangendo dimensão socioeconômica e ambiental das regiões do País. Os resultados alcançados com a aplicação do IDEPS corroboraram as recomendações da referida Comissão no que diz respeito à necessidade de novos indicadores de qualidade de vida para a mensuração do progresso social das populações.

221 | ANÁLISE DO DESTINO FINAL DOS RESÍDUOS DE SERVIÇOS DE SAÚDE DO DISTRITO FEDERAL: UMA QUESTÃO DE BIOSSEGURANÇA.

*Gláucia de Sá Guimarães Godinho (Instituto Militar - Rio de Janeiro) - rdalston@gmail.com
Especialização em Biossegurança*

*Profa. Dra. Regina Célia Rebouças Dalston (Universidade Católica de Brasília) - reginac@ucb.br
doutorado em química*

Resumo

O presente artigo investigou e discutiu a deposição final dos resíduos de serviços de saúde no Distrito Federal, por ser um tema de grande relevância a conservação do meio ambiente, sendo de considerável importância e motivo de estudos e debates no mundo inteiro. No Distrito federal, existem usinas de compostagem, usina de reciclagem, um aterro controlado e uma Usina de incineração de lixo especial (UILE), destinados ao tratamento dos resíduos sólidos advindos de todas as atividades urbanas. Alguns destes, já apresentam problemas de eficiência e segurança por estarem com suas vidas úteis comprometidas ou por diversos problemas mecânicos que apresentam os maquinários utilizados para destino final do lixo, causando graves problemas que envolvem questões de Biossegurança, que abrange mais especificamente os RSS que decorre em riscos em potencial que ameaçam a vida do trabalhador e a segurança do planeta como um todo.

Palavras-chave: Resíduos, deposição, conservação, ambiente, biossegurança.

Abstract

The present article investigated and discussed the deposition final of waste of health services in the Federal District, as a matter of great importance to conservation of the environment and is of considerable importance and the purposes of study and discussion worldwide. In the Federal District, there are plants for composting, recycling plant, a landfill controlled and a Power Plant for the incineration of garbage particular (UILE) for the treatment of solid waste coming from all urban activities. Some of them already have problems with efficiency and safety by being with their useful lives or compromised by various mechanical problems that have the machines used for the final destination of the waste, causing serious problems involving issues of Biosafety, which covers more specifically the RSS which runs on the potential risks that threaten the lives and safety of the worker on the planet as a whole.

Keywords: Waste, deposition, conservation, environment, and biosecurity.

| 281 | ANÁLISE MATRICIAL DE MANEJO DE RECURSOS RENOVÁVEIS: UMA SUGESTÃO METODOLÓGICA.

*José Aroudo Mota
Geraldo Sandoval Góes
Jefferson Lorenzini Gazoni*

| 196 | COMBUSTÍVEIS E EMISSÃO DE GASES DO EFEITO ESTUFA: TENDÊNCIA DE DESCARBONIZAÇÃO DA ECONOMIA BRASILEIRA E DE MATO GROSSO ENTRE 2000 E 2008

*Vallência Maira Gomes (UFMT) - vall_maira@hotmail.com
Bacharel em Ciências Econômicas (FE/UFMT). Mestranda do Programa em Agronegócios e Desenvolvimento Regional (FE/UFMT).
Alexandre Magno de Melo Faria (UFMT) - dr.melofaria@gmail.com
Bacharel em Ciências Econômicas (FE/UFMT). Doutor em Desenvolvimento Socioambiental (NAEA/UFPA). Professor Adjunto II (FE/UFMT).
Gerson Rodrigues da Silva (UFMT) - grsilva@ufmt.br
Bacharel em Ciências Econômicas (FE/UFMT). Mestre em Economia Aplicada (UFV). Professor Assistente IV (FE/UFMT).*

Resumo

O principal objetivo deste trabalho foi estimar o nível da emissão de gases de efeito estufa (GEE) a partir do consumo de combustíveis fósseis e renováveis no Brasil e no estado de Mato Grosso entre os anos de 2000 e 2008. Uma vez reconhecido o quantum de emissão de GEE, calculou-se o 'peso do carbono' emitido pela queima de combustíveis sobre a produção, em unidades monetárias. Utilizando a base de dados de consumo de combustíveis do Brasil e de Mato Grosso da Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis, foi empregado o Método "Top-Down" ou método de referência do IPCC para estimar as emissões de dióxido de carbono. Os resultados indicam que a matriz de produção de Mato Grosso é mais suja comparada a matriz brasileira emitindo em média 1,48 quilos de carbono por unidade monetária gerada na economia entre 2000 e 2008. A matriz brasileira emitida pela queima de combustíveis em média, 83 quilos de carbono por unidade monetária gerada de PIB entre 2000 e 2008. Contudo, neste período, a taxa de emissão de carbono por unidade de R\$ mostrou negativa em -5,26% ao ano em Mato Grosso e -1,45% ao ano na economia brasileira. Conclui-se que a matriz energética brasileira e mato-grossense estão tomando-se mais limpas durante o período analisado, principalmente após o incentivo em adaptar os motores veiculares à biocombustíveis e da mistura percentual dos combustíveis exauríveis com renováveis, tanto etanol na gasolina quanto biodiesel no óleo diesel.

| 42 | DECRESCIMENTO – LEVANTAMENTO BIBLIOGRÁFICO NO BRASIL

Alan Ainer Boccato Franca (Decrescimento Brasil)

Biólogo, Analista Ambiental do Ministério do Meio Ambiente - Departamento de Extrativismo. Criou o blog Decrescimento-Brasil e se articula com outras pessoas para difundir e qualificar a idéia do decrescimento no Brasil.

Resumo

O decrescimento enfatiza o abandono do crescimento econômico, atribuindo a este consequências desastrosas para o meio ambiente e para a humanidade. Apesar de ter maior força na Europa, esta idéia vem ganhando simpatizantes em diversos países, inclusive no Brasil. Este trabalho teve como objetivo fornecer um panorama do que se tem produzido e debatido sobre o decrescimento no Brasil. Para tanto, foram realizadas buscas em bases de dados digitais, livrarias e acervos particulares além de contatos pessoais. Como resultado foram encontradas teses, dissertações, monografias, artigos de revistas e jornais, reportagens, entrevistas, discursos e textos não acadêmicos. Conclui-se que sobre o decrescimento no Brasil: não há um debate sistemático; há uma diversidade de entendimentos; prevalece questões gerais com citações e reproduções de clássicos europeus; não há interpretação característica brasileira que possa contribuir com debate sob a ótica de um país em pleno crescimento econômico; há um espaço em que o debate pode se desenvolver.

| 258 | DIAGNÓSTICO SITUACIONAL DOS RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS NO MUNICÍPIO DE CUITÉ-PB, ATRAVÉS DA APLICAÇÃO DO SISTEMA DE INDICADOR DE SUSTENTABILIDADE PRESSÃO-ESTADO-IMPACTO-RESPOSTA (P-E-I-R)

sandra sereide ferreira da silva (ufcg) - sandrasereide@yahoo.com.br

Doutoranda em recursos naturais ufcg

gesinaldo ataíde candido (UFCG) - gacandido@uol.com.br

Professor Doutor do programa de pós graduação em recursos naturais

angela maria cavalcanti ramalho (ufcg) - angelaramalho@oi.com.br

doutora em recursos naturais UFCG

Resumo

Este estudo teve por objetivo criar um conjunto de indicadores de resíduos sólidos urbanos para o Município de Cuité-PB, a partir do sistema de indicador de sustentabilidade pressão-estado-impacto-resposta. Quanto à metodologia, o estudo caracteriza-se como descritivo e exploratório conduzido sob a forma de um estudo de caso. Como resultado, obteve-se um conjunto de 36 indicadores, dos quais apenas 6 (seis) puderam ser analisados positivamente, correspondendo a um percentual de 16, 7%, o que revela uma situação de insustentabilidade ambiental quanto ao problema dos resíduos sólidos no município. Tal situação demanda a necessidade de mudança nas políticas públicas, nas práticas de gestão das empresas e um maior nível de cidadania da população para reverter tal situação.

Palavras-chave: Ambiente, Sustentabilidade, Indicadores. Resíduos Sólidos Urbanos.

Abstract

This study aimed to create a set of indicators of municipal solid waste for the City of Cuité-PB, from the sustainability indicator system pressure-state-impact-response. Regarding methodology, the study characterized as descriptive and exploratory conducted in the form of a case study. As a result, we obtained a set of 36 indicators, of which only 6 (six) could be considered positive, corresponding to a total of 16, 7%, which reveals a situation of environmental unsustainability on the solid waste problem in municipality. This situation demands the need for change in public policy, the practices of business management and a higher level of citizenship of the population to reserve this situation.

Keywords: Environment, Sustainability Indicators, Municipal Solid Waste.

|200| EXPANSÃO DA PRODUÇÃO BRASILEIRA DE BIODIESEL A PARTIR DO PROGRAMA NACIONAL DE PRODUÇÃO E USO DE BIODIESEL - PNPB

*Ívonildo Seabra Leda(UFFPA) - ivoniloledo@yahoo.com.br
Mestre em Economia Pelo Programa de pós-graduação em economia da UFFPA
Sérgio Luiz de Medeiros Rivero (UFFPA) - sergiolmrivero@gmail.com
Professor do Programa de Pós-Graduação em Economia da UFFPA.
Oriana Tindade de Almeida (UFFPA) - oriana@uffpa.br
Professora do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos da UFFPA*

Resumo

Presente estudo mostra a evolução da produção nacional de biodiesel a partir da instituição do PNPB. O artigo em sua essência apresenta os resultados extraídos da Dissertação: "Dinâmica e Impactos da Expansão da Produção Nacional de Biodiesel no Brasil de 2004 a 2009, a partir do PNPB". Os dados são apresentados em figuras e tabelas, mostrando os resultados da atual produção nacional de biodiesel. E desta forma identificou-se o crescimento da demanda compulsória por biodiesel, o crescimento no registro de patentes, capacidade estimada por estado, evolução da produção nacional e por estado, principais matérias primas usadas como insumos e impacto da principal fonte de matéria prima para produzir biodiesel no uso do solo.

|274| INDICADORES DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: O DESAFIO BRASILEIRO NA MENSURARAÇÃO DA SUSTENTABILIDADE DO DESENVOLVIMENTO

*Deise Maria Bourscheidt(Faculdade Brasileira-FABRA) - deiseufsm@hotmail.com
Possui formação em Ciências Econômicas pela Universidade Federal de Santa Maria e Mestrado em Economia pela Universidade Federal do Espírito Santo. Atualmente é professora na Faculdade Brasileira.
Sonia Maria Dalcomuni (UFES) - sdalcomuni@terra.com.br
Graduada em Ciências Econômicas pela UFES (1981), mestre em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade pela UFRJ (1990), doutora em Economia. Sub área: Economia da Inovação e Desenvolvimento Sustentável - University of Sussex. É professora da UFES.*

Resumo

Com a influência cada vez maior da temática ambiental nas áreas econômica e social, os indicadores macroeconômicos tradicionais (PIB), elaborados para representar a realidade econômica quantificando apenas o volume de bens e serviços produzidos, passam a ser insuficientes. Inicia-se um processo de construção de novas metodologias de indicadores, na intenção de retratar o desenvolvimento sustentável, em nível nacional e internacional. O Brasil, representado pelo IBGE, seguindo metodologia da ONU, procura retratar a sustentabilidade do desenvolvimento utilizando como método os indicadores em painel. Nesta perspectiva, este artigo procura discutir o modelo de mensuração do desenvolvimento sustentável brasileiro, apresentando os pontos positivos e as limitações, utilizando como método a revisão bibliográfica. Com este estudo constatou-se que, embora venham ocorrendo avanços na construção de novos indicadores no Brasil, a mensuração do desenvolvimento sustentável permanece como um grande desafio para as Ciências Econômicas bem como para os organismos internacionais e governos nacionais, uma vez que ainda não se construíram indicadores e métodos com aceitação/validade e capazes de funcionar como padrões de comparabilidade internacionais.

| 165 | MONITORAMENTO PARTICIPATIVO DE INDICADORES SOCIOAMBIENTAIS NA MICROBACIA HIDROGRÁFICA DO RIO SAGRADO, MORRETES (PR).

Isabel Jurema Grimm(FURB) - isabelgrimm@gmail.com

Turismóloga, Mestre em Desenvolvimento Regional, Especialista em Didática e Metodologia de Ensino e em Administração de Núcleos Receptores.

Carlos Alberto Ciose Sampaio (FURB) - carlos.cioce@gmail.com

Pós-doutor em Ecossocioeconomia, professor do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional FURB, Blumenau e em Meio Ambiente e Desenvolvimento da UFPR.

Resumo

Crise ambiental não significa apenas o surgimento de problemas ecológicos, mas a emergência de um novo paradigma de percepção do mundo e em especial da natureza. Decorrente prioritariamente da tomada de consciência da necessidade de enfrentar os conflitos resultantes da relação assimétrica homem-natureza, os problemas ambientais vem despertando interesse no estudo da ação do homem na natureza. Uma possível forma de proteção dos territórios – território entendido como um espaço definido e limitado por e a partir das relações de poder e corresponde à habilidade humana de agir em uníssono, em comum acordo, onde poder não é propriedade de um indivíduo, mas, do grupo - deverá utilizar-se de técnicas inovadoras capazes de traduzirem conhecimento científico e sabedoria tradicional em soluções para problemas socioambientais. Neste sentido, este artigo aborda a metodologia de Oficinas, Monitoramento Participativo e Caminhadas Geoambientais, realizadas para selecionar e monitorar indicadores de movimento de massa, mata ciliar e espécies exóticas, produção de lixo, volume da água do rio, índice pluviométrico e bioindicadores. Um dos resultados deste trabalho foi a formulação de uma cartilha de monitoramento de desastres naturais. **Atuais,**

o resultado decorrente da metodologia constituiu um instrumento socioambiental e de cooperação entre atores sociais e que poderão fornecer subsídios para estabelecer diretrizes de implantação de políticas públicas de uso e ocupação do solo no caso empírico do território.

| 220 | REFLEXÕES SOBRE O MÉTODO E DESENVOLVIMENTO DO CONCEITO DE PIB VERDE COMO MEDIDA DE DESEMPENHO ECONÔMICO

Kallyny Thays Lima Limeira Oliveira (Universidade Federal da Bahia) - Kallyny.thays@gmail.com

Economista, Tecnóloga em Saneamento Ambiental, mestranda em Economia - UFBA

henrique tomé da costa mata (Universidade Federal da Bahia) - hnmata@hotmail.com

Engenheiro Florestal, Doutor em Economia Aplicada, professor adjunto na Universidade Federal da Bahia - Departamento de Teoria Econômica.

Rafael Cardoso Cunha (Universidade Federal da Bahia) - hnmata@hotmail.com

Administrador, mestrando em Economia - UFBA

Resumo

A discussão sobre desenvolvimento sustentável vem apresentando importantes avanços científicos em múltiplas dimensões. A condição necessária fundamental para esta análise reside na reavaliação do modelo de desenvolvimento econômico, que implica na compreensão metodológica e no tipo de racionalidade adotada na sistematização de medidas e indicadores do desenvolvimento. Um desses sistemas consiste da elaboração do Sistema de Contas Nacionais (SCN), que sintetiza a transformação dos insumos em bens e serviços finais destinados ao consumo, cujo produto serve de medida de crescimento econômico. Porém, em razão dos métodos adotados, não se dispõe de informações sobre os impactos ao meio ambiente, intensidade de uso dos recursos naturais e danos humanos, que resultam do SCN. Neste sentido, o presente artigo tem por finalidade analisar as restrições básicas da contabilidade do SCN nas diferentes dimensões de impactos ambientais e a partir da identificação dessas externalidades antes não observadas, discutir e sugerir abordagens que levem em conta o meio ambiente. Este exercício permite uma melhor

compreensão do conceito de PIB Verde. Para a realização do artigo propôs-se o seguinte procedimento metodológico: consistirá da análise e revisão bibliográfica referente ao tema e relato analítico das principais experiências já desenvolvidas em matéria da concepção do PIB Verde.

| 204 | STATUS DOS INDICADORES DE CUMPRIMENTO DAS NORMAS AMBIENTAIS NO BRASIL

Maria Alice Cruz Alencastro (UFC) - alicealencastro@yahoo.com.br

Advogada, mestre e doutoranda em Desenvolvimento e Meio Ambiente pelo PRODEMA da Universidade Federal do Ceará - UFC.

Juliana Wayss Sugchara (UFC) - julianawayss@yahoo.com.br

Advogada, mestre e doutoranda em Desenvolvimento e Meio Ambiente pelo PRODEMA da Universidade Federal do Ceará - UFC.

Resumo

Os sistemas de indicadores têm sido utilizados nos mais diversos campos do conhecimento como ferramenta para sintetizar e simplificar informações pertinentes a um conjunto complexo de dados, viabilizando a comparação de situações no tempo e espaço. Os indicadores possibilitam apreender com maior clareza e objetividade, deficiências e potencialidades, servindo de instrumento para a propositura e reformulação de ações visando o alcance de metas específicas. Apesar do avanço experimentado, a partir do final da década de 1980, na construção e aplicação de indicadores de desenvolvimento sustentável, foi constatado que, até 2006, não existem registros da utilização da metodologia de indicadores para avaliar o cumprimento das normas ambientais no Brasil. Desde que sejam efetivamente cumpridas, as normas que disciplinam as formas de uso dos recursos naturais se apresentam como instrumentos relevantes para o progresso em direção ao desenvolvimento sustentável. O presente artigo objetiva, portanto, analisar os avanços experimentados no desenvolvimento de indicadores destinados a avaliar o cumprimento das normas ambientais brasileiras.

SESSÃO F

Temas conceituais: relações entre economia ecológica, sociedade, natureza, conhecimento, poder, instituições e direito.

Coordenadores: Daniel Caixeta Andrade (UFU) e Maurício Amazonas (UnB)

| 187 | A SUSTENTABILIDADE DO PROCESSO DE DESENVOLVIMENTO: PERSPECTIVAS SOBRE A

Carolina Soledad Presas (CDS/UNB) - carolina.presas@gmail.com

Resumo

Nas duas últimas décadas as novas formulações teóricas sobre o desenvolvimento têm adquirido uma maior complexidade, fazendo com que este fenômeno se desdobre em várias dimensões ou agendas: a econômica, a ecológica e a ambiental. No campo multidisciplinar da Economia Ecológica convivem diferentes visões e até correntes divergentes que tentam explicar o funcionamento do sistema econômico assim como as interconexões existentes entre este e os sistemas naturais, levando em consideração as variáveis do mundo biofísico onde os processos econômicos acontecem. Devido a essa heterogeneidade e convivência teórica podem ser encontradas dentro deste campo formulações que tem srcens em disciplinas variadas. Este artigo se propõe analisar as possibilidades interpretativas do pensamento econômico-ecológico para abordar as diferentes dimensões da sustentabilidade do processo de desenvolvimento contemporâneo. Para isso, foram escolhidos três autores, considerados fundadores deste campo interdisciplinar: Kenneth Boulding, Nicholas Georgescu-Roegen e Herman Daily. A partir da análise destas diferentes concepções do funcionamento dos sistemas econômico-ecológicos emergem distintas contribuições e avanços teóricos e, ao mesmo tempo, enormes dificuldades interpretativas para abordar algumas das dimensões do processo de desenvolvimento. As lacunas geradas a partir destas dificuldades para abordar questões tão complexas confirmam a importância de o campo se manter aberto para o recebimento de novos aportes, especialmente das Ciências Sociais, assim como a necessidade de incentivar dentro dele uma maior integração de saberes para lograr formulações e propostas verdadeiramente holísticas.

| 251 | A SUSTENTABILIDADE DOS PONTOS DE VISTA SOCIAL E AMBIENTAL: RUMO À DIMINUIÇÃO DAS VULNERABILIDADES E INJUSTIÇAS AMBIENTAIS

Amanda Martins Jacob (USP) - amandamartins.usp@gmail.com
Bacharel em Gestão Ambiental pela EACH-USP, Escola de Artes, Ciências e Humanidades da USP, Mestranda do PRO-CAM, Programa de Pós-Graduação em Ciência Ambiental da USP

Patrícia Andrade de Oliveira (USP) - poliveira37@terra.com.br

Bacharel em Administração de Empresas pela FAAP/SP Mestre em Ciência Ambiental pelo PROCAM-USP

Ana Paula Fracalanza (PROCAM/USP E EACH/USP) - fracalan.usp@gmail.com

Ana Paula Fracalanza - socióloga e economista, doutora em Geografia, professora da Escola de Artes, Ciências e Humanidades e do Programa de Pós-Graduação em Ciência Ambiental da Universidade de São Paulo

Resumo

Este artigo propôs discutir a problemática das vulnerabilidades e injustiças ambientais através dos preceitos da economia ecológica, com base na questão das necessidades básicas humanas e no acesso aos recursos e bens ambientais pelas populações.

Ao considerar os preceitos do desenvolvimento sustentável e da economia ecológica, discute-se principalmente a questão do uso racional e dos limites ambientais relativos à super-exploração dos recursos, como parte de um crescimento econômico perverso que tende, ao longo do tempo, reproduzir um ciclo de desigualdade social e econômica.

Não obstante, a ocorrência de vulnerabilidades e injustiças socioambientais é observada quando existem problemas de ordem social, relacionados não apenas no que diz respeito ao acesso aos recursos e bens ambientais, como também em relação à distribuição dos danos e impactos sobre os diferentes estratos da sociedade.

A dificuldade de acesso e uso dos recursos ambientais pelos mais pobres acaba colocando uma parcela considerável da população, principalmente nas grandes cidades, em situação de vulnerabilidade socioambiental; comprometendo assim a satisfação das necessidades humanas básicas, relativas à sobrevivência.

Nesse contexto, economia ecológica pode tornar-se um instrumento para repensar as estruturas de redistribuição de renda, na busca por novas formas de desenvolvimento socioambientalmente sustentável.

Por fim, o artigo conclui que é necessário ressaltar no debate da economia ecológica a questão da equidade na distribuição dos recursos e bens ambientais, além da discussão do uso racional e sustentável.

| 82 | ALIMENTOS TRANSGÊNICOS: A PERCEÇÃO DOS CONSUMIDORES NOS SUPERMERCADOS DE CURITIBA

PEDRO JUNIOR DA SILVA (MADE/UFPR) - pedrojrsilva@hotmail.com

DOCTORANDO

Resumo

Este artigo faz uma análise sociológica das escolhas dos atores sociais, consumidores de produtos transgênicos encontrados nos supermercados de Curitiba. A partir da segunda metade do século XX, os proble-

mas ambientais causados pela contaminação de resíduos químicos provenientes da agricultura convencional, muitos consumidores passaram a se preocupar em escolher os alimentos como forma de alimentação saudável, seja por receio de riscos à saúde, seja para incluir ações responsáveis para com o meio ambiente. Este paper trata-se de uma pesquisa em que foram coletados dados com 600 consumidores em 41 supermercados de Curitiba, como forma de traçar um perfil dos consumidores de alimentos. Percebeu-se que a mídia tem um papel relevante em suas escolhas e práticas sociais, assim como contatos pessoais e familiares, e nos seus conhecimentos sobre os riscos alimentares.

| 122 | ANÁLISE INSTITUCIONAL DE PREVENÇÃO E GESTÃO DE DESASTRES

*Juliana Freitas de Cerqueira Guedes (Centro Universitário Jorge Amado) - juliguedes@yahoo.com.br
Economista - UFBA, mestre em Engenharia Ambiental Urbana - UFBA, docente Centro Universitário Jorge Amado
Roberto Bastos Guimarães (Universidade Federal da Bahia) - rbg@ufba.br
Engenheiro Civil - UFBA, doutor em Engenharia Civil - COPPE(UFRJ), docente Escola Politécnica - UFBA*

Resumo

Os desastres que têm ocorrido nos últimos tempos ao redor do mundo têm causado muitos danos materiais e materiais, estes últimos com prejuízos na casa dos bilhões de dólares. Este trabalho se alinha com as recomendações da comunidade internacional que existem interações entre o desenvolvimento sustentável e a redução dos desastres. Sendo assim, o objetivo deste trabalho é fazer uma análise do Sistema Nacional de Defesa Civil - SINDEC pela perspectiva institucional. Para tanto, utilizamos uma contribuição da economia neoinstitucional que considera quatro níveis institucionais: crenças e valores, instituições formais, estrutura de governança e alocação dos recursos, e aplicamos no ramo dos desastres. São abordadas questões como risco, incerteza, desastres e autores que tratam da "sociedade de risco". Também é apresentado o SINDEC sob o ponto de vista dos quatro níveis institucionais. Por fim, chamamos atenção que quando aplicado a um determinado desastre, as principais falhas dos níveis institucionais denotam a importância da criação de um órgão municipal de defesa civil.

Palavras-chave: Risco. Desastre. Análise institucional. Defesa civil.

| 226 | ARTICULANDO GÊNERO, PESCA E EDUCAÇÃO AMBIENTAL: PRODUÇÃO E ARTICULAÇÃO DAS PESCADORAS DE PERNAMBUCO

*Dimas Brasileiro Veras (IFPB) - dimasveras@gmail.com
Docente do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba. Mestre em História pela Universidade Federal de Pernambuco (PPGH/UFRPE). Pesquisador do Grupo de Pesquisa CNPq/UFRPE Desenvolvimento e Sociedade e da Cátedra Paulo Freire.
Maria do Rosário de Fátima Andrade Leitão (UFRPE) - rosarioufrpe@yahoo.com.br
Docente da Universidade Federal Rural de Pernambuco, Doutora em Estudos Iberoamericanos pela Universidad Complutense de Madrid. Líder do Grupo de Pesquisa CNPq/UFRPE - Desenvolvimento e Sociedade.*

*Phelippo de Oliveira Cordeiro Vanderlei (UFRPE) - pipo_biolgia@hotmail.com
Licenciado em biologia e pós graduando em Ciências Ambientais - FUNESO*

Resumo

O presente artigo analisa o impacto das ações de educação ambiental desenvolvidas em conjunto pela Universidade Federal Rural de Pernambuco e pela Articulação das Mulheres Pescadoras do Estado de Pernambuco através do projeto de extensão Gênero, raça e pesca: produção e articulação das pescadoras de Pernambuco (UFRPE/MDA). Ao tecer uma descrição densa destas ações, buscou-se apreender quais são as práticas e as representações através das quais as pescadoras artesanais pernambucanas conjugam

os problemas ambientais do mundo da pesca, bem como se apropriam das problemáticas propostas pela prática extensiva integrada às comunidades de pescadoras/es pernambucanas/os.

| 149 | AS DIMENSÕES DE VALOR DOS RECURSOS NATURAIS E OS MÉTODOS DE VALORAÇÃO

ROBERTA FERNANDA DA PAZ DE SOUZA PAIVA (UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE) - robertapaz2003@yahoo.com.br

Professora Adjunta da Universidade Federal Fluminense

Resumo

A utilização sustentável dos recursos naturais depende da adoção de políticas que possibilitem a análise custo-benefício associada à mesma. Nesse processo devem ser consideradas as diferentes dimensões de valor associadas ao recurso natural (econômica, ecológica e sócio-cultural), fazendo-se necessária, para tanto, a aplicação de diferentes métodos capazes de captá-las. A seleção dos métodos utilizados deve considerar as características dos recursos naturais e os objetivos propostos pelo estudo, tendo-se em mente que ainda inexistem métodos capazes de captar a totalidade do valor dos ativos ambientais.

| 260 | CENÁRIOS DE PESCA NO LITORAL PARAENSE: RECURSOS PESQUEIROS, ATORES SOCIAIS E INSTITUIÇÕES

Voyner Ravena Cañete (Universidade Federal do Pará) - ravenacanete@uol.com.br

Antropóloga, Professora do Programam de Pós-Graduação em Ecologia Aquática e Pesca, professora do Programam de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal do Pará

Victoria Judith Isaac Nahum (Universidade Federal do Pará) - biologiapesqueira@yahoo.com.br

Bióloga, Professora do programam de Pós-Graduação em Ecologia Aquática e Pesca da Universidade Federal do Pará, Coordenadora do Laboratório de Biologia Pesqueira e Manejo de Recursos Aquáticos da Universidade Federal do Pará

Thales Maximiliano Ravena Cañete (Universidade Federal do Pará) - thales_canete@yahoo.com.br

Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Direitos Humanos da Universidade Federal do Pará

Henrique Pereira Mascarenhas (Universidade Federal do Pará) - h3nr1k3@hotmail.com

Graduando do curso de Economia da Universidade Federal do Pará

Resumo

Na última década, a diminuição dos recursos pesqueiros tornou-se uma realidade no cenário amazônico. O litoral paraense é um exemplo típico desse processo de esgotamento de recursos aquáticos. Espécies como a gurijuba, pescada amarela e serra representaram, durante todo o século XX, os pescados mais apreciados na mesa dos paraenses, especialmente junto às famílias dos pescadores. No entanto, esse cenário de fartura não representa o contexto atual. É possível notar ao longo do tempo um decréscimo significativo do nível de captura do pescado e uma intensificação da exploração dos principais estoques pesqueiros na região do salgado paraense. Por outro lado, a crescente demanda do mercado regional e nacional intensifica esse cenário de exploração, o que em muitos casos se traduz na alteração da dieta da

família dos pescadores. Este trabalho tem por objetivo descrever o contexto socioambiental e cultural de uma localidade em um município do salgado paraense, particularmente expressado pelas práticas tradicionais na pesca. Focaliza o município de Bragança, antigo e tradicional produtor de pescado da região do salgado Paraense, especificamente a vila de pescadores de Bonifácio. Através de entrevistas semi-estruturadas, junto a pescadores e marisqueiras, apresenta as rápidas mudanças sofridas nessa localidade e nas atividades da pesca. Evidencia a mulher, enquanto um ator social menos inserido no mercado e com uma lógica diferenciada, como responsável por práticas e saberes que possibilitam ampliar a disponibilidade de recursos pesqueiros. Focaliza, ainda, a (in)capacidade institucional na implementação da política pública para a pesca artesanal na região.

[210] CONTEMPORANEIDADE DO CONSUMO SUSTENTÁVEL E AS SUAS CORRELAÇÕES COM AS POLÍTICAS PÚBLICAS, AS PRÁTICAS EMPRESARIAIS E O COMPORTAMENTO DO CONSUMIDOR

Verônica Macário de Oliveira (UFCCG) - veronicamacario@gmail.com

Professora da Unidade Acadêmica de Administração - UFCCG; Doutoranda em Administração - PROPAD/UFPPE

Gesinaldo Ataíde Cândido (UFCCG) - gacandido@uol.com.br

Professor Titular da Unidade Acadêmica de Administração e Contabilidade - UFCCG

Carla Regina Passa Gómez (UFPPE) - carlapasa@hotmail.com

Professora Doutora - PROPAD/UFPPE

Resumo

A sociedade moderna vivencia uma busca contínua por melhoria nas condições de vida, sobre o ímpeto da nova ordem econômica que é pautada no consumo. Entretanto, constatou-se que os padrões e níveis de consumo desta sociedade estão causando sérios danos ao meio ambiente, desencadeando uma crise ambiental que questiona o custo do desenvolvimento alcançado pelas sociedades afluentes e cria a necessidade de reflexões sobre o consumo sustentável. Neste sentido, este artigo buscou identificar, através de uma pesquisa bibliográfica exploratória, os aspectos conceituais existentes na literatura sobre as abordagens que definem quais são os papéis e responsabilidades dos diferentes atores sociais para a sustentabi-

lidade dentro da visão do consumo sustentável, considerando seu fluxo histórico e de processos sociais e culturais inerentes. O estudo mostra a necessidade de adoção de uma macroabordagem para construção de uma base de referências acerca das variáveis que tratam o consumo sustentável e que contemplem as dimensões de políticas públicas, práticas empresariais e comportamento do consumidor.

[276] **CONTROLE SOCIAL E DANOS AMBIENTAIS: UMA ANÁLISE SOBRE MÉTODOS DE AVALIAÇÃO DE DANOS E MECANISMOS DE PARTICIPAÇÃO SOCIAL**

Bruno Otávio Teodora(UnB) - brunocsteodora@gmail.com

Biólogo formado pela Universidade Federal de Lavras – UFPA, mestre em educação pela Universidade de Brasília-UnB,

Membro da Agenda Ambiental da UnB

Janaína Juliana Maria Carneiro Silva (MS) - jajumaca@gmail.com

Engenheira Florestal formada pela Universidade de Brasília (1997) e mestrado em Ciências Florestais pela Universidade de Brasília (2005). Atualmente é Técnica Especializada do Ministério da Saúde atuando na Coordenação Geral de Vigilância em Saúde Ambient

Resumo

Partindo da análise de algumas abordagens econômicas sistêmicas, busca-se evidenciar a impossibilidade de materializar os ativos intangíveis dos recursos da natureza, analisando alguns métodos de valoração e as suas limitações práticas, sem adentrar nas formas de cálculo, mas privilegiando a discussão sobre o que o método é capaz de captar das parcelas que compõem o valor total do recurso ambiental. As limitações levantadas argumentam a necessidade de focar a discussão sobre valoração de danos na sustentabilidade socioambiental, a fim de incorporar, no planejamento do desenvolvimento, maior relevância nas dimensões social e ambiental, buscando reparar a distorção que o conceito de desenvolvimento sustentável vem sofrendo desde sua formulação. Para avançarmos neste sentido, sugere-se que os meios de participação e controle social com disposição legal, sejam reconhecidos como instrutores do processo administrativo que envolve o licenciamento de empreendimentos com potencial impacto ambiental. A audiência pública necessita nesse contexto atender principalmente aos requisitos de publicidade, participação de público e instrução, sendo que, as preocupações com a qualidade das informações, que os interessados dispõem quanto ao empreendimento em questão, devem preceder à audiência pública para que esta seja capaz de gerar debates e reflexões que venham a instruir o licenciamento ambiental, corrigir possíveis falhas e limitações de alguns de seus instrumentos e promover justiça ambiental. O artigo tem como objetivo levantar as limitações de alguns métodos de valoração de danos ambientais para embasar a reflexão sobre a eficiência de formas de participação e controle social nos processos de decisão que incluem direitos coletivos, como é o caso do meio ambiente.

|271| **DA GESTÃO DO CONHECIMENTO À IMPLEMENTAÇÃO DE ROTINAS ORGANIZACIONAIS:
APLICAÇÃO DA ECONOMIA INSTITUCIONAL À GESTÃO DE RISCOS SOCIOAMBIENTAIS**

ANALICE ARAUJO DA SILVA (PPED/UFRJ) - analicearaujo1@gmail.com

*ECONOMISTA, DOUTORANDA NO PPED/IE/UFRJ, COORDENADORA ADJUNTA DO MBE DE ECONOMIA E GESTÃO
DA SUSTENTABILIDADE DO IE/UFRJ*

Resumo

Esse artigo tem como objetivo integrar a gestão de riscos socioambientais no âmbito na análise econômica institucional com o objetivo de reconhecer elementos estratégicos e organizacionais que possam ser analisados e replicados nos processos de gestão empresarial. Acreditamos que a gestão de riscos socioambientais distingue-se como uma das ações mais contundentes no âmbito da responsabilidade ambiental, dado que, para sua efetivação, os princípios da ética, governança, transparência e integração com os stakeholders devem estar, necessariamente, presentes no processo. A contribuição teórica desse artigo será integrar a economia e a gestão empresarial no âmbito na análise do processo de gestão de riscos socioambientais, que, não obstante interdisciplinar, as áreas de estudo comumente de contribuição são as relacionadas à química, estatística e à saúde pública. Espera-se, com essa vertente de análise, facilitar a comunicação entre essas disciplinas, a fim de catalisar o processo integrador e multiplicador para a construção do bem-estar da saúde humana e do meio ambiente.

A escolha da economia institucional explica-se pela nossa crença de que existam fatores institucionais determinantes que influenciam o processo de decisão das empresas, que podem ser identificados pelo uso de abordagens que contemplem o dinamismo inerente dos processos sociais de produção de interação da sociedade. O que temos por hipótese é que a gestão de riscos socioambientais necessita, portanto, de uma atenção quotidiana no aprendizado e difusão tecnológica. A inovação, por sua vez, consistindo em uma melhoria incremental ou radical feita pelas organizações em seus produtos, tecnologias ou processos, é produto da interação dos conhecimentos de vários agentes internos e externos à organização, consubstanciará rotinas diferenciadoras.

|265| **ECONOMIA E MEIO AMBIENTE: UMA ABORDAGEM TEÓRICA DE INSUMO-PRODUTO NO
ESTADO DO AMAZONAS**

Elane Conceição de Oliveira (CDS/UnB) - ecoliveira_eco@hotmail.com

<http://lattes.cnpq.br/9219459569460852>

José Aroudo Mota (CDS/UnB)

Resumo

Este artigo apresenta resultados parciais da pesquisa de tese intitulada "Análise econômico-ecológica da agropecuária do Amazonas: uma abordagem de insumo-produto". O objetivo dele nesse momento foi

mostrar a Tabela de Recursos e Usos do Amazonas – TRUAm para a atividade agropecuária, o que subsidiará a matriz de coeficientes técnicos diretos e, posteriormente, a matriz de Leontief; seguindo-se, ainda, as perspectivas da construção do vetor ambiental, que subsidiará a análise econômica-ecológica da matriz de insumo-produto. Para isto, foi usado a TRUAm para o ano de 2006, que é um Projeto desenvolvido entre a Superintendência da Zona Franca de Manaus (SUFRAMA) e Universidade Federal do Amazonas (UFAM); e, para a questão ecológica, está em estudo os dados provenientes das estatísticas agropecuárias do Amazonas, do Grupo de Coordenação de Estatísticas Agropecuárias – GCEA/IBGE. Os dados do GCEA são de área plantada (hectares) dos produtos do extrativismo, das culturas temporárias, culturas permanentes, SAFs (sistemas agroflorestais) e produção animal. Como resultados parciais, há uma grande contribuição da análise de insumo-produto para tratar questões ambientais, em função de a teoria ser extremamente indicada para a análise setorial, regional e para avaliar os impactos dos setores econômicos sobre os recursos naturais. Outra questão é que, apesar da participação da atividade agropecuária na economia amazonense ser baixíssima ela não é irrelevante, porque toda e qualquer atividade econômica exerce alguma pressão sobre o meio ambiente e qualquer mudança no cenário nacional de produção de alimentos pode impactar positiva ou negativamente qualquer região, inclusive o Amazonas.

| 166 | EDUCAÇÃO AMBIENTAL CRÍTICA E ECOLOGISMO POPULAR: ELEMENTOS PARA O ENFRENTAMENTO DA CRISE SOCIOAMBIENTAL.

Thiago D'agosta Camargo(Unicamp) - thiagocipo@yahoo.com.br

Estudante de graduação em Ciências Sociais. Atua como educador ambiental e pesquisa os temas de Desenvolvimento Sustentável, Educação Ambiental Crítica, Ecologismo Popular

Sandra Tonso (Unicamp) - sandra@unicamp.br

Arquiteta (FAU-USP) com doutorado em Geociências pela Unicamp. Docente da Faculdade de Tecnologia - Unicamp

Resumo

O presente artigo visa, a partir de um debate teórico e conceitual, aproximar o conceito de Ecologismo Popular à Educação Ambiental Crítica, com intuito de ampliar o espectro da reflexão sobre as questões socioambientais e consolidar estratégias conjuntas de análise e resposta da crise. Nesse sentido, o entrelaçamento de ambos elementos destaca a contribuição da Economia Ecológica e da Ecologia Política para a compreensão da dinâmica econômica da sociedade capitalista a partir do acesso aos recursos naturais e distribuição dos resíduos gerados, assim como, as desigualdades presentes neste processo e que são refletidos em conflitos socioambientais. A relação entre o Ecologismo Popular e a Educação Ambiental Crítica pode se estabelecer de maneira recíproca pois, ambas se retroalimentam e possibilitam a consolidação dos movimentos de resistência e superação da crise socioambiental.

| 248 | EPISTEMOLOGIA AMBIENTAL NA FORMAÇÃO DA GESTÃO AMBIENTAL

Mara Aguida Porfírio Moura (Universidade Federal do Piauí - CMRV) - maraaguida@hotmail.com
Mestra em Desenvolvimento e Meio Ambiente

Resumo

Este trabalho tem como objetivo analisar a relevância epistemológica na gestão ambiental, discutindo sobre a necessidade de se promover à práxis científica sobre o enfoque epistemológico. Os eixos teóricos que serviram de base para o presente trabalho são resultantes da dissertação de mestrado da autora e estão subsidiados pelas abordagens epistemológicas de Piaget, Bachelard, Foucault e Morin e nas contribuições de Leff sobre a racionalidade ambiental, demandando uma visão interdisciplinar que emerge a partir da reflexão que não procura eleger a melhor epistemologia, mas propiciar subsídios em torno do caráter complexo das abordagens epistemológicas que, na contemporaneidade, se revigoram sob o prisma de um espírito científico transformador e transformado, e, para consubstanciar a análise sobre a gestão ambiental abordamos Andrade (2002), Barbieri (2004), Philippi Jr et al (2004), entre outros autores. Para tanto, utilizaremos como método de investigação a pesquisa bibliográfica exploratória de natureza básica qualitativa dividida em duas partes: a primeira foca a construção conceitual epistemológica e a educação ambiental e na segunda parte, a formação epistemológica da gestão ambiental com base em uma contextualização interdisciplinar. Diante das análises, procedemos a uma discussão epistemológica sobre a gestão ambiental, estruturando-a à luz de uma abordagem interdisciplinar de forma que sirva como instrumento transformador de um processo de mudanças nos problemas ambientais.

Palavras chave: Epistemologia; Interdisciplinaridade; Gestão Ambiental

| 163 | ESPACIALIZAÇÃO DA CAPACIDADE DE USO DAS TERRAS E ESCALA SUSTENTÁVEL PARA PRODUÇÃO AGRÍCOLA.

Sérgio Gomes Tôsto (Embrapa Monitoramento por Satélite) - sgtasto@gmail.com

Engenheiro Agrônomo (Especialização em Meio Ambiente) - lauro@cnpma.embrapa.br
Engenheiro Agrônomo - Pesquisador

Resumo

No esquema analítico da economia ecológica, a consideração da entropia e das propriedades de sistemas complexos faz com que a degradação do meio ambiente e/ou esgotamento dos recursos naturais sejam vistos como problemas que só podem ser solucionados através de uma justa distribuição intratemporal de recursos naturais finitos, o que pressupõe a definição de limites absolutos para seu uso (escala).

Este trabalho foi rerealizado no município de Araras- SP e teve como objetivo determinar a quantidade de terras que está sendo utilizada dentro da sua escala sustentável e quais áreas estão com uso acima ou

abaixo de sua capacidade produtiva. Para esta avaliação foi utilizada a metodologia referente à "Capacidade de Uso das Terras" (LEPSCH et al., 1991).

Os resultados indicaram que cerca de 71,56% das áreas encontram-se com o uso adequado, significando que estão dentro de sua escala sustentável; 3,55% estão sendo utilizadas de forma insustentável (sobreutilizadas) e cerca de 18,87% estão sendo utilizadas de forma inadequada (subutilizadas), uma vez que seu potencial permite usos mais intensos, respeitando-se as áreas protegidas por lei. Finalmente, a avaliação da capacidade de uso das terras é uma poderosa ferramenta, utilizável não só no planejamento e uso das terras mas também para a avaliação e definição de escala sustentável da produção agrícola, dentro da visão pré-analítica da Economia Ecológica em relação à questão da Escala Sustentável.

PALAVRAS-CHAVE: Economia Ecológica, escala sustentável, planejamento ambiental e capacidade do uso das terras.

| 95 | ESTIMATIVA DA DINÂMICA DOS FLUXOS ENERGÉTICOS DA PRODUÇÃO DE SOJA EM PRIMAVERA DO LESTE (MT): UMA ANÁLISE ECONÔMICO-ECOLÓGICA

*ELISAMA FONSECA DE CARVALHO(UFMT) - ellisaama@gmail.com
ECONOMISTA, MESTRANDA EM AGRONEGÓCIOS E DESENVOLVIMENTO (PPG-ADRI/UFMT)
ALEXANDRE MAGNO DE MELO FÁRIA (UFMT) - dr.melofaria@gmail.com
PROFESSOR ADJUNTO II, FACULDADE DE ECONOMIA
DILAMAR DALLEMOLE (UFMT) - ddilamar@hotmail.com
PROFESSOR ADJUNTO II, FACULDADE DE ECONOMIA*

Resumo

Mato Grosso é o maior estado produtor de soja do Brasil e o município de Primavera do Leste concentra cerca de 5% da soja regional. O objetivo desse trabalho foi determinar do ponto de vista econômico e ecológico a eficiência termodinâmica dos fluxos energéticos input-output da cultura da soja entre as safras de 2000 e 2008. Do ponto de vista econômico, a soja demonstra tendência de redução de 4,55% ao ano da margem econômica bruta. Do ponto de vista termodinâmico, a soja mostra tendência de redução de 1,93% ao ano no superávit de energia organizada, ou seja, uma tendência crescente de formação de entropia. Os insumos responsáveis pelo aumento do input e conseqüente redução na eficiência termodinâmica são os agrotóxicos, com participação média de 92% nos inputs energéticos, conjugado com a tendência de redução da produtividade por hectare. Conclui-se que o sistema produtivo de soja em Primavera do Leste precisa ser repensado e ajustado para que se torne tendencialmente sustentável.

Palavras-chave: Soja, Primavera do Leste, Eficiência Termodinâmica, Margem Bruta.

| 185 | GESTÃO DE ÁGUA E SOLO DA APA EMBU-VERDE: INSTITUIÇÕES, PODER E PARTICIPAÇÃO

*Ana Paula Fracalzan(Universidade de São Paulo - USP) - fracalan@usp.br
Socióloga e economista, doutora em Geografia pela UNESP (Campus de Presidente Prudente). Professora Doutora da*



Escola de Artes, Ciências e Humanidades da Universidade de São Paulo e do Programa de Pós Graduação em Ciência Ambiental – PROCAM/USP.

Rodrigo Furtado Ega (Universidade de São Paulo - USP) - rodrigofurtado@usp.br

Bacharel em Gestão Ambiental pela Universidade de São Paulo. Mestrando em Ciência Ambiental pelo Programa de Pós Graduação em Ciência Ambiental - PROCAM (USP).

Luizi Maria Brandão Estancione (Universidade de São Paulo - USP) - brandao.estancione@yahoo.com.br

Internacionalista pela Faculdade Santa Marcelina. Graduada em Gestão Ambiental pela Universidade de São Paulo.

Resumo

A discussão sobre os mecanismos concretos para implementação das novas instituições responsáveis pela gestão da água – por exemplo os Comitês de Bacia Hidrográfica – coloca atenção sobre a importância da gestão integrada da água e do solo para viabilizar a chamada boa governança da água. O objetivo do artigo é discutir a formação e o funcionamento do Conselho Gestor da APA Embu-Verde quanto ao uso do poder no território da APA em relação a gestão integrada de água e solo. Para tanto, foram considerados: atores sociais envolvidos no Conselho Gestor da APA; gestão do solo e da água na APA e; articulação entre atores que participam das deliberações do Conselho. Os assuntos tratados no Conselho Gestor da APA foram analisados a partir do acompanhamento de reuniões do Conselho entre março de 2010 e maio de 2011, além de documentos do Conselho e de entrevistas com seis conselheiros, entre representantes de órgãos governamentais e da sociedade civil. Os resultados apontam que não há integração entre gestão de recursos hídricos e planejamento e uso do solo, sendo que o processo de descentralização da gestão não é acompanhado pela criação de mecanismos que assegurem maior articulação entre as esferas de decisão, enfraquecendo a capacidade de gestão e planejamento local.

[53] RECURSOS DE BASE COMUM E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: INSTITUIÇÕES SOCIAIS E DILEMAS ENTRE O “ÓTIMO ECONÔMICO” E O “EQUILÍBRIO ECOLÓGICO”.

Igor Ferraz da Fonseca (IPEA/CDS-UnB) - igor.fonseca@ipea.gov.br

É Pesquisador do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA. Graduado em Sociologia (UnB), é mestre e doutorando em Desenvolvimento Sustentável pelo Centro de Desenvolvimento Sustentável da Universidade de Brasília (CDS/UnB). Maurício de Carvalho Amazonas (CDS-UnB) - mauricioamazonas@uol.com.br

É Professor Adjunto do Centro de Desenvolvimento Sustentável da Universidade de Brasília (CDS/UnB). Doutor e Mestre em Economia pelo Instituto de Economia da Unicamp (2001 e 1994). Ex-Presidente e membro da Diretoria da ECO-ECO.

Resumo

O presente artigo tem como objetivo analisar a ideia neoclássica de ótimo econômico – entendido como o ponto ou condição de máxima eficiência de utilização dos recursos econômicos, em sua relação com o desenvolvimento sustentável. Para tanto, este trabalho tomará por base o caso paradigmático dos recursos de base comum – RBC, examinados nas dimensões ambientais, econômicas e sociais envolvidas em

sua gestão. A economia ambiental de cunho neoclássico parte da idéia de que é possível gerir os ativos ambientais a partir de um ponto otimizado. Inversamente, o enfoque da economia ecológica e o enfoque institucionalista são convergentes ao demonstrar a impossibilidade do alcance do ótimo econômico na gestão dos RBCs. Essa convergência se justifica pelo entendimento que o ponto ótimo na gestão dos RBCs não só é inviável objetivamente, como não promove a justiça social na distribuição dos recursos e muito menos a conservação dos recursos naturais, minando o bem-estar social no longo prazo. Dessa forma, o caso dos RBCs permite uma aproximação das dimensões social e ecológica, às quais deveria estar subordinada a dimensão econômica.

| 124 | REGIME ALIMENTAR CORPORATIVO, CONSUMO E ECONOMIA ECOLÓGICA: CONCEITOS E DISCUSSÕES NO CONTEXTO DOS SISTEMAS AGROALIMENTARES

*KATIANNY GOMES SANTANA ESTIVAL (UNIVERSIDADE ESTADUAL DE SANTA CRUZ) - katianny@hotmail.com
PROFESSORA ASSISTENTE DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE SANTA CRUZ E DOUTORANDA EM CIÊNCIAS SOCIAIS,
DESENVOLVIMENTO, AGRICULTURA E SOCIEDADE NA UFRJ
SOLANGE RODRIGUES SANTOS CORREA (UNIVERSIDADE ESTADUAL DE SANTA CRUZ) - solangesantoscreea@
yahoo.com.br
PROFESSORA ASSISTENTE DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE SANTA CRUZ E DOUTORANDA EM CIÊNCIAS SOCIAIS,
DESENVOLVIMENTO, AGRICULTURA E SOCIEDADE NA UFRJ*

Resumo

A proposta do presente trabalho é discutir elementos teóricos, conceituais e empíricos que poderiam ser mobilizados em uma análise da produção, do processamento e do consumo de alimentos no contexto do atual regime alimentar corporativo na perspectiva da economia ecológica, ou seja, associada ao conceito de sustentabilidade forte, considerando a questão ambiental como um fator intrínseco em todas as etapas dos sistemas produtivos na agricultura e no consumo de alimentos. Para a discussão serão abordados conceitos, elementos teóricos e empíricos englobando considerações sobre o atual regime alimentar corporativo e modelos alternativos sob os sistemas de produção e consumo.

Palavras chave: economia ecológica, regime alimentar, sistemas agroalimentares

PÔSTERS

| 164 | A CONSCIENTIZAÇÃO SOBRE O CONSUMO COMO INSTRUMENTO PARA A MELHORIA DA QUALIDADE DE VIDA DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES INSERIDOS NO PROGRAMA DE ERRADICAÇÃO DO TRABALHO INFANTIL NO LITORAL DO PARANÁ

Maya Taiza Sulzbach (UFPR) - mayrats@ufpr.br

possui graduação em Ciências Econômicas pela Universidade Federal de Santa Catarina (1993), mestrado em Desenvolvimento Econômico pela Universidade Federal do Paraná (1998), doutorado em Desenvolvimento Econômico pela Universidade Federal do Paraná (200

Hicari Marçia Constanski Rodrigues (UFPR) - hica@ufpr.br
graduanda do curso de Gestão e Empreendedorismo da UFPR - Setor Litoral; bolsista PET.

Elisa Christensen Camasciali (UFPR) - adretdb@hotmail.com
graduanda do curso de Gestão e Empreendedorismo da UFPR - Setor Litoral

Resumo

Este artigo busca descrever as ações, de um projeto de extensão, desenvolvidas com crianças e adolescentes de 06 a 15 anos, inseridas no Programa de Erradicação do Trabalho Infantil e seus resultados junto às Unidades que abrigam essas crianças e adolescentes, no Litoral do Paraná. O citado Projeto é desenvolvido e executado por professores e acadêmicos da Universidade Federal do Paraná – Setor Litoral. A proposta interdisciplinar do Setor possibilita a integração de acadêmicos de vários cursos, promovendo a interdisciplinaridade no desenvolvimento metodológico do Projeto. Busca-se desenvolver e amadurecer a idéia de que é na infância que o indivíduo aprende conceitos e valores que irão formar sua personalidade, pois é nesta fase que a criança deve ser sensibilizada sobre o uso racional dos recursos naturais e a importância da preservação da natureza para a vida humana. O Projeto objetiva contribuir com o conhecimento, possibilitando uma inclusão da mudança de atitude pessoal em relação ao estilo de vida adotado, auxiliando na construção coletiva da sustentabilidade social, econômica e ambiental, respeitando a cultura

através de oficinas simples e lúdicas, que servem de eixos de interação as ações da Unidade sobre a natureza, sendo esta intencional ou não, na aceleração da degradação do planeta e as conseqüências sobre as futuras gerações. No ano de 2009 o Projeto atuou na Unidade do PETI do município de Matinhos; no ano de 2010 no município de Guaratuba e atualmente o projeto atua na Unidade "Proteção Já" no Balneário Praia de Leste em Pontal do Paraná – PR.

Palavras-chave: educação, responsabilidade sócio-ambiental, conscientização sobre o consumo.

| 272 | A ECOLOGIZAÇÃO DO DESENVOLVIMENTO COMO MECANISMO PARA A ERRADICAÇÃO DA POBREZA: O RURAL ALAGOANO E O SISTEMA AGROALIMENTAR AGROECOLÓGICO

*Luciano Celso Brandão Guerreiro Barbosa (Campus do Sertão/UFAL e MADE/UFPR) - lucianoctgb@hotmail.com
Graduado em Ciências Econômicas (UFAL), Doutorando em Meio Ambiente e Desenvolvimento (MADE/UFPR), Mestre em Desenvolvimento e Meio Ambiente (PRODEMA/UFAL) e Professor Assistente do Campus do Sertão/UFAL*

*Tatiana Frey Biehl Brandão (Campus do Sertão/UFAL) - tatianabiehl@hotmail.com
Graduada em Ciências Contábeis (UFAL), Especialista em Auditoria e Perícia Contábil (CEAP/Maurício de Nassau) e Professora Auxiliar do Campus do Sertão/UFAL*

*Andressa Rafaelle da Silva (Campus do Sertão/UFAL) - rafaeleandressa@hotmail.com
Graduando em Ciências Econômicas na Unidade Acadêmica Santana do Ipanema - Campus do Sertão/UFAL*

*Ermeson Henrique Silva dos Reis (Campus do Sertão/UFAL) - ermesonhenrique@hotmail.com
Graduando em Ciências Econômicas na Unidade Acadêmica Santana do Ipanema - Campus do Sertão/UFAL*

*Waléria Geovanna B. da Silva (Campus do Sertão/UFAL) - waleria.ufal@gmail.com
Graduando em Ciências Econômicas na Unidade Acadêmica Santana do Ipanema - Campus do Sertão/UFAL*

Resumo

Desenvolvimento e pobreza estão interligados. Não há como desenvolver-se com a perpetuação de índices de pobreza. Além disso, a pobreza está associada a degradação da natureza (recursos naturais), que por sua vez é considerado como elemento chave para o desenvolvimento. Assim, cresce a discussão acerca do atual processo de ecologização do desenvolvimento como fator de geração de autonomia e emancipação social. Este seria o mecanismo que possibilitaria pensar o desenvolvimento a partir do local e para local, tendo como parâmetro principal a gestão dos recursos (capital, ecológicos, social, humano e intelectual) realizada pela sociedade local. Assim, este ensaio detem como o objetivo demonstrar que a agroecologia poderá contribuir para a redução da pobreza no rural alagoano proporcionando uma melhor qualidade de vida, preservação/conservação ecológica e autonomia e emancipação social para os agricultores e o território alagoano, ao tempo que constrói uma maneira diferenciada e participativa de se obter desenvolvimento para o ambiente rural alagoano. Para a elaboração deste trabalho foi realizado

Atividade de extensão em Alagoas. Ocorre ainda, que este ensaio constitui-se numa discussão inicial, sendo oriundo de numa síntese da parte inicial de um projeto de extensão que está sendo realizado pela Universidade Federal de Alagoas. Após a pesquisa, observou-se que a agroecologia pode contribuir para a erradicação da pobreza, pois possibilita a inclusão socioambiental dos agricultores familiares, gerando renda que pode possibilitar a geração de emprego, além de inserir os agricultores nos espaços democráticos de reivindicação social, por exemplo, os Colegiados dos Territórios: do Alto Sertão Alagoano, do Médio Sertão Alagoano e do Agreste Alagoano, ocorre ainda à gestão dos recursos ecológicos locais, fatos estes que foram possíveis a partir do processo de ecologização do desenvolvimento.

| 87 | A EDUCAÇÃO AMBIENTAL NO DIÁLOGO ENTRE O RURAL E O URBANOS NO ENTORNO DO PARQUE ESTADUAL DOS TRÊS PICOS

*Gabriel de Mendonça Domingues (Universidade Federal de Juiz de Fora) - gabrieldominguesea@gmail.com
Mestrado em Ecologia e Bacharel em Turismo pela Universidade Federal de Juiz de Fora. Desenvolve sua linha de pesquisa em educação ambiental aplicada ao desenvolvimento comunitário. Desenvolveu diversos trabalhos técnicos e de pesquisa voltados para o des*

Resumo

A pesquisa foi realizada no município de Teresópolis-RJ, junto às comunidades de Canoas, Prata dos Are-des e Varginha, situadas no entorno do Parque Estadual dos Três Picos - PETP, maior unidade de conser-vação administrada pelo Instituto Estadual do Ambiente do Rio de Janeiro - Inea/RJ. O objetivo principal foi analisar, sob a perspectiva dos diferentes atores locais, as transformações socioculturais e espaciais que ocorrem na localidade a partir da chegada dos moradores de srcem urbana, confrontando as diferentes visões de mundo e explicitando os desafios colocados ao trabalho de educação ambiental junto a essas comunidades. O estudo das interações entre as pessoas de srcem rural e urbana deixa clara a importância da educação ambiental, operada pela via dialógica, para a superação das diferenças e para a viabilização de um modelo de desenvolvimento local que atenda às necessidades da população local e aos objetivos de conservação dos recursos naturais propostos pelo PETP. Para a realização da pesquisa, foi adotada uma abordagem qualitativa e utilizados métodos da observação participante, entrevistas não estruturadas e semi-estruturadas, buscando ressaltar nos depoimentos dos diferentes moradores suas percepções acerca das transformações no espaço rural observadas nas últimas décadas, bem como do papel das instituições locais na promoção do desenvolvimento socioambiental das comunidades estudadas.

| 134 | CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS EM TORNO DO LAGO DO ALEIXO

*Raimunda Rodrigues de Menezes (Universidade Federal do Amazonas) - raimunhdarm@yahoo.com.br
Estudante do Programa de Pós-Graduação em Sociedade e Cultura na Amazônia.*

Resumo

O estudo discutirá a problemática dos conflitos socioambientais gerados em torno do Lago do Aleixo e as conseqüências sobre o modo de vida das populações locais, contextualizando a trajetória de organiza-ção política dessas populações, enquanto estratégia para garantir o acesso e uso dos recursos naturais na Amazônia. Os conflitos no Lago do Aleixo se situam no contexto de construção do Porto das Lajes com a finalidade de possibilitar o atraque de grandes navios de carga no local evitando que estes tenham de percorrer toda a orla de Manaus com produtos destinados ao Pólo Industrial de Manaus (PIM), desafo-gando o desembarque de mercadorias do Centro da cidade. E comunitários da Colônia Antonio Aleixo e movimentos sociais que são contra a construção do porto nas mediações do Encontro das Águas, do outro lado.

|263| ECONOMIA ECOLÓGICA E SUBJETIVIDADE

Rafael Christofaletti(unesp) - rafaelchristofaletti@yahoo.com.br

Psicólogo, graduando em economia e mestrando em educação

Luciana Togeiro de Almeida (unesp) - ltogeiro@fclar.unesp.br

Professora doutora do depto de economia da unesp

Resumo

A Economia Ambiental e a Economia Ecológica são duas áreas relativamente recentes da teoria econômica impulsionadas pela premência de tratamento da problemática ambiental. Com abordagem metodológica e concepções teóricas distintas, a Economia Ecológica dá um passo à frente no sentido de buscar na transversalidade com a Biologia, Ecologia e a Física, propondo uma abordagem mais integrada e abrangente para tratar a problemática ambiental contemporânea. Esta, no entanto, segundo Guattari, adquire uma complexidade maior, uma vez que se situa no campo da subjetividade. O presente trabalho tem o intuito de mapear a(s) idéia(s) de subjetividade na Economia Ecológica.

|4| ÉTICA E ESTRUTURA DE DIREITOS DO MEIO AMBIENTE NATURAL E ARTIFICIAL. O MEIO AMBIENTE É OBJETO OU SUJEITO DE DIREITOS? UMA REFLEXÃO FULCRADA NA ÉTICA E NA FILOSOFIA DAS CIÊNCIAS NATURAIS

Aldo Muro Júnior(Instituto Federal de Goiás - IFG) - muro@muro.adv.br

Coordenador e docente do Curso de Meio Ambiente do Instituto Federal de Goiás

Resumo

Apesar das incessantes preocupações com o Direito Ambiental, este ramo jurídico ainda encontra-se embrionário de sorte a conseguir uma tutela eficaz do meio ambiente. Uma das razões deve-se, dentro de uma análise filosófica aplicada ao direito a questão da interpretação do meio ambiente de forma antropocêntrica ao invés de ecocêntrica.

A extrema capacidade do ser humano em compensar sua deficiência em relação aos outros seres vivos com os quais convive para conseguir sobrepujá-los até, justifica a cura dos males pela cultura e pela tecnologia, fato que vem a corroborar o antigo entendimento grego de otimismo em relação ao ser humano, sobretudo em relação à natureza.

A citada cura dos males humanos pela cultura fez o homem agarrar-se a ferramentas e a abrir mão de muitas coisas para gerar o desenvolvimento que se pode encontrar até os dias atuais.

Todavia, o crescimento e a evolução humana, naturalmente, não se fizeram jejunos de ônus para o meio em que eles se inserem. Conflitos de poder e apego à propriedade, gênese da demonstração de poder

e senhorio humano sobre o meio natural, inicialmente e, sobre seus pares conseqüentemente, fizeram com que se relegasse o meio ambiente a um bem esquecido até pouco, quando radicais concomitantemente ao movimento hippie fizeram com que toda a humanidade abrisse seus olhos para a problemática da destruição ambiental e seu holocausto para a humanidade futura – em uma visão mais catastrófica e pessimista – própria dos radicais, conseguiu dar uma tendência mais amena para a cultura da valorização do passivo ambiental a ser agregado ao desenvolvimento tecnológico que se atingiu e, sem ele não se retornará às srscens, mas sim se sucumbirá às forças naturais latentes.

Assim, pois, não há mais como retroceder da atual situação humana. Deve-se relativizar o destino por meio da cultura para que se distancie do que profetizou Rousseau de que: o homem seria bom por na-

tureza e que a propiedade o destruíra; a fim de tender-se mais para uma visão Sócrática de que o mal não é sua inerente, iminente ou afetável, mas sim voluntário.

Assim, como não se pode mais retroceder e, tampouco retirar a tecnologia do ser humano, somente resta agregar-lhe valores de conhecimento, cultura e de educação para a convivência harmoniosa com o único meio ambiente natural que resta e, principalmente, de forma a dar-lhe consistência capaz de superar os problemas hodiernos do meio ambiente artificial – cultural, patrimonial, social e do trabalho – principal meio de educação do ser humano adulto, para uma convivência e crescimento harmoniosos para os dias vindouros.

| 145 | GOVERNABILIDADE E GOVERNANÇA AMBIENTAL – REVISANDO CONCEITOS

*João Batista Drummond Câmara (IBAMA) - joao.camara@ibama.gov.br
Biólogo, Analista Ambiental do Ibama na Diretoria de Qualidade Ambiental, mestre em Ecologia (UnB), doutor em Desenvolvimento Sustentável (CDS/UnB).*

Resumo

As crises políticas e institucionais verificadas a partir dos anos 90 associadas a questões de reestruturação das relações sociedade-Estado, à institucionalização de novas regras sociais, as mudanças nas relações econômicas resultantes da globalização, mudanças nos modelos de gestão pública e a revolução tecnológica da informação e comunicação mostram-se como desafios ao estabelecimento de uma nova ordem mundial. Os conceitos de governabilidade e de governança ambiental passaram a aparecer com freqüência no debate da sustentabilidade, com ênfase para os acordos econômicos e ambientais multilaterais.

Identificar e definir os problemas e os meios de ação, dar prioridade aos problemas ambientais na agenda pública e decidir sobre a repartição dos custos e arbitragens aceitáveis a fim de obter a melhor qualidade do meio ambiente, com destaque para ações que minimizam efeitos globais da degradação ambiental, como as mudanças climáticas e elevação do nível do mar, a perda dos serviços ambientais e suas conseqüências para a sobrevivência humana.

Os conceitos de governabilidade e de governança ambiental buscam dar suporte à compreensão das mudanças neste momento de transição, de busca de respostas aos problemas globais, de mudanças de paradigmas nos padrões de produção e consumo e do papel dos atores sociais nas relações de poder de um estado

Buscou-se identificar e compreender os critérios que estão inseridos nos conceitos de governabilidade e de governança ambiental e suas contribuições para as mudanças requeridas na organização da sociedade, nas estruturas de poder e no estabelecimento de regras e instituições visando o alcance do desenvolvimento sustentável.

| 237 | MEIO AMBIENTE, GÊNERO E PRODUÇÃO ECONÔMICA: A RELAÇÃO ENTRE A NATUREZA E A CULTURA

VERONICA LIMA DA FONSECA ALMEIDA(unb) - veronicalfa@gmail.com
estudante

Resumo

O artigo trata sobre as formas de sobrevivência de grupos familiares tradicionais no cerrado goiano. Objetiva-se discutir sobre a relação entre homens e mulheres diante das condições e limites existentes na produção da economia de subsistência na tradição familiar. Esta é uma pesquisa etnográfica, tendo como principal procedimento metodológico o levantamento da memória dos mais velhos, através de entrevistas (gravadas e transcritas) e observações cotidianas no interior de suas residências em 2007, prosseguindo em 2008 e 2009. Os resultados demonstraram que desde o modo de vida da tradição os homens e as mulheres têm a agricultura de subsistência como a forma de economia do seu grupo familiar. Nesta forma de organização familiar a mulher na maioria das vezes esteve na condição de submissa e inferior na relação do trabalho, na economia e dentro do seu grupo familiar em relação ao homem. Entretanto, o advento da modernidade no Estado de Goiás e no município tem alternado a condição da mulher em relação ao trabalho e a economia doméstica, mas sua posição de submissa e inferior ao homem ainda prevalece na maioria dos casos.

Palavras-chave: Imposição; inferioridade; mulher; homem

| 105 | ORÇAMENTO VERDE

Alessandra Aveni(UNB) - alessandra@unb.br
Doutor em Administração e Ciências Políticas na Itália, mestrando e professor UAB em Geografia na UNB.

Resumo

Em cada ano, no momento do orçamento da União deveria ter um planejamento e o orçamento de recursos naturais e do ambiente. Ao Executivo cabe definir as estratégias gerais do planejamento dos recursos naturais e bens comuns públicos que fazem parte do capital natural nacional e seu orçamento anu-

al. Contudo há um falta nesse processo da parte de orçamento ambiental devida em parte á dificuldade de montar um sistema que possa incluir contabilidade física, monetária e qualitativa e gestão de recursos naturais. De outro lado há também uma falta de decisões a respeito e de direcionamento e metodologias nesse assunto. Um exemplo internacional de orçamento "verde" é o Eco Budget, esta ferramenta pode ser avaliada também no Brasil no futuro.

Palavras-chave: contabilidade verde, orçamento, planejamento de recursos naturais, EcoBudget.

SESSÃO G

A Economia Verde e as Inovações Tecnológicas Ambientais (mais orientado ao papel do setor privado, mas não só)

Coordenadores: Maria Carolina Gullo (UCS) e Ilhering Alcoforado (UFBA)

| 247 | ENGAJAMENTO DE NOVOS ATORES SOCIAIS NO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: O

Ana Luiza Clementino da Silva (UFRRJ) - analuizasilva.ufrj@gmail.com
Mestranda do Programa de Pós Graduação de Ciências Sociais pela UFRRJ e analista de sustentabilidade do Fundo Vale para o Desenvolvimento Sustentável

Resumo

Este artigo enfatiza a entrada de novos atores no desenvolvimento sustentável considerando o engajamento das empresas com o terceiro setor. No presente trabalho destaca-se ainda como surgiram os conceitos de desenvolvimento e sustentabilidade, bem como estas noções foram incorporadas ao mundo empresarial. Em paralelo, o estudo mostra como foi o processo de transferência da responsabilidade do Estado de promover o bem estar socioambiental para a sociedade civil e o empresariado. Passa-se então, a análise do processo da entrada da empresa como ator da sustentabilidade a partir das novas demandas produzidas pela sociedade e pelo mercado. Dessa implicação, expõem-se como as empresas juntamente com o terceiro setor voltam-se para a atuação de ações e práticas sustentáveis que corroborem para a perpetuação no tempo, gerem bons resultados econômicos, além de contribuir efetivamente para o crescimento da sociedade, da preservação e da conservação do meio ambiente. Dessa atuação conjunta

entre o *Fundo Vale* para o Desenvolvimento Sustentável, o *caso* para o combate ao desmatamento e a degradação florestal, exemplificando o caso de Paragominas, que está entre os municípios com maior desmatamento da Amazônia causado principalmente pela expansão da pecuária.

| 46 | A OBTENÇÃO DE CRÉDITOS DE CARBONO ATRAVÉS DA PRODUÇÃO DE MICROALGAS PARA GERAÇÃO DE ELETRICIDADE

Laryssa Ramos de Holanda (UFPE) - laryssarholanda@hotmail.com
Francisco de Sousa Ramos (UFPE) - ramosfs@gmail.com

Resumo

Este trabalho propõe um processo de produção de microalgas para geração de eletricidade, considerado como uma atividade conjunta com o etanol, de modo a suprir a elevação da demanda prevista de energia ocasionada pelo crescimento econômico do país. A produção dessa fonte de energia alternativa em conjunto com uma usina de etanol maximiza os ganhos de ambas, além de trazer benefícios ao meio ambiente, com as microalgas captando o dióxido de carbono emitido pela usina de etanol.

| 179 | BIODIVERSIDADE, BIOTECNOLOGIA E INDÚSTRIA DE FITOTERÁPICOS NA AMAZÔNIA: UMA ALTERNATIVA PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL.

André Cutrim Carvalho (UFOPA) - andrecc83@gmail.com

Mestre em Economia, Doutorado em Desenvolvimento Econômico pela UNICAMP Professor-pesquisador da UFOPA.

David Ferreira Carvalho (UFPA) - david.fcarvalho@yahoo.com.br

Pós-Doutor em Economia pela UNICAMP Professor-pesquisador do Programa de Pós-Graduação em Economia - PPGE e do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos - NAEA da UFPA.

Resumo

o presente trabalho procura discutir os modelos BAU E SEM. O Banco Mundial define os modelos desenvolvimento não sustentáveis e degradadores do meio ambiente como sendo do tipo Business As Usual (BAU), devido os danos causados ao meio ambiente, a saúde do ser humano, e a vida no planeta Terra. Já os modelos de desenvolvimento sustentáveis, denominados de Sustainable Ecosystem Management (SEM), têm como meta a reversão da lógica dos modelos BAU baseada numa prática de aproveitamento econômico com preservação significativa da natureza. Os referidos modelos possuem ampla possibilidade de serem instaurados em regiões ricas de mega-diversidades, tal como são a região da Amazônia Brasileira, sobretudo os espaços que vêm sendo constantemente penalizados com a destruição de sua biodiversidade, principalmente, como consequência do avanço da fronteira econômica.

Palavras-chave: Modelo BAU, modelo SEM, Amazônia Brasileira, biodiversidade.

| 123 | DESENHO DA METODOLOGIA DA AVALIAÇÃO DO CICLO DE VIDA (ACV) DO ETANOL COMBUSTÍVEL PELO MÉTODO CML 2000 COM SIMAPRO

Sidinei Silvério da Silva (UEL) - sidinei.uel@gmail.com

possui Graduação em Ciências Econômicas pela Universidade Estadual de Maringá (2002), Especialização em Consultoria Econômico-Financeira de Empresas (UEM-2004) e Mestrado em Economia Regional pela Universidade Estadual de Londrina (UEL) [em andamento].

Irene Dornenes Zapparoli (UEL)

Resumo

O objetivo da pesquisa consiste em estudar a metodologia da avaliação do ciclo de vida (ACV) nos aspectos econômicos e ambientais concernentes à produção do etanol combustível, a partir da cana-de-açúcar. O etanol combustível por ser passível de melhorias ambientais durante seu ciclo de vida e ser alternativo frente aos combustíveis fósseis é de grande relevância estratégica para o Brasil. A estrutura metodológica está baseada nas recomendações da série ISO 14040 e será utilizado o método CML 2000, na avaliação do ciclo de vida. Serão consideradas as seguintes categorias de impacto: mudança climática; destruição da camada de ozônio; acidificação; eutrofização; ecotoxicidade de águas doces e toxicidade humana. Espera-se que este trabalho ao identificar os impactos ambientais em cada etapa do ciclo de vida do etanol combustível, possa contribuir para o debate sobre as novas formas de atuação do Estado e dos desafios e perspectivas de mercado para o setor sucroalcooleiro, após a desregulamentação da agroindústria canavieira, buscando uma melhor eficiência ambiental e econômica.

| 197 | DETERMINANTES DO VALOR DE INVESTIMENTO EM CONTROLE AMBIENTAL DAS INDÚSTRIAS BRASILEIRAS

Francisco de Souza Marta (IBGE) - francisco.marta@ibge.gov.br

Engenheiro civil, Mestre em Estudos Populacionais e Pesquisas Sociais; pesquisador da Coordenação de Estatísticas Econômicas e Classificações da Diretoria de Pesquisas do IBGE

Paulo Gonzaga Mibielli de Carvalho (IBGE/UNESA) - paulomibielli@ibge.gov.br

Economista, Doutor em Economia; pesquisador do Núcleo de Estatísticas Ambientais da Diretoria de Pesquisas do IBGE e Professor da ENCE e da UNESA

Denise Britz do Nascimento Silva (IBGE) - denise.silva@ibge.gov.br

Estatística, Doutora em Estatística; pesquisadora da Coordenação de Metodologia da Diretoria de Pesquisas do IBGE e Professora da ENCE

Frederico Cavadas Barcellos (IBGE) - fredcavadas@ibge.gov.br

Geógrafo, Mestre em Sistema de Gestão do Meio Ambiente; pesquisador do Núcleo de Estatísticas Ambientais da Diretoria de Pesquisas do IBGE

Resumo

O objetivo deste artigo é apresentar uma análise dos determinantes do valor de investimento em controle ambiental das empresas industriais brasileiras em 2007. O recorte analisado diz respeito às empresas com 30 ou mais pessoas ocupadas, utilizando técnicas de modelagem estatística com dados cross-sectional através de regressão linear múltipla, para estimar o nível desses investimentos. As informações utilizadas são aquelas captadas pela Pesquisa Industrial Anual de Empresas – PIA Empresa, referentes a 2007 e pela Pesquisa de Inovação Tecnológica de 2005 (ambas do IBGE), dados de depósitos de pedidos de patentes nacionais (INPI), certificação ISO 14.001 (Inmetro), empresas que exportam (SECEX/MDIC) e de companhias abertas (CVM). Os resultados alcançados com a aplicação da modelagem estatística sugere que empresas de grande porte ou com elevada produtividade possuem maior nível de investimento em con-

trole ambiental. Observa-se ainda que as variáveis relacionadas ao número de patentes ambientais, gastos com propaganda, taxa de investimento, tempo de operação e orientação à exportação também estão relacionadas ao valor de investimento em controle ambiental no país em 2007.

| 32 | FATORES INDUTORES DE INOVAÇÕES VERDES NAS FIRMAS: NOTAS PARA UMA CONVERGÊNCIA ENTRE A CONCEPÇÃO NEO-SCHUMPETERIANA E A AÇÃO DO ESTADO

Pedro dos Santos Portugal Júnior (UNIS-MG / IE - Unicamp) - pedrorotaract@hotmail.com

Economista, especialista em Gestão de Negócios pela Faculdade Cenequista de Varginha – FACECA; mestrando em Desenvolvimento Econômico pelo IE/UNICAMP. Professor de graduação e especialização do Centro Universitário do Sul de

Minas – UNIS-MG.

Armando Fornazier (IE - Unicamp) - armandobuenfi@yahoo.com.br

Engenheiro Agrônomo pela Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro - UENF; mestre em Agronegócios pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS; doutorando em Desenvolvimento Econômico pelo IE/UNICAMP.

Ana Lúcia Gonçalves da Silva (IE - Unicamp) - neitp@eco.unicamp.br

Doutora em Ciência Econômica pelo IE/UNICAMP. Professora/pesquisadora do Núcleo de Economia Industrial e da Tecnologia do Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas – NEIT IE/UNICAMP

Resumo

Preocupações com o meio ambiente estão promovendo mudanças no consumo e na produção, fazendo com que empresários inovem para atender às novas exigências dos mercados. Dentro da abordagem de inovação, a corrente neo-schumpeteriana ou evolucionária destaca os paradigmas e trajetórias tecnológicas como modelos e rotas que os empresários podem seguir em suas inovações. A teoria destaca que nos processos de inovações há uma diversidade de "mutações genéticas", fazendo analogia com a teoria darwiniana e que no mercado há um mecanismo de seleção semelhante ao processo de "seleção das espécies". Porém, o Estado pode ser um importante indutor nas mudanças nos processos de produção em busca de uma melhoria dos mesmos, a fim de que respeitem mais as questões ambientais. Esse trabalho tem como objetivo analisar de que forma os fatores indutores de inovações de cunho ambiental

(inovações verdes) podem contribuir para as mudanças na produção das firmas, destacando os incentivos por parte do Estado e de outros agentes privados como as cadeias produtivas e até mesmo o sistema de financiamento. Para atender os objetivos recorreu-se ao método dedutivo, utilizando-se de pesquisa bibliográfica para verificar que mecanismos estão induzindo as inovações verdes.

| 98 | IMPACTOS SOCIAIS DO AUMENTO DE DEMANDA DE ETANOL HIDRATADO VERSUS GASOLINA C NA ECONOMIA BRASILEIRA

Cynthia Cabral da Costa (Embrapa Instrumentação) - cynthia-costa@bol.com.br

Engenheira Agrônoma, doutora em Economia Aplicada. Pesquisadora da Embrapa Instrumentação, São Carlos, SP

Joaquim José Martins Guilhoto (FEA/USP) - guilhoto@usp.br

*Professor do Departamento de Economia, FEA – Universidade de São Paulo
Márcia Azanha Ferraz Dias de Moraes (ESALQ/USP) - mafdmora@esalq.usp.br
Professora do Departamento de Economia, Administração e Sociologia da ESALQ/USP*

Resumo

Para estimar os impactos nos empregos da economia brasileira resultantes da substituição de gasolina C por etanol hidratado foi utilizada a Matriz Insumo-Produto (MIP) inter-regional considerando as regiões Norte-Nordeste, Centro-Sul e o Estado de São Paulo. Os resultados apontaram para o potencial de geração de empregos num cenário de substituição da gasolina pelo etanol. Ao simularem-se aumentos de consumo de etanol de 5%, 10% e 15% em detrimento à gasolina C nos países o potencial de remunerações foram observados aumentos da ordem de R\$79 milhões; R\$157 milhões e R\$ 236 milhões, respectivamente, para os mesmos cenários. Estes resultados mostram a importância da produção de etanol, em detrimento à de gasolina, na criação de empregos e aumento das remunerações no país.

| 243 | INOVAÇÃO AMBIENTAL, REGULAÇÃO E COMPETITIVIDADE: UM ESTUDO DE CASO PARA A INDÚSTRIA BRASILEIRA

*Gabriela Podcameni (UFRJ, IE) - gabriela.podcameni@gmail.com
graduada pelo PUC Rio em economia, mestrado na ufjf no instituto de economia, doutorando da ufjf no instituto de economia.
Julia Queiroz (UFRJ, IE) - julia_mqueiroz@yahoo.com.br
graduada pela UFRJ em economia, mestrado na ufjf no instituto de economia.*

Resumo

Com base no debate acerca da inserção das questões ambientais nas estratégias inovativas das firmas, o presente artigo busca avançar no estudo da relação entre as inovações ambientais e a competitividade das empresas a partir de dados empíricos. O objetivo é verificar se a adoção obrigatória de tecnologias ambientais afeta o desempenho competitivo das empresas. Com base nos microdados da PINTEC 2003, os resultados evidenciam que as empresas que introduzem inovações ambientais têm maior probabilidade de obter uma redução nos custos de produção e melhora na qualidade dos produtos ofertados em comparação com as demais firmas inovadoras. Ou seja, a introdução de questões ambientais nas estratégias inovativas pode ser vista como uma oportunidade de melhora na performance econômica. Em relação às regulamentações, o artigo evidencia que quando as firmas adotam inovações ambientais como uma maneira de adaptação às normas internas e externas existe uma menor probabilidade de melhorar a qualidade dos produtos e reduzir os custos de produção em comparação com as empresas que introduzem inovações ambientais de maneira geral.

Palavras-chave: inovação ambiental, regulação, custo, qualidade, competitividade

Abstract:

Based on the discussion about the inclusion of environmental issues in firms' innovative strategies, this article seeks to advance the study of the relationship between environmental innovation and competitiveness of Brazilian companies through empirical evidence. The article also presents an analysis on the relationship between regulation and environmental innovations, in order to verify how the compulsory introduction of environmental technologies affects the competitive performance of companies. Based on the PINTEC 2003 microdata, the results show that firms that introduce environmental innovations are more likely to achieve a reduction in production costs and improved quality of products in comparison with other innovative firms. Regarding regulations, the article shows that when firms adopt environmental innovations as a way of adapting to internal and external regulations and standards, there's less chance of improving product quality and reduce production costs compared to firms that introduce environmental innovations in general.

Keywords: environmental innovation, regulation, cost, quality, competitiveness

Eixo temático: G) A Economia Verde e as Inovações Tecnológicas Ambientais

Sub seção: Inovações tecnológicas e sociais e sua replicabilidade

| 47 | **MERCADO AMBIENTAL: A ESTRUTURA COMPETITIVA DA OFERTA DE BENS E SERVIÇOS AMBIENTAIS NO ESPÍRITO SANTO.**

Cecilia Hänsler (Instituto IDEIAS) - cecilia@institutoideias.com.br

Bióloga, especialista em gestão ambiental, mestre em Propriedade Intelectual e Inovação.

Tereza Cristina Romero (Instituto IDEIAS) - tereza@institutoideias.com.br

Arquiteta, diretora-presidente do Instituto de Desenvolvimento Integrado para Ações Sociais - IDEIAS.

Rosemary Bebbler Grigato (SEDES) - rosemay.grigato@sedes.es.gov.br

Graduada em Ciências Econômicas pela UFES (1982), Mestre em História Social das Relações Políticas pela Ufes (2006) e MBA em Planejamento e Gestão de Políticas Públicas pela UUV (2008). Assessora Especial da Secretaria de Desenvolvimento do ES.

Célia Perin (SEBRAE/ES) - celia.perin@es.sebrae.com.br

Bióloga, Analista - Unidade de Atendimento Coletivo à Indústria (UACIN) do SEBRAE/ES.

Sérgio Ferreira de Figueiredo (SI/MDIC) - sergio.figueiredo@mdic.gov.br

Engenheiro Mecânico, Mestre em desenvolvimento sustentável, Assessor Técnico da Secretaria de Inovação do Ministério de Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Brasil.

Anselmo Hudson Siqueira Nascimento (Merccato) - hudson@merccato.com.br

Economista, especialista em gestão empresarial. Sócio da Merccato Inteligência Competitiva.

Shigeo Shiki (UFU) - shigeo@ufu.br

Economista, doutorado em Economia pela University College London (1991) e professor titular da Universidade Federal de Uberlândia - UFU.

Resumo

O mercado de bens e serviços ambientais é analisado no estado do ES do ponto de vista da oferta, o que representa 1,74% do PIB estadual. A área de saneamento é predominante, porém denota uma estrutura

oligopólica. O perfil das empresas deste mercado é representado majoritariamente por serviços ambientais, sendo que a gestão de resíduos sólidos e a reciclagem são as áreas mais dinâmicas e representam grande oportunidade para as micro, pequenas e médias e empresas. Estes resultados apontam para a necessidade de organização do setor de bens e serviços ambientais e sua qualificação para atender a demanda crescente no estado, bem como subsídio de políticas públicas e de incentivo para os empresários.

| 102 | O CONSTRUTIVISMO SOCIAL DA TECNOLOGIA (CST) E SUAS AFINIDADES COM OS ECONOMISTAS ECOLÓGICOS

RICARDO TOLEDONEDER(UNB) - RTNEDER@UNB.BR

Prof. Adjunto da Universidade de Brasília. Coordenador do Observatório do Movimento pela Tecnologia Social na América Latina

Resumo

Este artigo se propõe revisitar o movimento da Tecnologia Apropriada (TA) -contemporâneo do ambientalismo e dos primeiros economistas ecológicos. Situa, para tanto, o desenrolar das críticas que a TA gerou, aponta suas contribuições à atual perspectiva CST além da Teoria da Inovação (TI) que fortalecem os fundamentos da análise sociotécnica para desconstrução e reprojeto tecnológico na contemporaneidade. O artigo situa a teoria da Adequação Sociotécnica (AST) que sob o capitalismo, pode ser interpretada como uma plataforma hábil para explorar graus de autonomia técnico-político hoje existente para a construção de alternativas de racionalização democrática sociotécnica. Diante deste quadro, economistas ecológicos formam um grupo com pressupostos comuns com os pesquisadores e movimentos sociotécnicos pela AST entre outros, pelo motivo de que tanto a economia quanto a tecnologia não são uma caixa-preta ou constructos arbitrários fechados como códigos técnicos, e sim formas sociais de valoração de modos de vida.

Palavras-chave - Tecnologia Apropriada. Construtivismo Social Tecnologia. Adequação Sócio-técnica. Modelagem socio-técnica. Economia Solidária.

Abstract

Appropriate technology is most commonly discussed in its relationship to economic development and as an alternative to transfers of capital-intensive technology from industrialized nations to developing countries. But appropriate technology movements can be found in both developing and developed countries. In recent times the appropriate technology movement became part of the Social Constructivism of Technology (SCT) after the energy crisis of the 1970s. SCT studies focuses also about technological systems in every day life, as well as on environmental and sustainability, organic food, agriculture and nutrition, de-growth issues. In Brazil and Latin American this SCT's approach was developed by authors of the theory and praxis around Socio-Technical Adequation (STA). This article explores the fact that the main points at stake for ecological economists - as a relevant group - have strong convergences with STA. Technologies

as well as economies, are not blackboxes, They are extensions of social relations.

Key-words - Appropriate technology. Socio-Technical Adequation (STA). Social Constructivism of Technology. Sociotechnical modelling. Solidary economy.

[202] O ECODSIGN COMO FERRAMENTA DE GESTÃO AMBIENTAL APLICADA AO SETOR DA CONSTRUÇÃO CIVIL: O CASO DO CONDOMÍNIO HORIZONTAL CAMPINA HOME RESORT EM CAMPINA GRANDE-PB

*Rosângela Gomes da Silva(UFCG) - RROSANGELA.GS@GMAIL.COM
Graduada em Administração*

*Rodolfo Gabriel Souza Ferreira (UFCG) - rafjo_rg@hotmail.com
Graduando em Engenharia Civil*

Maria de Fátima Martins (UFCG) - fatimamartins2005@gmail.com

Professora do Curso de Administração UFCG. Doutoranda em Recursos Naturais - UFCG. Mestre em Engenharia de Produção. Pesquisadora do GEGIT.

Verônica Macário de Oliveira (UFCG) - veronicamacario@gmail.com

Professora do Curso de Administração UFCG. Doutoranda em administração-UFPE. Mestre em Engenharia de Produção.

Gesinaldo Ataíde Cândido (UFCG) - gacandido@uol.com.br

Professor Titular do curso de administração. Professor permanente dos cursos de Pós graduação em Recursos Naturais- UFCG e Engenharia de Produção - UFPB.

Resumo

A crescente preocupação com a preservação ambiental e a procura dos consumidores por produtos ecologicamente corretos, levam as empresas a necessidade de adotarem modelos de gestão ambiental, visando diminuir os impactos dos produtos ao meio ambiente e a sociedade. Assim, foram criados alguns modelos e ferramentas de gestão ambiental, dentre eles encontra-se o ecodesign, que através de sua teia de estratégias, possibilita incorporar as questões ambientais em todas as fases do ciclo de vida dos produtos, desde a sua concepção, escolha de materiais, processo produtivo, utilização, otimização da vida útil e descarte, visando reduzir os impactos ambientais dos produtos. Nesse sentido, o presente artigo tem como objetivo identificar os aspectos do ecodesign no Condomínio Campina Home Resort em Campina Grande – PB, a partir da percepção da equipe de elaboração do projeto. Quanto à metodologia, esta pesquisa consiste em um estudo de caso, de natureza exploratória e descritiva, a partir da adaptação da Teia das Estratégias do Ecodesign proposta pelo PNUMA e apresentada por Hamel e Cramer (2002) na elaboração do instrumento de coleta de dados, o qual foi aplicado junto à equipe responsável pela elaboração e execução do projeto do condomínio. A relevância consiste em evidenciar a importância do Ecodesign como uma ferramenta de gestão ambiental aplicada ao setor de construção civil, como forma de reduzir os impactos do setor. Os resultados evidenciaram que as estratégias de ecodesign são totalmente relevantes para o empreendimento, com exceção a variável desmaterialização que foi classificada pela equipe responsável pelo projeto com pouca relevância. Porém, a aplicação ocorre em nível menor, mas com significativa incorporação de tais práticas em quase todas as estratégias, exceto a estratégia que trata da distribuição eficiente do produto.

| 257 | POLÍTICAS PARA A TRANSIÇÃO A UMA ECONOMIA VERDE

Peter Herman May (UFRRJ) - peter@rebraf.org.br

Professor Associado, Economia e Política dos Recursos Naturais e do Meio Ambiente; Ex-Presidente da ECOECO e da ISEE; Diretor Adjunto da Amigos da Terra-Amazônia Brasileira

Resumo

A discussão em torno da transição para uma "economia verde" coloca grande ênfase na necessidade de instrumentos de política adequadas para permitir a transição, seja a reorientação de subsídios para promover empregos em segmentos menos ofensivos ao meio ambiente ou adoção de tecnologias de baixo carbono, seja a regulação de tais comportamentos por instrumentos de comando e controle. Este artigo argumenta que, não é de esperar que uma economia dirigida pelas forças do mercado capitalista naturalmente se direcione neste sentido, muito pelo contrário. No entanto, a grande esperança que se coloca em instrumentos voltadas à compensação aos provedores de serviços do ecossistema, através de incentivos associadas com a Redução de Emissões de Gases de Efeito Estufa de Desmatamento ou Degradação Florestal (REDD) ou pagamentos por serviços ambientais (PSA) sugere que nesta transição haverá algo a ganhar em termos de eficácia de políticas públicas com a adoção de tais instrumentos. O trabalho indica algumas das falhas associadas com a concepção destes instrumentos, e a necessidade por seu pleno êxito, do funcionamento adequado de um marco regulatório capaz de estabelecer limites dentro do qual os instrumentos de mercado possam funcionar, a exemplo do Código Florestal, atualmente em debate na sociedade brasileira.

Palavras-chave: economia verde, instrumentos de mercado, políticas ambientais, pagamentos por serviços ambientais, REDD, marco regulatório, Código Florestal

PÔSTERS

| 13 | A BIOTECNOLOGIA E A EMPREGABILIDADE NA AGRICULTURA NO BRASIL

Fabiana Elisa Boff Silveira (Faculdade Decisão) - fboff@terra.com.br

Economista, professora e coordenadora do NEDE - Núcleo de Estudos Dirigidos e Estágios

Carlos Marcelo Ardigo (UFSC) - carlosmarcelo@ifes.com.br

Administrador, professor UNIVALI

Resumo

O presente artigo tem por objetivo caracterizar a introdução dos avanços tecnológicos na agricultura no Brasil, principalmente no que tange a biotecnologia. A intensificação desse processo a partir dos anos 2000 e os apontamentos que podem vir a servir de parâmetros para medição de indicadores sócio-

-econômicos, em especial no que tange a empregabilidade. Definições da atual política mundial e nacional proporcionam elevadas quantidades de produção e exportação para o Brasil, em especial da soja, um dos principais produtos detentores da biotecnologia e impulsionadores da exportação do país.

| 174 | A ECONOMIA DE BAIXO CARBONO E O PAPEL DA ENERGIA SOLAR FOTOVOLTAICA

Paulo Henrique Assis Feitosa(UFES) - paulohenriquefeitosa@gmail.com

Economista e Mestre em Economia - UFES

Sonia Maria Dalcomuni (UFES) - sdalcomuni@terra.com.br

Doutora em Economia - Sussex University

Resumo

O modelo de desenvolvimento econômico em curso desde a Revolução Industrial, ainda que tenha sido responsável pela melhoria da qualidade de vida da sociedade, resultou no acúmulo na atmosfera de uma quantidade de gases de efeito estufa suficiente para gerar mudanças globais no clima. Nesse contexto, a presente Dissertação se propõe a analisar o papel da Energia Solar Fotovoltaica como uma das tecnologias que possibilitarão a transformação do sistema energético dominante. Inicialmente, a realização dessa análise exigiu o entendimento da transformação histórica da proposta de desenvolvimento sustentável a partir do ingresso do fator ambiental na agenda de pesquisa econômica. Nesse processo de transição emergem desafios para alterar a trajetória tecnológica em curso, tendo em vista o aprisionamento ao sistema vigente. A análise dessas questões constitui uma proposta para que essa energia possa compor o esforço global para se alcançar uma economia de baixas emissões de carbono.

| 158 | A EMPRESA SUSTENTÁVEL COMO VETOR PARA O DESENVOLVIMENTO LOCAL: UMA PESQUISA APLICADA NO MUNICÍPIO DE PASSO FUNDO (RS)

Cleide Fátima Moretto(Universidade de Passo Fundo (UPF)) - moretto@upf.br

Economista. Doutora em Teoria Econômica (USP). Professora Titular do Curso de Ciências Econômicas da Faculdade de Ciências Econômicas, Administrativas e Contábeis (Feac), Universidade de Passo Fundo. Grupo Interdisciplinar de Estudos sobre Trabalho - Giest

Maristela Capacchi (Universidade de Passo Fundo (UPF)) - mali@upf.br

Contadora. Mestre em Controladoria (Universidade degli studi di Pavia/Itália e Unisinos). Professora do Curso de Ciências Contábeis da Feac, Universidade de Passo Fundo. Grupo Interdisciplinar de Estudos sobre Trabalho - Giest.

Verner Luis Antoni (Universidade de Passo Fundo (UPF)) - antoni@upf.br

Administrador. Doutor em Engenharia da Produção (Ufsc). Professor Titular do Curso de Administração da Faculdade de Ciências Econômicas, Administrativas e Contábeis (Feac), Universidade de Passo Fundo

Resumo

As empresas são instituições que cumprem um papel chave na dinâmica da tomada de decisão, um cenário que envolve muitos conflitos e interesses enquanto ações com vistas ao desenvolvimento sustentável. Uma empresa, por meio de suas ações, pode afetar diretamente a sociedade, em diferentes níveis e circunstâncias, para além da relação entre produção e consumo. O objetivo principal do artigo é analisar as práticas de gestão das empresas passo-fundenses na perspectiva do desenvolvimento sustentável. Em nível aplicado e por meio de uma abordagem quantitativa, analisa parte dos resultados obtidos por meio de uma pesquisa de levantamento com 401 empresas do município, tendo como foco as categorias de análise fator trabalho, meio ambiente e sociedade. Conclui que o tamanho da firma foi fundamental para a diferenciação dos resultados e que as evidências demonstram práticas de gestão ainda limitadas em todas as categorias de análise. Sugere que o tecido produtivo constituído por micro e pequenas empresas não permita a ampliação na adoção de práticas mais efetivas na perspectiva da responsabilidade social.

| 71 | A PRODUÇÃO DE BRIQUETES ATRAVÉS DA UTILIZAÇÃO DO PÓ DE SERRA COM FINS PARA GERAÇÃO ENERGÉTICA NO MUNICÍPIO DE SINOP-MT

*Wylmar Constantino Tives Dalfovo (UNEMAT) - wylmar@unemat-net.br
Economista, Professor Efetivo do Departamento de Ciências Econômicas da UNEMAT - Sinop
William Hajime Yonenaga (UNEMAT) - william.yonenaga@gmail.com
Engenheiro de Produção, Professor do Departamento de Ciências Econômicas - UNEMAT-Sinop
Jéssica Andressa Zilio (UNEMAT) - jesk_zica@hotmail.com
Graduanda do Curso de Ciências Econômicas e Bolsista PROBIC/UNEMAT
Cristiane Cardoso (UNEMAT) - cepi.cristiane@yahoo.com.br
Graduada em Ciências Econômicas*

Resumo

Este artigo tem como objetivo analisar a questão da produção e comercialização de briquetes como fonte de energia no município de Sinop-MT, e ainda os benefícios ambientais desta prática tendo como base a utilização do pó de serra como matéria-prima. Para este estudo foi levantado uma série de dados os quais mostram a quantidade de madeira abatida dos manejos florestais e comercializada nas madeireiras, sendo que através do processo de beneficiamento, o quanto é gerado de resíduos e ainda a quantidade de pó de serra gerado pelo mesmo e a produção de briquetes. Assim, é apresentado o modo de produção dos briquetes e o destino da comercialização destes, destacando os custos e receitas envolvidos na produção, bem como os lucros obtidos com esta atividade confirmando sua viabilidade econômica. Para este artigo foram analisadas três empresas briqueteiras localizadas no Município de Sinop-MT, nesta análise buscou-se enfatizar os mecanismos de produção em relação ao mercado consumidor e a quantidade de pó de serra demandado pelo mesmo setor. Como resultados, o artigo enfatiza que a problemática dos resíduos pode ser adequada a partir do momento que o setor privado, nesse caso as empresas briqueteiras, em-

presas agroindustriais e olarias possam utilizar desse insumo, antes desprezado como matéria-prima para o desenvolvimento de atividades industriais que somem com a necessidade da geração de empregos e renda, portanto, torna-se viável e ambientalmente correto o uso do pó de serra neste tipo de atividade, pois com os esforços do setor privado aliado a cumprimento das leis ambientais atuais, pode-se diminuir os impactos causados pelo depósito inapropriado desses produtos, criando-se uma consciência produtiva e ambientalmente correta sobre sua utilização. Os métodos utilizados para a pesquisa foram os métodos estruturalista, funcionalista, estatístico e descritivo.

Palavras-chaves: desenvolvimento sustentável; geração energética; pó de serra; briquetes.

| 227 | **A SUSTENTABILIDADE NO CONTEXTO EMPRESARIAL BRASILEIRO**

Paula Costa Vaz (UFPI) - pauleixans_@hotmail.com

Graduada em Ciências Econômicas

José Natanael Fontenele de Carvalho (UFPI) - natanaelfontenele@yahoo.com.br

Economista, Mestre em Desenvolvimento e Meio Ambiente. Prof. do Departamento de Ciências Econômicas e Quantitativas da UFPI/CIMRV

Resumo

As novas condições globais, em constante evolução, têm incitado as empresas a internalizar nas suas questões gestoriais, uma preocupação maior com o meio ambiente, social e cultural, convertendo-as em fatores de rentabilidade sustentável. Com intuito de verificar o desempenho nas empresas brasileiras no tocante à essas questões, surge esse estudo, que discute questões pertinentes à relação empresa – meio ambiente, suscitando reflexões acerca da articulação entre os interesses econômicos e ambientais. Através de levantamento bibliográfico, foi possível discutir os principais conceitos relacionados à temática, a exemplo do desenvolvimento sustentável e responsabilidade socioambiental. Utilizaram-se também dados secundários, que permitiram identificar empresas com significativas práticas socioambientais, como a Natura, Bradesco, Itaú e Fibria que são reconhecidas no país e no mundo.

| 118 | **ANÁLISE SOBRE A EVOLUÇÃO DA BIOELETRICIDADE POR MEIO DA BIOMASSA DA CANA-DE-AÇÚCAR E O COMPORTAMENTO DO SETOR SUCROALCOOLEIRO EM RELAÇÃO A INVESTIMENTOS NO SETOR DE COGERAÇÃO DE ENERGIA**

RAFAEL LAVRADOR SANT ANNA (UNB) - rafael.lavrador@gmail.com

ECONOMISTA, MESTRANDO EM AGRONEGÓCIOS (PROPAGA-UNB)

Resumo

A preocupação com o meio ambiente tem destaque freqüente e intenso em todos os meios de comunicação nos últimos tempos, principalmente devido ao aquecimento global. Para que ocorra uma diminui-

ção do aquecimento global, se faz necessário novas formas de energia. O presente estudo aborda estas questões ao mencionar a produção de energia elétrica por meio da biomassa da cana-de-açúcar e de seus benefícios ao meio ambiente. O principal objetivo do estudo é analisar a evolução da geração de energia elétrica através da biomassa da cana-de-açúcar e sua importância ambiental e econômica. A abordagem metodológica do estudo constitui-se de pesquisas bibliográficas, bem como pesquisa de campo. Foram realizadas visitas a várias usinas no noroeste do estado de São Paulo. A partir dos dados obtidos e de conversas informais com especialistas da área realizou-se um estudo de caso. A partir deste, concluiu-se que a produção de bioeletricidade por meio da biomassa da cana-de-açúcar vem aumentando muito nos últimos anos apresentando um retorno muito satisfatório para os empresários.

| 75 | ECOPARQUES INDUSTRIAIS: ALGUMAS EVIDÊNCIAS EMPÍRICAS

Salamão Franco Neves (UnB) - salomaneves@yahoo.com.br

Economista com especialização em Administração de Empresas pelo ISAE/FGV (2007) e mestrado em Desenvolvimento Regional pela UFAM (2008). Atualmente é Professor Assistente I do Departamento de Economia e Análise da UFAM e doutorando em Desenvolvimento Sust

Armando de Azevedo Caldeira-Pires (UnB) - armandcp@unb.br

Doutor em Engenharia Mecânica pela Universidade Técnica de Lisboa em 1995. Professor Adjunto da UnB, Professor Visitante da School of Renewable Energy Systems-University of Iceland (Course on LCA of Renewable Energy Systems) e Pesquisador Visitante do Inrs

João Nildo de Souza Vianna (UnB) - vianna@unb.br

Doutorado pelo Ecole Nationale Supérieure d'Arts et Métiers, França (1984)

Resumo

Entendido como uma forma prática de se aplicar a simbiose industrial, um Ecoparque Industrial (Eco-Industrial Park – EIP) é uma comunidade de empresas fornecedoras de bens e serviços em uma determinada propriedade e tem por objetivo melhorar o desempenho econômico das empresas participantes enquanto minimiza os impactos ambientais e colabora para uma melhor gestão ambiental e de recursos,

o que por sua vez implica em princípios de produção limpa, prevenção da poluição e eficiência energética. Isto posto, este artigo tem como objetivo descrever algumas evidências empíricas de EIPs por meio de uma breve revisão da literatura. A partir disso será possível constatar os fatores que permitem a aproximação ou o afastamento de tais experiências.

| 94 | ETANOL A PARTIR DA CANA-DE- AÇÚCAR: UM COMBUSTÍVEL SUSTENTÁVEL?

Polyanna Dantas Limeira de Queiroz (UFCCG) - polyannaqueiroz@hotmail.com

Estudante de Economia-Departamento de Economia e Finanças-UFCCG

Alunilda Janúncio de Oliveira (UFCCG) - alunildajanuncio@hotmail.com

Graduada em Ciências Econômicas-UFPB, mestrado em Economia Rural-UFPB, doutorado em Recursos Naturais-UFCCG. Professora da UFCCG

Resumo

O presente artigo tem como objetivo principal analisar os impactos que a produção do bicomcombustível etanol, produzido a partir da cana-de-açúcar, gera no meio ambiente, bem como averiguar de que maneira as inovações tecnológicas podem cooperar para diminuir esses impactos. Levando-se em conta os objetivos que norteiam este estudo, realizamos uma pesquisa de cunho explicativa. Para tanto, de acordo com os procedimentos de coleta e fontes de informação, utilizamos como procedimento técnico a pesquisa bibliográfica. Os resultados finais desta pesquisa evidenciam que o etanol produzido a partir da cana-de-açúcar só poderá ser considerado como um combustível sustentável quando os impactos sócio-ambientais forem diminuídos significativamente.

Palavras-chave: Etanol. Meio Ambiente. Inovação. Sustentabilidade.

| 125 | INOVAÇÕES VERDES: O CASO DE IAP'S (ILHAS DE ALTA PRODUTIVIDADE) COMO SUSTENTABILIDADE NO ACRE - AMAZÔNIA.

Jeísa Acióle da Costa (UFAC) - jeisaacirole@bol.com.br

Graduada em Economia, UFAC (2008), Mestrado incompleto em Desenvolvimento Econômico do Meio Ambiente, Instituto de Economia - IE, UNICAMP (2009/2010)

Elyson Ferreira de Souza (UFV) - elysonferreira@hotmail.com

Mestrado em Economia Doméstica, UFRV (2008)

Resumo

Este trabalho visa apresentar de que forma as inovações verdes juntamente com intervenção e ações de políticas públicas podem contribuir para o aperfeiçoamento dos processos de gestão ambiental.

Pode-se reconhecer o capitalismo como busca de satisfação das necessidades sociais. Logo, a constante expansão do sistema industrial se dispõe como necessidade de satisfação das necessidades individuais e coletivas. Ou seja, busca de bem-estar no sistema econômico.

Inovações verdes são conceituadas como o tipo de inovações que proporciona benefícios para o meio ambiente, seja para prevenir ou remediar problemáticas geradas mediante processo produtivo e seus produtos.

Um grande desafio que se tem é a implementação de políticas públicas sociais considerando desenvolvimento econômico e conservação do meio ambiente, tendo em vista o discutível desenvolvimento sustentável. Em torno disso diversos trabalhos vêm, ao longo dos anos, sendo testados. Como exemplo, pode-se citar as Ilhas de Alta Produtividade (IAP's), que vem a ser uma forma de produção fazendo uso de técnicas apropriadas viabilizando a melhoria de desempenho da produtividade.

Segundo Maciel (2003), as Ilhas de Alta Produtividade são consideradas uma inovação produtiva, pois favorecem a tecnologia na produção extrativista convertendo o antigo padrão dessa atividade a novos moldes que promovem consideráveis mudanças na produtividade.

| 169 | RECICLAGEM UM NEGÓCIO SUSTENTÁVEL NO SETOR INDUSTRIAL DE EMBALAGENS PLÁSTICAS: O ESTUDO DE CASO NA CLORO MT.

Alexandro Rodrigues Ribeiro (UFMT) - ivalex_6@hotmail.com

Economista, professor do departamento de Economia da UFMT. Doutorando do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos - NAEA/UFPA

Ivana Aparecida Ferrer Silva (UFMT) - ivanaferrer21@yahoo.com.br

Administradora, professora do departamento de Administração da UFMT. Doutoranda do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos - NAEA/UFPA.

Germano David Freira Salvador (Cloro MT)

Químico responsável pela indústria de reciclagem Cloro MT

Resumo

O presente trabalho apresenta dados parciais sobre a iniciativa da empresa privada Cloro MT. A empresa tinha como objetivo primeiro a produção de produtos de limpeza, contudo, ao longo do tempo passou a produzir suas próprias embalagens através da reciclagem de plásticos. Assim, conseguiu atender sua necessidade quanto ao volume de embalagens demandadas e ainda comercializa o excedente reprocessado. O estudo de caso se desenvolveu através da observação sistematizada em visitas técnicas, entrevistas com gestores e palestra com colaboradores, sentindo o envolvimento da equipe com o negócio. Dada a quantidade de geração de resíduos urbanos e a histórica limitação de cuidados e tratamentos com esses resíduos, o texto apresenta o contexto a respeito da gestão dos resíduos sólidos no lixão das cidades de Cuiabá e Várzea Grande e demonstra a tamanha importância em se reciclar resíduos. A iniciativa empresarial surge num primeiro momento visando os benefícios financeiros do negócio, contudo os resultados ambientais e sociais são claramente identificados dado o volume de materiais comprados e reconstituídos nos últimos 3 anos. Um segundo aspecto analisado é o envolvimento da diretoria e colaboradores nas questões socioambientais sendo necessários estudos posteriores de modo a aprofundar as conclusões sobre os impactos social e econômico do negócio na empresa.

Palavras-chave: sustentabilidade, reciclagem, gestão de resíduos sólidos, plástico.

| 182 | SUSTENTABILIDADE E RISCOS AMBIENTAIS DA INDÚSTRIA QUÍMICA

Elizabeth Borelli (PUCSP) - eborelli@pucsp.br

Professora Doutora da PUCSP, Pós-Doutoranda em Ciências Sociais pela Rede CLACSO de Post Grad, Doutora em Sociologia pela PUCSP

Resumo

O papel da indústria química como principal agente da mudança social e econômica das sociedades industrializadas, caracterizada pela capacidade de inovação nos processos tecnológicos e por uma estrutura empresarial articulada, suscita uma reflexão sobre a problemática dos riscos socioambientais resultantes

de sua contínua expansão mundial. Utilizando o método da pesquisa exploratória, a análise parte de uma periodização das principais ações de gestão associadas ao controle dos efeitos das substâncias químicas, envolvendo as questões de sustentabilidade e risco ambiental, para avaliar sua importância estratégica dentro de uma perspectiva econômica, social e ambiental. Instrumentos de política socioambiental e suas perspectivas, como o programa Atuação Responsável, apoiado no discurso empresarial centrado na responsabilidade socioambiental e introduzindo indicadores de performance ambiental, bem como o Enfoque Estratégico para o Gerenciamento Internacional de Produtos Químicos, serão analisados enquanto ferramentas para a promoção dos objetivos de segurança química requeridos pela sociedade civil internacional.

Palavras-chave: indústria química, sustentabilidade, riscos ambientais, responsabilidade socioambiental, gestão ambiental.

SESSÃO H

Políticas públicas e meio ambiente

Coordenadores: João Andrade (ICV), Frederico Barcellos (IBGE) e Igor Fonseca (IPEA)

| 180 | A FUNCIONALIDADE DA PROPRIEDADE RURAL SOB UMA ÓTICA AMBIENTAL

*Tatiana Dias Cantelle (UFLA) - taticantelle@gmail.com
Bióloga, mestranda em Administração (Gestão de negócios, economia e mercado) - UFLA*
*Cecília Fakhouri de Oliveira (UFLA) - cissafo@gmail.com
Estudante de Ciências Biológicas - UFLA*
*Maria das Graças Paula (UFLA) - mgpaulaes@gmail.com
Advogada, professora do Departamento de Administração e Economia - UFLA*
*Robson Amância (UFRRJ) - robson.amancia@uol.com.br
Agrônomo, docente da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro - UFRRJ*

Resumo

O presente artigo tem por objetivo geral apresentar as principais características ambientais das posses rurais selecionadas na microrregião de Lavras, Minas Gerais. O pressuposto adotado foi a Função Social, devido aos critérios que possibilitam avaliar a propriedade rural como geradora de qualidade de vida. A partir das análises dos questionários semi-estruturados, foram identificadas as deficiências que podem ser utilizadas como instrumentos heurísticos para a compreensão das peculiaridades regionais.

| 128 | A INFLUÊNCIA DO CRÉDITO NO INCENTIVO À POLÍTICA NACIONAL DE RESÍDUOS

SÓLIDOS

*Mariana Midori Nakashima (IBAMA - Instituto Brasileiro do Meio Amb) - marimidori@gmail.com
Economista, analista ambiental da Coordenação de Controle de Resíduos e Emissões, do IBAMA.*

Resumo

O principal objetivo deste estudo é o de analisar o crédito como instrumento para a melhoria do gerenciamento de resíduos sólidos no país. Com a publicação da Política Nacional de Resíduos Sólidos - PNRS, é dada prioridade à não-geração, redução e reutilização no gerenciamento dos resíduos sólidos. Apesar disso, o cenário da gestão ainda não reflete esta diretriz. Considerando a necessidade de inversão do fluxo do gerenciamento praticado, o estudo identifica possibilidades de incentivo à PNRS por meio do crédito,

além de analisar como a própria política ambiental pode influenciar a oferta de financiamento. Verificou-se que o crédito atualmente oferecido pelas instituições bancárias não estimula a transformação deste gerenciamento. No entanto, identifica possibilidades de adequação, considerando dimensões de interação as estas instituições e as de meio ambiente.

| 120 | A SETORIZAÇÃO NO FINANCIAMENTO AMBIENTAL NO BRASIL: O CASO DO FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO FLORESTAL

*João Paulo Sotero (Serviço Florestal Brasileiro) - joaopaulosotero@gmail.com
Biólogo, mestre em Desenvolvimento Sustentável (Política e Gestão Ambiental), Analista Ambiental e Coordenador do Fundo Nacional de Desenvolvimento Florestal (FNDF) do Serviço Florestal Brasileiro/MMA.
Marco Conde (Serviço Florestal Brasileiro) - marco.g.c.conde@gmail.com
Engenheiro Florestal, especialista em sensoriamento remoto aplicado à gestão ambiental, Perito Criminal Federal e Gerente de Fomento Florestal do Serviço Florestal Brasileiro/MMA.*

Resumo

O financiamento de políticas públicas socioambientais se faz cada vez mais necessário na contemporaneidade considerando as mudanças climáticas, a perda das florestas, da biodiversidade, a poluição e escassez dos recursos hídricos entre outras. Nesse sentido, refletir sobre o financiamento ambiental torna-se relevante tendo em vista o papel das políticas públicas de meio ambiente para a qualidade de vida. O presente trabalho buscou refletir sobre a setorialização dos fundos socioambientais federais, sobretudo aqueles ligados ao Ministério do Meio Ambiente focando a experiência do Fundo Nacional de Desenvolvimento Florestal (FNDF), bem como os gargalos do modelo contábil dos fundos e as necessidades de inovação no setor.

| 190 | A UTILIZAÇÃO DE POLICY MIX EM ARRANJOS DE POLÍTICA AMBIENTAL: NOTAS PRELIMINARES

*Daniel Caixeta Andrade (UFU) - caixetaandrade@ufu.br de Uberlândia
Professor do Instituto de Economia da Universidade Federal de Uberlândia
Lucas Martins de Camargos Borges (lucasmcborges@gmail.com)*

Resumo

Este trabalho tem como objetivo fazer uma discussão inicial sobre a utilização de policy mix em arranjos de política ambiental. Em função da complexidade representada pelo desafio de preservação da biodiversidade e serviços ecossistêmicos, é crescente a recomendação de utilização conjunta dos instrumentos de política ambiental, dando origem aos policy mix (ou policymix). Sendo assim, este artigo tem por objetivo apresentar e discutir sucintamente alguns aspectos em nível teórico relacionados aos arranjos conjuntos de política ambiental.

| 154 | AGENDA 21 BRASILEIRA E SUAS INTERFACES COM PROGRAMAS FEDERAIS

Fernando Paiva Scardua(UnB) - fscardua@unb.br

Engenheiro Florestal, professor da Faculdade do Gama da Universidade de Brasília - FGA/UnB

Adriane Cristine Goldoni (MMA) - adrianegoldoni@yahoo.com.br

Licenciatura em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (2006) e Bacharelado em Ciências Sociais na mesma universidade. Especialista em Gestão Pública Ambiental pelo CDS/UnB. Atualmente é Analista Ambiental do MMA

Resumo

O objetivo deste trabalho foi buscar indicativos de influência da Agenda 21 Brasileira sobre os programas federais propostos nos Planos Plurianuais que perpassam o período de 2000 a 2011. Buscou-se, por meio da metodologia de análise documental, uma apreciação comparativa dos possíveis efeitos da publicação do documento Agenda 21 Brasileira – Ações Prioritárias sobre a criação de programas nos PPAs que contemplem seus objetivos e recomendações. Para tanto, foi feito cruzamento entre três eixos prioritários emanados da Agenda 21 Brasileira (Objetivo 4 – Energia renovável e a biomassa; Objetivo 9 – Universalizar o saneamento ambiental protegendo o ambiente e a saúde; e Objetivo 13 – Promover a Agenda 21 Local e o desenvolvimento integrado e sustentável) e os programas presentes nos PPAs de 2000-2003, 2004-2007 e 2008-2011. Como resultado, observou-se que muitas das diretrizes da Agenda 21 Brasileira apresentaram rebatimento em programas ou ações nos planos orçamentários de 2000 a 2011, contudo, não é possível a demonstração de que o documento tenha sido a fonte (ou a única fonte) de subsídio para estas ações do governo federal. Ao mesmo tempo, sua influência não parece ter sido determinante na criação de novos programas, uma vez que muitas das ações próximas às recomendações da Agenda 21 Brasileira presentes nos PPAs 2004-2007 e 2008-2011 já se encontravam no PPA 2000-2003.

| 255 | AGENDAS 21 NO BRASIL: AVANÇOS E RETROCESSOS

Paulo Gonzaga Mibielli de Carvalho (IBGE e UNESA) - Paulo.mibielli@ibge.gov.br

Economista do IBGE e professor da Pós-graduação da ENCE e da graduação da UNESA

Clitia Helena Backx Martins (FEE e PUC-RS) - clitia1@gmail.com

Economista da FEE e professora da PUC-RS

Frederico Cavadas Barcelos (IBGE) - guilherme.moreira@ibge.gov.br

Estatístico do IBGE

Guilherme Guimarães Moreira (IBGE)

Resumo

O artigo contempla a questão da governança ambiental e a implementação das Agendas 21 locais nos municípios brasileiros, focando seus avanços e retrocessos no período de 2002 a 2009. Levando em conta a organização do quadro institucional que deu origem às políticas e formas de gestão do meio ambiente no

Brasil, constata-se que a organização do arcabouço para políticas ambientais apresenta características de consistência e uma margem razoável de participação social na sua elaboração. Nesse sentido, as Agendas 21 locais são apontadas como um dos principais instrumentos para uma gestão ambiental participativa. Entretanto, pode-se questionar a eficácia da política adotada para as Agendas brasileiras, pois os dados obtidos indicam que de maneira geral elas não se mostraram sustentáveis no período considerado. Apenas 31,4% das Agendas 21 existentes em 2002 sobreviveram até 2009. Observa-se que as principais razões para a Agenda 21 de um município brasileiro constituir-se e se mostrar sustentável se relacionam à condição de que essa municipalidade tenha alguma estrutura na área ambiental, como secretaria ou conselho municipal de meio ambiente.

| 236 | ANÁLISE DAS PERCEPÇÕES DOS GESTORES PÚBLICOS NAS AÇÕES DE PRESERVAÇÃO E CONSERVAÇÃO DOS RECURSOS NATURAIS NA ZONA DA MATA SUL DE PERNAMBUCO

Rosineide Vieira da Silva(FUNDAJ) - rosineide.vieira@fundaj.gov.br

Patrícia Ribeiro de Souza (UFRPE - UAST) - patriciaouro@yahoo.com.br

Henrique de Barros (UFRPE) - hdbarros@terra.com.br

Resumo

Este artigo tem como objetivo analisar a visão e ação dos agentes públicos (federal e estadual), na gestão de recursos naturais renováveis próximos à Áreas de Preservação Permanente e Reservas Legais da Zona da Mata Sul do Estado de Pernambuco. No processo contínuo de desenvolvimento das sociedades humanas um dos mais antigos desafios enfrentados está ligado à necessidade de conciliação entre proteção e exploração dos recursos naturais. Na Zona da Mata pernambucana encontram-se o maior número de assentamentos rurais do Estado, um dos ecossistemas mais ricos em biodiversidade e as cidades metropolitanas de maior importância no cenário econômico estadual. A metodologia de análise contemplou uma pesquisa bibliográfica e a coleta de dados primários através da aplicação de questionários semi-estruturados nas instituições públicas responsáveis pela preservação e conservação do meio ambiente das áreas que ficam no entorno da Reserva Biológica de Saltinho. Os resultados mostraram que os atores públicos de gestão dos recursos naturais possuem uma ação mais coerciva do que de prevenção e orientação para com os assentados de reforma agrária dificultando, assim, a aplicabilidade e funcionalidade das políticas ambientais. Dessa forma, para garantir o desenvolvimento sustentável da região de forma gradativa e construtiva, é preciso articular as ações do poder público e as atividades dos assentados no que diz respeito aos recursos naturais da região.

| 240 | AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS AMBIENTAIS NO SUL DE MINAS GERAIS

Tatiana Dias Cantelle(UFLA) - taticantelle@gmail.com

Bióloga, mestranda em Administração - UFLA

*Ricardo Pereira Reis (UFLA) - ricpreis@dae.ufla.br
Professor titular do Departamento de Economia e Administração - UFLA
Cecilia Fakhouri de Oliveira (UFLA) - cissafo@gmail.com
Acadêmica de Ciências Biológicas*

Resumo

O espaço rural e os recursos naturais expõem as mais diversificadas conotações. Neste contexto, o universo de análise se concentrou em situar o meio ambiente como um elemento constituinte do patrimônio familiar, distinto, portanto, das perspectivas de proteção expressas pela legislação, que o tomam como

integram de "reservatórios rurais" em que a igualdade de gênero e a conservação das condições de produção e de reprodução do capital. O interesse desse artigo é levantar algumas questões referentes à implantação e consolidação de políticas públicas ambientais e as implicações desse processo no modo de vida das populações rurais. Ademais, evidencia fatores que permitem a inserção desses atores no processo de formulação dos instrumentos da política ambiental, bem como sua adequação a padrões mais representativos da realidade dessas comunidades.

| 57 | AVALIAÇÃO DO PROCESSO DE IMPLEMENTAÇÃO DO PLANO NACIONAL DA SOCIODIVERSIDADE NA MESORREGIÃO DO BICO DO PAPAGAIO

*Lucélia Neves dos Santos (UFT) - luceliadr@gmail.com
Comunicóloga, pós-graduanda em Desenvolvimento Regional - UFT
Waldecy Rodrigues (UFT) - waldecy@uft.edu.br
Economista, professor do Programa de Mestrado em Desenvolvimento Regional-UFT
Mônica Aparecida da Rocha Silva (UFT) - monicars@uft.edu.br
Socióloga, professora do Programa de Mestrado em Desenvolvimento Regional-UFT*

Resumo

O Plano Nacional para Promoção das Cadeias de Produtos da Sociobiodiversidade (PNPSB) tem como objetivo promover e fortalecer as cadeias dos produtos da sociobiodiversidade brasileira, com agregação de valor e consolidação de mercados sustentáveis. O presente trabalho avaliou o processo de implementação do PNPSB, investigando a sua efetividade no fortalecimento da cadeia produtiva do babaçu, no âmbito da mesorregião do Bico do Papagaio. Para tanto, a técnica Delphi de Políticas foi utilizada na aplicação de questionários aos atores envolvidos (Movimentos Sociais, Comunidades Extrativistas e Setor Público). A pesquisa revelou a complexidade existente no âmbito dessa política, observando-se várias discussões num processo de implementação de política pública e de avaliação; deste modo, reconhecer os gargalos é fundamental à implementação almejada pelos atores sociais envolvidos.

| 20 | CADASTRO NACIONAL DE INADIMPLENTES AMBIENTAIS: FUNDAMENTOS E MODO DE OPERAÇÃO

Marcelo Felipe Moreira Persegona (Universidade de Brasília - UnB) - marcelo.persegona@gmail.com

Doutor em Desenvolvimento Sustentável, pesquisador do Centro de Desenvolvimento Sustentável da UnB, chefe do Departamento de Tecnologia da Informação do Conselho Federal de Enfermagem

Marcel Bursztyn (Universidade de Brasília - UnB) - marcel.cds@gmail.com

Doutor em Développement Économique et Social, pós-doutorado em Políticas Públicas, professor associado da UnB, Departamento de Sociologia e Centro de Desenvolvimento Sustentável e Presidente do Comitê de Ética Pública da Universidade de Brasília

Resumo

O presente artigo propõe a criação de um novo instrumento ambiental para controle dos agentes que poluem, agredem ou degradam o meio ambiente em todo o território nacional, denominado Cadastro Nacional de Inadimplentes Ambientais. Para que este novo instrumento possa ser proposto e operacionalizado, foi necessário instituir o conceito de inadimplência ambiental e estabelecer a Lista de Inadimplentes Ambientais e de Termos de Ajustamento de Conduta Ambiental, a Certidão Negativa de Inadimplência Ambiental. Esses instrumentos poderão induzir a mudança de comportamento dos inadimplentes ambientais pela imposição de restrições diretas e indiretas advinda do mercado para forçá-los a cumprir a legislação ambiental.

| 23 | ESTABILIDADE POLÍTICA, INVESTIMENTO ESTRANGEIRO DIRETO E DESEMPENHO AMBIENTAL NA ARGENTINA, BRASIL E PERU: UMA AVALIAÇÃO COMPARADA

Diego de Freitas Rodrigues (UFSCar) - diego.freitasrodrigues@yahoo.com.br

Doutorando em Ciência Política - Programa de Pós Graduação em Ciência Política - UFSCar

Anelise Gomes (UFSCar) - anelisegomes@hotmail.com

Graduada em Ciências Sociais

Resumo

A política ambiental reflete um grande dilema nas democracias de países em desenvolvimento: dada a estabilidade política, pré-condição para se alavancar investimentos estrangeiros diretos, como crescer economicamente sem prejudicar o desempenho ambiental? O meio ambiente é incorporado politicamente de forma transversal a outras políticas, especialmente as infra-estruturais, alvos diretos de muitos investimentos estrangeiros em países em desenvolvimento como Argentina, Brasil e Peru. Este exercício analítico mapeou a estabilidade política (ausência de crises institucionais) observando, comparativamente, a vigorante capacidade contínua de atração de investimento estrangeiro direto por parte de Argentina, Brasil e Peru, resultando na pergunta: estabilidade política somada a alto grau de investimento estrangeiro direto resulta num aumento substancial de degradação ambiental para estes países? Os resultados apontam, para os três

países, uma conexão direta entre maior estabilidade política e atração de investimentos estrangeiros diretos em suas economias, perfazendo um alto impacto ambiental em comum aos três países.

Palavras-Chave: Política Comparada; Desempenho Econômico; Desempenho Ambiental Comparado.

| 235 | FÓRUMS VIRTUAIS E OBSERVATÓRIO DE REDD: ESTRATÉGIAS DE COMUNICAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL VOLTADAS À VISIBILIDADE OU AO DEBATE PÚBLICO?

Brenda Vicente Taketa (Naea, UFPA) - brendataketa@yahoo.com.br

Possui graduação em Comunicação Social, habilitação em Jornalismo, pela UFPA (2007). Mestranda em Planejamento do Desenvolvimento, com ênfase em Gestão Ambiental e Manejo de Ecossistemas, pelo Núcleo de Altos Estudos Ama-

zônicos da UFPA

Nirvia Ravena (Naea, UFPA) - niravena@uol.com.br

Possui graduação em Ciências Sociais pela UFPA (1988), mestrado em Planejamento do Desenvolvimento pelo Naea-UFPA (1994) e doutorado em Ciência Política (Ciência Política e Sociologia) pelo IUPERJ.

Resumo

Nos últimos anos, aumentaram as pressões sobre o governo brasileiro para a definição de metas de redução de emissões de gases do efeito estufa. A partir de 2009, várias estratégias foram implantadas nesse sentido, incluindo a criação de fóruns interinstitucionais liderados por organizações não-governamentais, sob o discurso de que é possível converter os processos naturais em serviços e gerar fluxos monetários a partir disso, sendo essa uma oportunidade de os governos e populações locais acessarem um mercado bilionário a partir da Redução das Emissões de gases por Desmatamento e Degradação florestal (REDD).

Cabe discutir, no entanto, se esses espaços criados pela sociedade civil representam consistentemente num debate público entre os cidadãos ou apenas forjam uma discussão destinada a legitimar uma demanda cujos princípios se restringem ao domínio de algumas organizações.

| 17 | IMPACTOS SOCIOECONÔMICOS E AMBIENTAIS DA MELHORIA NO SANEAMENTO

Cinthia Cabral da Costa (Embrapa Instrumentação) - cinthia.cabral.costa@gmail.com

Engenheira Agrônoma, doutora em Economia Aplicada. Pesquisadora da Embrapa Instrumentação, São Carlos, SP.

Joaquim José Martins Guilhoto (Universidade de São Paulo) - guilhoto@usp.br

Professor do Departamento de Economia, FEA – Universidade de São Paulo

Resumo

O Brasil tem mais de 23 milhões de pessoas na zona rural sem coleta ou tratamento de esgoto, o que corresponde a 75% da população rural. Um reflexo desta situação é observado na área de saúde, onde há um índice de mortalidade causada por diarreia (principal doença provocada pela falta de saneamento)

semelhante à de países pobres da África e é o terceiro maior da América do Sul, segundo dados da OMS (2004). Este estudo teve como objetivo mensurar o impacto social, ambiental e econômico decorrente da atual falta de saneamento rural no país em relação à implementação de uma proposta tecnológica de tratamento do esgoto, a fossa séptica biodigestora, como alternativa para o ambiente rural. Encontrou-se que a construção deste sistema de saneamento poderia reduzir cerca de 250 mortes e 5,5 milhões de infecções causados por doenças diarreicas ao ano no país; reduzir a poluição dos cursos d'água em cerca de 250 mil toneladas de DBO ao ano e que a cada R\$ 1,00 investido na implementação da alternativa tecnológica avaliada poderia causar um retorno para a economia de R\$4,69 em produção e R\$2,55 em PIB. Além disso, as importações reduziriam em R\$122 milhões e ocorreria um aumento de 51 mil empregos.

[217] O AGRONEGÓCIO E A BANCADA RURALISTA DO CONGRESSO NACIONAL NO PROCESSO DE ELABORAÇÃO DA LEI DE GESTÃO DE FLORESTAS PÚBLICAS: POR QUE O DESINTERESSE?

Susana Lena Lins de Góis (Codevasf) - susana_lena@hotmail.com

Doutora e Mestre em Desenvolvimento Sustentável (UnB/CDS). Engenheira Agrônoma (UnB). Empregada pública. Analista em Desenvolvimento Regional.

Resumo

É notória a força da bancada ruralista do Congresso Nacional e do agronegócio para fazer valer os seus interesses. Mostram-se providos dos variados meios e instrumentos de poder para barrar propostas que caminhem em direções contrárias. Situações de conflito se acirram quando os temas fundiário e ambiental estão no cerne de propostas de políticas públicas. A inexistência dessas forças, todavia, foi evidenciada ao longo do processo de construção e de tramitação do PL nº 4.776/2005 que tratou da gestão de florestas públicas para a produção sustentável. Entender as razões da pouca expressão desses atores na disputa política é o objeto central deste estudo. A pesquisa se cercou de entrevistas individuais semi-estruturadas com o poder executivo federal, poder legislativo e com o agronegócio. Sustenta-se, como hipótese, que esses atores não se viram afetados pela política e que negociaram a sua adesão à proposta. De fato, dentre as razões que explicam a inexistência de veto a política por esse grupo, estão: a) as demandas atendidas por meio de acordos negociados; b) a visão socioambientalista dominante na disputa, divergente da posição do agronegócio; e c) a existência de alguns fatores reduziram a força desses atores.

Palavras-chave: gestão florestal, congresso nacional, agronegócio e disputa política.

The strength of the agribusiness in the National Congress when asserting their interests is evident. They have a sort of ways and means of power to block every proposal that runs in the opposite direction. The level of conflicts increase when agrarian and environmental issues are in the core of public policies. The privation of these strains, however, was evident throughout the process of construction and legal proceedings which dealt with the management of public forests for sustainable production. This article aims at understanding the reasons of the low expression of these actors in the political dispute. The research made

individual semi-structured interviews within the Federal Government, the Parliament and agribusiness. It is held, as a hypothesis, that these actors were not affected by that public policy and their support to the proposal was negotiated. In fact, among the reasons for the lack of the negative to the proposal, are: a) negotiated agreements, b) social and environmental dominant view in the dispute, which is divergent position of agribusiness, and c) the existence of some factors that reduced the strength of these actors.

Keywords: forest management, parliament, agribusiness and policy dispute

| 161 | O CÓDIGO FLORESTAL, A AGRICULTURA FAMILIAR E AS UNIDADES DE CONSERVAÇÃO DE USO SUSTENTÁVEL: ELEMENTOS PARA O DEBATE

Paulo Eduardo Moruzzi Marques (ESALQ) - pmarques@esalq.usp.br

Professor-Doutor do Departamento de Economia, Administração e Sociologia da ESALQ e do Programa de Pós-Graduação Interunidades (ESALQ-CENA) em Ecologia Aplicada da Universidade de São Paulo

Kleber Andolfato de Oliveira (ESALQ) - kleberandolfato@yahoo.com.br

Engenheiro Agrônomo, Mestrando do Programa de Pós-Graduação Interunidades (ESALQ-CENA) em Ecologia Aplicada da Universidade de São Paulo

Camila da Costa Laranjeira (ESALQ) - camila.laranjeira@usp.br

Graduanda do Curso de Ciências Econômicas pela ESALQ/USP

Vitória Oliveira Pereira de Souza Leão (ESALQ) - vi_leao@yahoo.com

Graduanda do Curso de Gestão Ambiental pela ESALQ/USP

Regina Maria de Freitas (ESALQ) - regina.freitas87@gmail.com

Graduanda do Curso de Ciências Biológicas pela ESALQ/USP

Resumo

Esta comunicação propõe discutir e interpretar o teor do debate em torno da alteração do Código Florestal no Brasil. Em especial, o trabalho foca este campo de disputas com vistas a evidenciar as razões pelas quais, frequentemente, é em nome da agricultura familiar que se funda a defesa de uma profunda modificação desta legislação. Nesta ótica, a noção de multifuncionalidade da agricultura fornece elementos dos mais instigantes para propor outro ângulo de visão do problema.

| 146 | O DISCURSO E A AÇÃO: A POLÍTICA DE MEIO AMBIENTE COMO ELA É

Eduardo Fernandez Silva (Câmara dos Deputados) - eduardo.fernandez@camara.gov.br

Mestre em Economia, Consultor Legislativo da Câmara dos Deputados

Stephania Maria de Souza (Câmara dos Deputados) - stephania.souza@camara.gov.br

Analista Legislativo; Especialista em Instituições Políticas e Processos Legislativos

Ilídia da A. Garrido Martins Juras (Câmara dos Deputados) - ilidia.juras@camara.gov.br

Bióloga; Doutora em Oceanografia; Consultora Legislativa da Câmara dos Deputados

Maurício Schneider (Câmara dos Deputados) - mauricio.schneider@camara.gov.br

*Biólogo; Doutor em Ecologia e Recursos Naturais; Consultor Legislativo da Câmara dos Deputados
Gylwander Peres (Câmara dos Deputados) - gylwander.peres@camara.gov.br
Secretário Parlamentar da Câmara dos Deputados*

Resumo

Este artigo visa identificar a real política nacional de meio ambiente com base na execução orçamentária dos programas que compõem a Função Gestão Ambiental, geridos pelo Ministério do Meio Ambiente e seus órgãos subordinados. Os dados foram coletados por meio do Siga Brasil e são analisados os aspectos de continuidade dos programas, concentração de recursos em pagamento de pessoal, dispersão de esforços referentes às atividades-fim e a imprevisibilidade com relação ao montante de recursos orçamentários alocados.

Palavras-Chave: Meio ambiente, orçamento, Meio ambiente, programa de governo, Brasil, Política ambiental.

| 175 | O NOVO REGIME INTERNACIONAL DE ACESSO E REPARTIÇÃO DE BENEFÍCIOS DA BIODIVERSIDADE: O PROTOCOLO DE NAGOIA DA CDB E A ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO COMÉRCIO

Paula Hebling Dutra (Unicamp) - phdutra@gmail.com

Formada em economia pela Unicamp, especialização pela Unicamp/Unctad em diplomacia econômica e atualmente estudante de doutorado pela Unicamp no programa Ambiente e Sociedade, aspectos sociais da conservação.

Resumo

A relação entre a Convenção sobre Diversidade Biológica (CDB) e o Acordo sobre Direitos de Propriedade Intelectual Relacionados ao Comércio (TRIPS) da Organização Mundial do Comércio (OMC) é uma questão controversa em ambos os acordos. A CDB enfatiza o direito soberano dos países sobre os seus recursos genéticos e a importância da repartição dos benefícios da utilização desses recursos. O acordo TRIPS da OMC autoriza os Países Membros a patentear organismos vivos. Apesar de ambos os acordos terem objetivos e propósitos muito diferentes, a compatibilidade deles é questionada por alguns países em desenvolvimento, especialmente aqueles ricos em biodiversidade e conhecimento tradicional associado a eles. No âmbito da OMC, a questão está na agenda desde 1999 e desde 2006 um grupo de países em desenvolvimento liderados pelo Brasil e pela Índia apresentaram uma proposta de modificar o acordo TRIPS para incluir um artigo 29 bis determinando a declaração de srcem de recursos biológicos e/ou conhecimento tradicional associado. A proposta de alteração ganhou amplo apoio, incluindo da União Européia. No âmbito da CDB, os membros recentemente finalizaram um acordo sobre um Protocolo em Acesso e Repartição de Benefícios em 2010. O objetivo deste trabalho é analisar a proposta de alteração do acordo TRIPS da OMC e o Protocolo em Acesso e Repartição de Benefícios da CDB. A interação entre essas duas negociações também será discutida. Documentos oficiais da CDB e da OMC, assim como atas de reuniões, rascunhos de acordos, relatórios e outros periódicos que seguem as negociações serão a base da análise.

| 136 | O PROGRAMA NACIONAL DE FORTALECIMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR (PRONAF)
E O ESTADO DO CEARÁ – UMA ANÁLISE A PARTIR DA PRODUÇÃO ACADÊMICA

Maria Ivoneide Vital Rodrigues(UFCE) - ivoneidevital@gmail.com

Economista. Doutoranda em Desenvolvimento e Meio Ambiente.

George Satander de Sá Freire (UFCE)

Professor do Programa de Doutorado em Desenvolvimento e Meio Ambiente - PRODEMA - UFCE

Resumo

O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), criado em 1996, teve como objetivo incentivar o processo produtivo da agricultura, explorar de forma racional os recursos naturais, diversificar a produção agrícola e promover melhorias nas condições de vida do homem do campo. Desde 1996, vários benefícios foram levados aos agricultores, porém, foram encontrados inúmeros entraves e percalços que impossibilitaram a perfeita execução desse Programa. Pois, o PRONAF foi implantado sem uma Avaliação Ambiental Estratégica (AAE), que permite avaliar as oportunidades e os riscos das estratégias de ação dos Programas, Planos e Políticas (PPP) antes que sejam executados. Nesse contexto, essa pesquisa justifica-se por abrir espaço para a elaboração de uma AAE para os PPP brasileiros mesmo que já tenham sido implementados. Para elaborar essa AAE, foi realizada uma pesquisa bibliográfica em cinco dissertações aprovadas na Universidade Federal do Ceará com a finalidade de montar uma matriz SWOT (Strengths, Weaknesses, Opportunities and Threats) e verificar a sustentabilidade desse Programa no território cearense. Para tanto, foram designados quatro Fatores Críticos de Decisão (Capital Humano e Social; Relação Institucional; Geração de Emprego e Renda; e Conservação e Uso dos Recursos Naturais). A análise dessa matriz revelou que o PRONAF trouxe melhorias na qualidade de vida do agricultor cearense, no entanto, têm ocorrido muitos desvios dos recursos provenientes desse Programa, fugindo, portanto, do principal objetivo do PRONAF e, conseqüentemente, levando ao descrédito da população nos PPP. Dessa forma, sugere-se a revisão ou reformulação desses pontos que estão tomando o PRONAF um programa insustentável; e a realização de uma AAE antes da aprovação de todo e qualquer PPP com a finalidade de assegurar a perfeita aplicação dos objetivos e linhas de ação propostos pelos mesmos.

| 121 | O REPASSE DO ICMS ECOLÓGICO COMO ESTRATÉGIA PARA INDUÇÃO DE POLÍTICAS
PÚBLICAS AMBIENTAIS DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Ana Paula Vasconcellos da Silva(UERJ) - anapaulavas@yahoo.com.br

Mestranda em Direito da Cidade pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Especialista em Direito da Administração Pública pela Universidade Federal Fluminense (UFF). Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental (EPPGG) da Secretar

Resumo

O presente trabalho debate a construção do federalismo fiscal norteado pelo ideal da solidariedade, e de que forma a legislação do ICMS Ecológico fluminense pode se inserir nesse tema. Através da comparação entre legislações estaduais e da análise dos efeitos econômicos das leis do Estado do Rio de Janeiro sobre os seus Municípios, será discutido se a legislação estadual é capaz de estimular à criação de políticas públicas municipais ambientais – seja por meio da indução, seja por meio da competição.

| 36 | PAGAMENTO POR SERVIÇOS ECOSISTÊMICOS: INCITANDO O DEBATE CRÍTICO À ABORDAGEM MAINSTREAM

*Marcelo Silva Simões(UFU) - mss_1423@hotmail.com
Graduando do curso de Ciências Econômicas do Instituto de Economia da Universidade Federal de Uberlândia
Daniel Caixeta Andrade (UFU) - caixetaandrade@ie.ufu.br
Professor do Instituto de Economia da Universidade Federal de Uberlândia*

Resumo

Este trabalho teve como objetivo principal retomar a discussão sobre políticas de Pagamentos por Serviços Ecosistêmicos (PSE) em bases mais amplas e críticas. A motivação fundamental foi a de que o tratamento dado a este tipo de política é frequentemente reducionista, uma vez que a literatura o considera apenas com uma ferramenta de mercado utilizada para criação de incentivos econômicos para a preservação dos fluxos de serviços ecosistêmicos. A partir de uma perspectiva crítica, este trabalho apresenta algumas questões que possam se direcionar para uma abordagem alternativa para conceituação das políticas de PSE. Especificamente, pretende-se incitar o debate sobre aspectos importantes – e frequentemente negligenciados pela literatura convencional – que devem ser considerados no debate sobre a relevância dos mecanismos de PSE.

| 31 | POR UMA POLÍTICA NACIONAL DE FLORESTAS NO BRASIL

*Fernando Paiva Scardua(FGA) - fscardua@unb.br
Engenheiro Florestal, Professor da Faculdade do Gama da Universidade de Brasília*

Resumo

Nos últimos anos temos observado grandes debates no meio acadêmico, na mídia e no âmbito político acerca da revisão do código florestal, do desmatamento, mudanças climáticas e outros temas relacionados diretamente com a temática florestal. Embora todas as discussões apresentem méritos e importância, o que não está sendo posto em discussão é a necessidade de uma política florestal condizente com a vocação e importância dessa temática para o Brasil. O presente artigo faz um diagnóstico e análise institucional dos diversos setores do governo federal e das diversas metas estabelecidas em diferentes políticas, planos e programas e termina com a proposição de uma política florestal para o Brasil de forma a contribuir para o debate atual.

| 16 | UMA BREVE DISCUSSÃO SOBRE BIOCOMBUSTÍVEIS: HÁ ESPAÇO ECONÔMICO PARA UMA PRODUÇÃO NORDESTINA?

YONY DE SÁ BARRETO SAMPAIO (UFPE - Campus do Recife) - sampyony@yahoo.com.br

Professor Titular / Membro do GPEAD

MONALIZA DE OLIVEIRA FERREIRA (UFPE - Campus do Agreste) - monaliza.ferr@gmail.com

Professora PPGECON-UFPE-CAA / Membro do GPEAD

EDNALDO MORENO DE GÓIS SOBRINHO (UFPE - Campus Recife) - ednaldomorenogs@gmail.com

Estudante de Graduação - Economia

Resumo

O agronegócio ligado aos biocombustíveis tem apresentado grande expansão no Brasil. O Nordeste teve grande expressão na produção de cana e de óleos vegetais e tanto visando uma maior convergência regional como social criou-se alguma expectativa quanto à participação das diversas regiões na produção de etanol como da agricultura familiar na de biodiesel. Qual a participação do Nordeste na produção recente de biocombustíveis? Qual a participação na produção de álcool? Qual vem sendo a participação na produção de biodiesel? E quais as perspectivas para o futuro? Neste trabalho é procedida uma revisão crítica dos últimos 35 anos da produção de cana de açúcar, de álcool, de mamona e biodiesel. Entre os países que incluíram em suas matrizes energéticas a produção e uso de biocombustíveis, o Brasil aparece como um mercado de sucesso. O álcool, após período de incerteza, quando não se apresentava como substituto econômico, apresenta-se como a mais econômica e mais adequada alternativa do ponto de vista ambiental como combustível líquido. O biodiesel ainda é projeto iniciante, não sendo ainda uma alternativa econômica. Mas algumas pesquisas apontam o País como uma grande promessa para a liderança do ranking mundial de produção de biodiesel nos próximos anos. Quanto às matérias-primas utilizadas para o biodiesel, há um grande descompasso entre o que foi indicado pelo Governo e a realidade que se apresenta, através da produção de soja, sebo bovino e em menor escala o algodão. Assim, para responder conclusivamente à pergunta do trabalho, em futuro próximo parece não haver espaço econômico para uma produção nordestina de biocombustíveis. Tímidas esperanças são colocadas na possibilidade de ampliar a produtividade física da mamona e no uso potencial da macaúba, da arnaúba, do pinhão-roxo. Parece muito pouco para as expectativas iniciais da Região, a qual, mais uma vez, é colocada à margem do desenvolvimento.

| 83 | "A COMPENSAÇÃO COMO INSTRUMENTO PARA ALOCAÇÃO DE RESERVA LEGAL: ESTUDO DE CASO NO MUNICÍPIO DE MARCELÂNDIA-MT"

Paula Bernasconi (UNICAMP/IE) - paulabernas@gmail.com

Gestora Ambiental, mestranda em Desenvolvimento Econômico pelo Instituto de Economia da UNICAMP, pesquisadora associada do Instituto Centro de Vida - ICV

Ademar Ribeiro Romeiro (UNICAMP/IE) - ademar@eco.unicamp.br

Professor do Instituto de Economia da UNICAMP

Resumo

A compensação de reserva legal é um mecanismo previsto em lei federal que permite a regularização ambiental de propriedades rurais com passivo de reserva legal mantendo a cobertura vegetal nativa exigida na região, e ao mesmo tempo permitindo a alocação de acordo com o mercado. Uma de suas vantagens é a redução dos custos de adequação devido à redução nos custos de oportunidade para os produtores rurais. Esse mecanismo apesar de apresentar grande potencial é pouco utilizado e seus efeitos são ainda desconhecidos. A partir da base teórica da economia ecológica esse trabalho faz uma análise do mecanismo de compensação de reserva legal visando analisar sua contribuição para a melhoria da distribuição justa, alocação eficiente e escala sustentável da reserva legal. Visando contribuir para o debate sobre a apli-

cabilidade do mecanismo de compensação foi escolhido o município de Marcelândia, no Estado de Mato Grosso, para simular com dados reais quais os efeitos que a compensação teria sobre a regularização das propriedades rurais. Através de análises de SIG foram contabilizados os ativos e passivos ambientais de cada propriedade e as possibilidades de regularização. Os resultados mostram que existe um grande potencial para a aplicação da compensação, principalmente em áreas de fronteira amazônica, como o caso de Marcelândia, onde existe um cenário de ilegalidade ambiental nas propriedades rurais com passivo de reserva legal, mas também existem ainda remanescentes florestais ameaçados que podem servir de área para compensação. Para que o mecanismo tenha sucesso é necessária uma sistematização da legislação a respeito, e é fundamental uma atuação dos órgãos responsáveis das três esferas governamentais na difusão do mecanismo, assim como o envolvimento de órgãos de classe do setor rural e de organizações não-governamentais na mobilização dos produtores.

PÔSTERS

| 65 | A GESTÃO INTEGRADA DOS RECURSOS HÍDRICOS COMO POLÍTICA DE

GERENCIAMENTO HÍDRICO NO BRASIL.

Mayane Bento Silva (NUMA/UFPB) - mayane.bento@yahoo.com.br

Estudante de Mestrado no Programa de Pós-graduação em Gestão de Recursos Naturais e Desenvolvimento Local na Amazônia NUMA/UFPB,

Mario Miguel Amin Garcia Herreros (NAEA/UFPB) - marioamin@gmail.com

Economista Agrícola, PhD, Professor, Mestrado Planejamento do Desenvolvimento (PLADES), NAEA/UFPB

Resumo

Diante da problemática das mudanças climáticas e do risco de escassez dos recursos hídricos, diversos estudos internacionais estiveram voltados para a coordenação do gerenciamento deste recurso. Como resultados de ações coordenadas surge o modelo de Integrate Water Resources Management (IWRM)

apresentado e discutido na Conferencia Internacional sobre água e Meio Ambiente em junho de 1992 no Brasil, na cidade do Rio de Janeiro. A elaboração da Lei nº 9.433/97, conhecida como Lei das Águas que instituiu a Política Nacional de Recursos Hídricos e a criação o Conselho Nacional de Recursos Hídricos em junho de 1998, por meio do decreto 2612 de 03/07/98, representam o marco institucional brasileiro de adoção de um dos modelos mais modernos de gerenciamento dos recursos hídricos. Diante da extensão territorial e diversidade brasileira, vários desafios ainda precisam ser superados para lograr-se uma gestão coordenada, entretanto a evolução das práticas de gestão adotadas pelo Brasil já proporcionam diversos exemplos de sucesso, principalmente nas regiões que apresentam maior estresse hídrico, concebendo grandes ganhos para a formulação do desenvolvimento sustentável no país assim como garantindo uma predição otimista para as futuras gerações.

| 114 | COMPRAS PÚBLICAS SUSTENTÁVEIS: MECANISMO PARA A PROMOÇÃO DO CONSUMO SUSTENTÁVEL NO BRASIL

Hugo Leonardo Gornides do Couto (UFG) - hlcouto@posgrad.ufg.br

Doutorando em Ciências Ambientais pela Universidade Federal de Goiás e Analista de Planejamento, Gestão e Infraestrutura da Unidade Estadual do IBGE em Goiás.

Francis Lee Ribeiro (UFG) - francisleerib@gmail.com

Doutora em Economia Aplicada, pela Universidade Federal de Viçosa e Docente da Universidade Federal de Goiás junto ao Programa de Doutorado em Ciências Ambientais.

Resumo

A formulação de políticas públicas que objetivam o consumo sustentável requer a combinação de diferentes estratégias e ações em todos os níveis de governos, a fim de influenciar o comportamento do consumidor individual e alterar as condições do mercado em prol dos bens e serviços "verdes". Nesse sentido, o governo brasileiro tem desenvolvido um vasto arcabouço de normas e programas para a promoção do consumo sustentável, que culminaram no PPCS – Plano de Ação para Produção e Consumo Sustentáveis. Uma dessas estratégias, é a realização de compras públicas sustentáveis, ou seja, a inserção de critérios socioambientais na aquisição de bens e serviços pela Administração Pública. Assim sendo, o objetivo desse artigo é avaliar as possíveis interações entre a política pública de compras sustentáveis e o consumo sustentável no Brasil, por meio da análise dos fundamentos jurídicos dessa política pública e de alguns aspectos da sua implementação.

| 250 | DIAGNÓSTICO AMBIENTAL DAS PROPRIEDADES RURAIS

Cecília Fakhouri de Oliveira - cissafo@gmail.com

Profissional de biologia

Tatiana Dias Cantelle (UFLA) - taticantelle@gmail.com

Mestranda em Administração - Economia, Gestão de Negócios e Mercado

Ricardo Reis Pereira (UFPA) - ricreis@dae.ufpa.br
Docente do Departamento de Administração e Economia
Renato Elias Fontes (UFPA) - refontes@dae.ufpa.br
Docente do Departamento de Administração e Economia
Raul Razaboni Prado (UFPA) - razaboni_raul@hotmail.com
Acadêmico do curso de Agrônoma

Resumo

Os recursos naturais são considerados bens comuns de acordo com a legislação vigente e estão mais próximos dos bens públicos e da existência de um nível de controle da produção de propriedade, o que gera conflitos de uso do solo. Esta privação gera conflitos, tendo em vista que os serviços ambientais mantidos beneficiam a comunidade local como um todo. A pesquisa fundamenta-se na investigação das relações entre as características produtivas, qualidade de vida e políticas públicas. Neste sentido, o objetivo deste trabalho é analisar a interação entre os produtores rurais e os recursos naturais existentes em suas propriedades e no seu entorno. Os dados foram coletados, em dezessete municípios das mesorregiões Campo das Vertentes e Sul/Sudoeste de Minas Gerais, a partir de entrevistas semi-estruturadas, junto aos produtores rurais e lideranças governamentais, sendo posteriormente tabulados e confrontados. Constatou-se que os produtores estão conscientes da importância de se conservar os recursos naturais. No entanto, há a necessidade de se incentivar as boas práticas, não apenas penalizando-os pelo descumprimento do ordenamento jurídico brasileiro vigente.

| 7 | EFEITOS DA MUDANÇA DO SISTEMA DE IRRIGAÇÃO DO PERÍMETRO DE MANDACARU

Rodrigo Franco Vieira (CODEVASF) - rodrigo.franco@codevasf.gov.br
Engº Especialista em Irrigação e Drenagem, elaborador de dezenas de projetos de adutoras, abastecimento, irrigação, tendo sido co-autor de trabalhos premiados com o PRÊMIO ECO 2009 e agraciado com a Menção honrosa na Bahia Ambiental 2005. Consultor.
Frederico Calazans Machado (CODEVASF)
Engº da CODEVASF, Secretário Executivo da Diretoria de Irrigação.
Juan Fleischmann
Eng Eletricista

Resumo

O Projeto de Irrigação de Mandacaru foi implantado no final dos anos 1960, em Juazeiro, Bahia pela CODEVASF, e entrou em operação em 1974, beneficiando 54 famílias de pequenos agricultores, dando início a era dos perímetros de irrigação públicos no Vale do São Francisco, atualmente responsável por 92% e 96% das exportações brasileiras de uva e manga, respectivamente.

O método de irrigação originalmente adotado era por gravidade, no qual são desperdiçados 80% do volume bombeado, com resultados econômicos e ambientais catastróficos – erosão, salinização dos solos e aumento dos custos de produção.

Visando reverter este quadro, técnicos da CODEVASF desenvolveram uma metodologia para a troca de sistemas, com parâmetros ambientais e econômicos, e os resultados foram animadores, pois foi prevista uma economia inicial da ordem 52% do volume anual bombeado, 36% de redução nos custos com energia elétrica (pagos pelo Distrito de Irrigação, unidade gestora), aumento nos índices de produtividade, interrupção de processos erosivos e de salinização (reversão, inclusive) e melhoria da qualidade dos produtos. Estas benesses estão sendo confirmadas com a implantação do novo sistema.

O trabalho representou o Ministério da Irrigação na EXPOZARAGOZA 2008 e foi agraciado com o PRÊMIO ECO 2009, pela 1ª vez entregue para o Nordeste, e está disponível para divulgação.

51 | ENTRE AS POLÍTICAS E SEUS SUJEITOS: A ESTRUTURA SOCIAL DO FINANCIAMENTO AGRÍCOLA

Tiago Parreira de Carvalho Guimarães(UnB/BB) - t.parreira@yahoo.com.br

Graduado em Ciências Sociais(UFJF), Mestrando em Agronegócios(UnB). Funcionário do Banco do Brasil, atua na área de análise de operações de financiamento rural com recursos controlados.

Ana Lúcia E. F. Valente (UnB)

Professora da UnB, FAV, Doutora em Antropologia Social(USP) e Pós-Doutora pela Université Catholique de Louvain(UCL/Bélgica)

Resumo

Este trabalho investiga o conflito entre diferentes racionalidades no programa de crédito rural. Ao criar linhas de crédito seletivas, com taxas de juros subsidiadas, os formuladores de política estão implicitamente admitindo que os tomadores de crédito são "projetos". Em contrapartida, o sistema financeiro não se baseia em "projetos": os bancos aprovam ou não pedidos de crédito de "firmas", isto é, organizações administrativas jurídicas que operam com uma série de projetos de diferentes setores e naturezas. Sob a mesma regulamentação, Intermediadores Financeiros e Governo, traçam estratégias e expectativas divergentes para atenderem os mesmos sujeitos. Essas políticas "desviantes", ou seja, as políticas públicas que pretendem uma "justiça substantiva" criam uma problemática típica: as tensões entre racionalidade política e racionalidade técnica. Utilizo elementos da Teoria Geral dos Campos para tratar o período de 1970 a 1990, auge e declínio do SNCR, além de uma série de entrevistas a realizar com funcionários, na época, do Sistema Financeiro, em especial do Banco do Brasil S.A., principal operador do crédito rural no Brasil.

|264| FONTES DE ENERGIA RENOVÁVEL: UMA ABORDAGEM SOBRE ENERGIA EÓLICA

Magila Souza Santos(UFBA) - magilanil@yahoo.com.br
Estudante de Mestrado
Magali Alves de Andrade (UFBA) - magalialvesdeandrade@gmail.com
Estudante de Mestrado

Resumo

Este trabalho tem como objetivo uma exploração sobre a questão da matriz energética e as conseqüentes mudanças ocorridas na exploração de recursos não-renováveis. Mudanças essas relacionadas ao meio ambiente e a necessidade de preencher essas lacunas com novas fontes de energias limpas, no caso recurso renováveis. No caso do Nordeste brasileiro a energia eólica desponta como uma fonte de energia limpa e de grande potencial energético. Para tanto, faz-se uma análise de dados disponibilizados pelo Ministério de Minas e Energia (MME), Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica – PROINFA. A partir da discussão sobre a forte dependência da energia hidrelétrica, enfatiza-se soluções para a diminuição dos riscos de fornecimento energético. Essa primeira exploração conduziu a duas conclusões: i) necessidade de diversificação de fontes geradoras; ii) as reflexões e provocações do trabalho requerem o estabelecimento de políticas industriais de inovação mais efetivas de aproveitamento as condições climáticas brasileira.

|261| INSTRUMENTOS ECONÔMICOS PARA A PROTEÇÃO SOCIOAMBIENTAL - O PAPEL DOS PAGAMENTOS DE SERVIÇOS AMBIENTAIS

Danielle de Ouro Mamed(Universidade do Estado do Amazonas) - mamed.danielle@gmail.com
Advogada, Mestranda em Direito Ambiental pelo PPGDA/UEA, Bolsista CAPES.
Joelson Rodrigues Cavalcante (Universidade do Estado do Amazonas) - joelson_cavalcante@hotmail.com
Advogada, Mestrando em Direito Ambiental pelo PPGDA/UEA, Bolsista FAPEAM

Resumo

Diante da crise que envolve a disponibilidade de recursos naturais, diversas alternativas tem sido buscadas pelos mais diversos âmbitos da sociedade. Das várias formas de contornar a crise, surgem aquelas derivadas dos próprios mecanismos inerentes ao sistema capitalista de produção, ou seja, nota-se a instituição de instrumentos econômicos para a proteção socioambiental. Nesse contexto, um instrumento que tem tomado destaque são os sistemas de pagamento por serviços ambientais. No entanto, há uma discussão que não pode ser esquecida quando se pensa a instituição de políticas desse gênero: aspectos filosóficos em torno da questão de valoração da natureza e as conseqüências disso para a sociedade em toda sua complexidade precisam ser levados em conta com a devida precaução.

| 86 | MEDINDO A EFETIVIDADE DA 'PROMOÇÃO' DA BIODIVERSIDADE PELOS PROJETOS FINANCIADOS POR FUNDOS AMBIENTAIS NA AMÉRICA LATINA: UMA DEMANDA FACTÍVEL?

Tiago Andre de Melo Bahia (PPED-UFRJ/INCT) - ecolmista@gmail.com

Bacharel em Economia, Mestrando em Políticas Públicas. Currículo Lattes: <http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=K4139965Z6>

Peter Herman May (CPDA-UFRJ, Eco-eco) - peter.may@amazonia.org.br

Professor CPDA/UFRJ e pesquisador INCT-PPED. Currículo Lattes: <http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=K4788600P0>

Resumo

Este documento atende a uma questão premente no ano de 2011 na Rede de Fundos Ambientais da América Latina e Caribe (RedLAC): quão efetivo têm sido os projetos apoiados por tais agentes intermediadores na conservação e uso sustentável da biodiversidade na região? A problemática tem se tornado cada vez mais presente na relação entre os financiadores dos fundos e a estrutura operacional dos mesmos – ao ponto de haver exigências explícitas de alguns inversores em condicionar seus aportes à comprovação factual de que os projetos apoiados tem sido efetivos de maneira assegurada. Para tratar desse tema são apresentadas discussões acerca do contexto que passou a justificar tais demandas, as implicações metodológicas de criação de indicadores consistentes e o caso da Fundação PUMA da Bolívia – um fundo ambiental que desde 2003 vem testando, reformulando e aplicando um sistema bem sucedido de monitoramento e avaliação da efetividade dos projetos apoiados. Por fim, são colocadas considerações do apresentado sobre o panorama de promoção da biodiversidade no Brasil no início da segunda década do século XXI.

This document responds to a pressing issue in 2011 in the Network of Environmental Funds of Latin America and Caribbe : how effective have been the projects supported by such intermediate agents in the conservation and sustainable use of biodiversity in the region? This problem has become increasingly present in the relationship between donors of funds and operational structure of the same – arriving at explicit requirements of some inverters to condition their contributions to the factual evidence that the projects supported have been effective so assured. To address this issue are presented discussions about the context that has to justify such demands, the methodological implications of creating consistent indicators and the case of Bolivia PUMA Foundation. Finally, the presented considerations are placed to enhance biodiversity in Brazil nowadays.

| 234 | NOÇÕES SOBRE AS POLÍTICAS AGRÁRIAS E AMBIENTAIS NO BRASIL: UM DEBATE EM ABERTO A FAVOR DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

André Cutrim Carvalho (UFOPA) - andrecc83@gmail.com

Mestre em Economia Doutorando em Desenvolvimento Econômico pela UNICAMPe Professor-Pesquisador da Universidade Federal do Oeste do Pará – UFOPA.

David Ferreira Carvalho (UFPA) - david.fc.carvalho@yahoo.com.br

Pós-Doutor em Economia pela UNICAMP, Professor-pesquisador do Programa de Pós-Graduação em Economia - PPGE e do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos - NAEA da UFPA.

Renata Baleixo da Silva Cutrim Carvalho (Polícia Civil do Pará) - renatabaleixo@gmail.com

Especialista em Gestão Pública pela UNAMA e Auditoria e Controladoria pelo CESUPA.

Resumo

O presente trabalho procura adentrar no debate acerca das políticas agrárias e ambientais no Brasil, que sempre foi muito acalorado e carregado de premissas ideológicas. Nesse aspecto, tanto a política ambiental quanto a política agrária brasileira nasceu e se desenvolveu nos últimos anos, como resultado da ação

de movimentos sociais locais e de pressões vindas de fora do país. O objetivo deste texto é lançar luz sobre a importância providencial dessas políticas para o desenvolvimento sustentável brasileiro.

Palavras-Chave: políticas agrárias, políticas ambientais, desenvolvimento brasileiro.

|278| O AMBIENTE DO TRABALHO NA EXTRAÇÃO DE OPALA EM PEDRO II, PIAUÍ

Sheila Oliveira de Freitas(UFP) - sheilafreitas83@hotmail.com

Mestranda em Desenvolvimento e Meio Ambiente/PRODEMA/UFP

Jaira Maria Alcobaça Gomes (UFP) - jairamag@uol.com.br

Doutora em Economia Aplicada e Professora do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente/ PRODEMA/UFP

Resumo

O presente trabalho propõe uma breve análise do setor mineral no Brasil por meio de aspectos como a empregabilidade, a participação no PIB, assim como as mudanças promovidas pela relação de governança entre os atores que compõem o Arranjo Produtivo Local (APL) da opala em Pedro II - Piauí. Na organização desse Arranjo, em 2005, predominava a informalidade do setor gerando acidentes de trabalho e impactos ambientais na região. O objetivo geral é verificar que mudanças foram promovidas no ambiente do trabalho desde a organização do projeto em Arranjo Produtivo Local da Opala. A pesquisa foi realizada com base na metodologia de estudo de caso compreendendo etapas como pesquisa em documentos administrativos de parceiros do APL, pesquisa de campo para verificação das atuais condições de trabalho nas minas Boi Morto, Mamoeiro e Roça e entrevista com integrantes da Cooperativa de Garimpeiros de Pedro II. A escolha dos garimpos mencionados ocorreu em razão da produção anual dos mesmos, considerados por isso mais importantes da região pela COOGP. Observaram-se mudanças quanto ao uso de ferramentas de trabalho, como decorrência da consolidação do Projeto APL da Opala na região que tem gerado conseqüências positivas para os trabalhadores dos garimpos a partir do momento em que diminuí os riscos de acidente de trabalho, atenua aspectos como exposição ao sol com o uso de vestimentas doadas pela cooperativa e incentiva o uso de botas e máscaras pelos trabalhadores.

Palavras-chaves: Mineração, Arranjo Produtivo Local, Governança, Ambiente do trabalho

| 60 | OS GRANDES PROJETOS DE INFRAESTRUTURA EM TURISMO DO NORDESTE
BRASILEIRO: ECOLOGIA POLÍTICA E ECONÔMICA DAS RELAÇÕES ENTRE ESTADO
DESENVOLVIMENTISTA E POPULAÇÕES TRADICIONAIS

Potyguara Alencar dos Santos(UnB) - potyguara.alencar@gmail.com

Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade de Brasília. Bacharel em Ciências Sociais, pela Universidade Federal do Ceará. Empreende pesquisas nas áreas de Antropologia do Desenvolvimento e Ecologia Política.

Resumo

Ao artigo interessa a apreciação de uma síntese dos resultados de três anos de pesquisas etnográficas exploratórias e intensivas desenvolvidas junto a algumas populações tradicionais marítimas residentes no litoral Ceará-Piauí-Maranhão (CEPIMA), macrorregião aonde o Programa de Regionalização do Turismo (PRT), do Governo Federal, vem implementando o roteiro integrado em turismo "Rota das Emoções". Procura-se reavaliar a ideia de impactação – esta por vezes referida às transformações perpetradas por grandes projetos na ecologia política e econômica das relações em socioterritórios indígenas (Little, 2002; Ramos, 2010; Baines, 2004; Oliveira Filho, 2000) – quando utilizada para pensar os projetos de infraestrutura de grande escala de zonas costeiras onde residem populações que trabalham com o conceito de "turismo comunitário" e ecoturismo.

| 67 | OS RECURSOS NATURAIS E A LEGISLAÇÃO DO ZONEAMENTO ECOLÓGICO
ECONÔMICO DE RORAIMA.

MARCOS MENDONÇA DANTAS(UFRJ) - mmdant@bol.com.br

aluno de ciências contábeis da Universidade Federal de Roraima

ELLEN REGINA DOS SANTOS LOBO (FACULDADE CATHEDRAL)

ECONOMIA

RENATO OLIVEIRA LACERDA (FACULDADE CATHEDRAL) - renato@boavista.gov.br

administração

consolata jaria alves (FACULDADE CATHEDRAL)

ADMINISTRAÇÃO

Resumo

Este artigo tem por objetivo mostrar que os recursos naturais de Roraima são uma fonte para o desenvolvimento Econômico do Estado de Roraima e que podem ser obtidos de forma sustentável se for seguido à legislação do Zoneamento Econômico Ecológico do Estado de Roraima, haja vista que este é uma das legislações mais nova do Brasil. O desenvolvimento econômico de uma determinada região ainda carece muito da contribuição das Políticas Públicas. Assim, por falta de políticas públicas desenvolvimentista, ou por falta de interesse da empresa privada por certas regiões, haja vista a distância da região em relação aos

grandes centros e pelo fato da cidade não oferecer estrutura adequada, sendo assim há uma necessidade de encontrar uma forma de desenvolver o Estado de Roraima. Os recursos naturais de Roraima são abundantes e a legislação do ZEE veio para contribuir com o desenvolvimento do Estado de Roraima de forma sustentável.

[222] POLÍTICA DE GARANTIA DE PREÇOS MÍNIMOS NAS CADEIAS DE PRODUTOS DA SOCIOBIODIVERSIDADE NA SUB BACIA DO POTI

Emiliana Barros Cerqueira (UFPI) - embcerq@hotmail.com

Doutoranda em Desenvolvimento e Meio Ambiente/PRODEMA/UFPI

Jaira Maria Alcobaça Gomes (UFPI) - jairamag@uol.com.br

Doutora em Economia Aplicada/ESALQ/USP e Professora do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente/PRODEMA/UFPI

Resumo

Este artigo analisa as ações públicas voltadas ao fortalecimento das cadeias de produtos da sociobiodiversidade na sub bacia hidrográfica do rio Poti, para examinar as estratégias de implementação e consolidação de políticas preservacionistas. Especificamente, identificar e caracterizar os produtos da sociobiodiversidade com ocorrência na sub bacia hidrográfica do rio Poti e verificar a operacionalização da Política de Garantia de Preços Mínimos (PGPM) para os produtos da sociobiodiversidade. Para tanto, foram analisados a Produção da Extração Vegetal e da Silvicultura (PEVS), do IBGE, o Plano Nacional para Desenvolvimento Integrado da Bacia do Parnaíba (PLANAP) e documentos técnicos da Companhia Nacional de Abastecimento. Conclui-se que a sub bacia do Poti apresenta grandes possibilidades de atender a exigência de alguns mercados por produtos de qualidade e base natural, enfatizando aqueles extraídos da carnaúba, babaçu, pequi, buriti e bacuri; produtos da sociobiodiversidade amparados por políticas, que visam o fortalecimento e consolidação de suas cadeias produtivas. Entretanto, dos R\$ 24 000 000,00 destinados aos produtos da sociobiodiversidade por meio da PGPM, apenas uma pequena parcela foi utilizada

(11,48%) e concentrou-se em quatro produtos o babaçu, a borracha, a castanha do Brasil e a piaçava.

Palavras-chave: Produtos da sociobiodiversidade, Sub bacia do Poti, Política de Garantia de Preços Mínimos.

[119] POLÍTICAS E INSTRUMENTOS ECONÔMICOS: ALTERNATIVAS PARA OS RESÍDUOS ELETRÔNICOS NO BRASIL

Manoel Limeira de Lima Júnior (UFAC) - juniorlimeiras@gmail.com

Graduação em Sistemas de Informação pela UFAC (2003). É professor da UFAC, mestrando em Desenvolvimento Regional. Experiência na área de Ciência da Computação, ênfase em Engenharia de Software, atuando nos temas: tecnologia verde, uml, mysql, php e java.

Raimundo Claudio Gomes Maciel (UFAC) - rcgmaciel@ufac.br

Graduação em Economia pela UFAC, mestrado em Desenvolvimento Econômico (2003) e doutorado em Economia Apli-

cada ambos pela Unicamp (2007). É professor/pesquisador da UFAC. Experiência em Economia Aplicada e Economia do Meio Ambiente.

Lucas Araújo Carvalho (UFAC) - ekononmia@yahoo.com.br

Graduação em Economia pela UFPA (1976), doutorado em Economia pela Unicamp (2000). Professor da UFAC. Experiência na área de Economia em Crescimento e Planejamento Econômico, temas: teorias do desenvolvimento e desenvolvimento sustentável.

Resumo

O início do século XXI está proporcionando uma revolução cultural, científica e industrial quanto ao uso das tecnologias de informação e sobre suas consequências na sociedade e no meio ambiente. Atualmente

a venda de computadores e a socialização do acesso a internet crescem de forma exponencial, esta alta velocidade no processo de obsolescência tecnológica gera um grande volume de equipamentos desusados, causa o aumento do consumo de energia elétrica e torna os processos mais caros, num espaço muito curto de tempo. Neste cenário, este trabalho aborda como as alternativas de políticas e instrumentos econômicos aplicados junto à Tecnologia da Informação (TI) Verde, podem reduzir os custos e diminuir o lixo tecnológico, com o intuito de tornar a utilização da informação e a tecnologia mais coerente com o meio ambiente.

| 5 | PUBLICAÇÕES SOBRE CONTAMINAÇÃO AMBIENTAL DECORRENTE DE RESÍDUOS SÓLIDOS DE EQUIPAMENTOS ELETRO-ELETRÔNICOS (E-WASTE), DURANTE O PERÍODO DE 1990 A 2010

Aldo Muro Júnior (IFG/UFG) - muro@ifg.edu.br

Coordenador e docente do Curso de Meio Ambiente do Instituto Federal de Goiás

Rogério Pereira Bastos (UFG) - rogerio@ufg.edu.br

Docente

Nelson Roberto Antiniosi Filho (UFG) - nelson@quimica.ufg.edu.br

Docente

Resumo

Foi realizado um estudo cienciométrico objetivando-se caracterizar os estudos acerca dos resíduos sólidos oriundos dos equipamentos eletro-eletrônicos. Os resultados demonstraram que a maioria dos estudos têm como área de concentração a China, os EUA e o Japão, países conhecidamente com tendências ao consumismo exacerbado, o que faz com que os equipamentos eletro-eletrônicos atinjam a obsolescência mais rapidamente. A resposta da comunidade científica para a problemática dos resíduos eletro-eletrônicos e seus efeitos sobre o ambiente e a saúde humana somente teve início no ano de 2.006, com forte incremento até o ano de 2.010. As políticas públicas norteadoras da correta disposição dos resíduos eletro-eletrônicos ainda são incipientes, principalmente em países em desenvolvimento, que ainda contam com problemas básicos de saneamento para serem solucionados, como tratamento de água e

de esgoto, relegando a correta disposição dos resíduos eletro-eletrônicos para depois. Iniciativas privadas envolvendo a logística reversa têm sido utilizadas para mitigar os efeitos deletérios da incorreta disposição de equipamentos eletro-eletrônicos sobre o ambiente.

| 232 | SENTIDOS DA MATRIZ ENERGÉTICA BRASILEIRA NA MÍDIA. GRUPOS DE PRESSÃO NOS GOVERNOS FHC E LULA (2001-2002 E 2008-2009)

Thiago Almeida Barros (Universidade da Amazônia (Unama)) - tbarros81@gmail.com
Jornalista profissional, editor do jornal O Liberal, mestre em Planejamento do Desenvolvimento (NAEA-UFPA) e professor assistente da Unama

Nirvia Ravena (UFPA e Unama) - nirvarena@uol.com.br
Doutora em Ciência Política (SIB/UUPER) e professora adjunta do NAEA/UFPA e titular da Unama

Resumo

Este trabalho analisa conteúdo midiático sobre políticas públicas para o setor energético nos governos de Fernando Henrique Cardoso e Lula. No corpus, formado por edições dos jornais O Globo, Folha de S. Paulo e O Estado de S. Paulo, identificamos grupos de pressão com maior ocorrência e como seus atores legitimam o discurso de desenvolvimento limpo e vocação da Amazônia para abrigar grandes hidrelétricas.

| 178 | UMA META-ANÁLISE DOS ATORES QUE DECIDIRAM POLÍTICAS AMBIENTAIS: 1990-2011

Joseph S. Weiss (CDS/UnB) - josephweissbr@gmail.com
Joseph S. Weiss, Pesquisador Colaborador do CDS/UnB, Eng. Agr., USP 1964, Ph.D., Cornell U., 1971
Elimar Pinheiro do Nascimento (CDS/UnB) - elimarcds@gmail.com
Sociólogo, professor associado, Doutor pela Universidade de Paris V, Diretor do CDS

Resumo

Hoje, apesar do aumento na capacidade de intervenção do Estado, os processos decisórios de negociação dos conflitos nacionais impactam a efetividade das políticas ambientais. O estudo visa identificar os fatores institucionais que têm alimentado os processos decisórios de formulação, aprovação e realização de políticas públicas ambientais. São aplicados os constructos de estrutura de oportunidades políticas, estruturas de mobilização, processos de framing e de conflitos sociais, a uma análise preliminar de cinco processos emblemáticos observados entre 1990 e 2011 (Rio-92, PPG7, Gestão de Florestas Públicas, Reforma do Código Florestal e REDD+). Eles propuseram viabilizar a compatibilização da sustentabilidade ambiental dos biomas nacionais com o desenvolvimento econômico. A análise privilegia as relações entre a aliança ambientalista, seus adversários e o Estado. As conclusões preliminares visam fundamentar encaminhamentos alternativos para o diálogo socioambiental. Após agregar importantes aliados na década dos 1990, ganhar batalhas específicas e alcançar êxitos, a aliança dos movimentos ambientalistas se enfraqueceu no

século 21. Com a abertura de oportunidades de influência institucional e, alcançando múltiplos objetivos dispersos, foram sendo deixadas de lado outras formas de ação coletiva. Com isso, perdeu-se a capacidade de mobilização para contra-arrestar as ameaças. Em contrapartida, o movimento "desenvolvimentista", com influência no governo, uma estratégia de unificação de objetivos entre aliados de grande espectro, incluindo um frame nacionalista e o apoio de equipes de especialistas, está conseguindo defender uma concepção neoliberal da propriedade privada, contrária à sua função socioambiental constitucional.

| 171 | UTILIZAÇÃO DE IPTU VERDE COMO INSTRUMENTO ECONÔMICO VOLTADO PARA A PRESERVAÇÃO AMBIENTAL EM ARMAÇÃO DOS BÚZIOS

Marcelo Obraczka (COPPE/UFRJ) - obraczka@yahoo.com

Doutorando no Programa de Planejamento Ambiental da COPPE/UFRJ. Engenheiro Civil e Sanitarista, Secretária Municipal de Meio Ambiente.

Gabriela Caiuby (COPPE/UFRJ) - gabrielacaiuby@yahoo.com.br

Mestranda no Programa de Planejamento Ambiental da COPPE/UFRJ. Economista. Pesquisadora (GEMA/UFRJ - hidrelétricas), IVIG/COPPE (prog. de Comunicação - Asfaltamento da BR 230 - aldeias indígenas da rota Xingu, prevenção de impactos socio-ambientais).

Resumo

A paisagem nativa de Búzios (RJ) vem sofrendo grandes transformações, a partir da implantação maciça de empreendimentos imobiliários, com alto retorno econômico e financeiro, mas que geram impactos ambientais irreversíveis a partir da remoção de vegetação e perda de ecossistemas raros. Devido ao custo proibitivo das terras, e ao fato de que elas em sua imensa maioria se encontram nas mãos da iniciativa privada, para se proteger os remanescentes florestais é necessário a implementação de uma forte política de preservação ambiental que, entre outros enfoques, privilegie a utilização de incentivos econômicos que contribuam decisivamente para se manter "a floresta nativa em pé". Isso pode ser efetivado mediante a adoção de mecanismos institucionais que incentivem a preservação de áreas de relevante interesse ambiental e provedoras de serviços ecossistêmicos que se encontram sob domínio privado. Recentemente, tais políticas públicas vêm sendo empreendidas em diversas esferas, algumas com mais sucesso que outras. Em áreas urbanas, a redução do IPTU em função de parâmetros ambientais – conhecido como "IPTU Verde ou Ecológico" – revela-se um interessante instrumento econômico, que por ser de cunho estritamente municipal vem se difundindo rapidamente pelo território nacional. Através da análise do estado da arte e da experiência adquirida em municipalidades do país, o presente trabalho discute e avalia as características principais de aplicação desse mecanismo, propondo medidas para seu aperfeiçoamento e utilização como ferramenta de preservação ambiental em Búzios.

